



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e de Revitalização de Bacias Hidrográficas

44ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Brasília/DF.
29 de junho de 2021

(Degravação ipsis verbis)
Empresa ProiXL Estenotipia

1 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia. Começou a gravação, não é? Então,
2 é a 44ª Reunião Ordinária do CNRH, realizada no dia 29 de junho de 2021. Vamos fazer uma
3 chamada rápida aqui para conferir o quórum. Vocês conseguem ver a projeção do quórum?

4 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim

5 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CBHSF)** – Sim, Roseli.

6 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Então, Ministério do Desenvolvimento
7 Regional, Cristiane Battiston e Wilson estão presentes, Ministério do Desenvolvimento Regional,
8 segunda vaga, o Gilson Magno também está presente. Ministério da Justiça e Segurança Pública,
9 não identifiquei ainda se entrou alguém.

10 **SR. MARCOS MESQUITA DAMASCENO (MJSP)** – Eu estou presente, Marcos Mesquita
11 Damasceno, bom dia a todos.

12 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bem-vindo Marcos, bom dia. Ministério da
13 Defesa, o comandante Alexandre se encontra? Relações Exteriores também não identifiquei ainda
14 a presença. Ministério da Economia...

15 **SR. IGOR ANDRADE VIDAL BARBOSA (MRE)** – Faltou marcar o Ministério das Relações
16 como presente.

17 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Oi, Igor, é você Igor? Bom dia. Ministério da
18 Economia?

19 **SR. FABIANO MEZADRE POMPERMAYER (ME)** – Gustavo Manfrim e Fabiano
20 Pompermayer. Os dois.

21 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bem-vindos.

22 **SR. GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM (ME)** – Gustavo: Bom dia, Gustavo Manfrim.
23 Daniel Narzetti também.

24 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Infraestrutura.

25 **SR. LUIS SÉRGIO DA CRUZ SILVEIRA (MI)** – Bom dia a todas. Luís Sérgio Silveira.

26 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia. Ministério da Agricultura.

27 **SRª. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (MAPA)** – Bom dia, Liciano Peixoto.

28 **SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (MAPA)** – Bom dia. Gustavo Goretti aqui
29 presente. Bom dia a todos.

30 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Cidadania, a gente não recebeu
31 aqui as substituições. Ministério da Educação.

32 **SR^a. MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA (MEC)** – Ministério da Educação presente,
33 bom dia.

34 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Roseli, a sua projeção
35 saiu você pode projetar novamente.

36 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Desculpa, acho que alguém colocou alguma
37 coisa. Desculpa. Vocês estão vendo?

38 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim.

39 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Então, Ministério da... A gente estava no
40 Ministério da Educação. Ministério da Saúde. O Rodrigo está presente, mais alguém do
41 Ministério da Saúde?

42 **SR. RODRIGO FÁVERO CLEMENTE (MS)** – Só eu, Roseli, bom dia a todos e todas, boa
43 reunião a nós.

44 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia. Ministério de Minas e Energia, na
45 primeira vaga? Ministério de Minas e Energia, na segunda vaga eu identifiquei o Igor, mas
46 alguém? O Igor Ribeiro. Ministério da Ciência e Tecnologia.

47 **SR^a. DIONE VÍTOR DOS SANTOS (MCTI)** – Bom dia a todos. Dione e a Elaine pelo MCTI.
48 Bom dia.

49 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia. Ministério do Meio Ambiente, é o
50 secretário André Luiz França estava presente. Pode se apresentar, secretário? Ministério do Meio
51 Ambiente, a segunda vaga. Ministério do Turismo. E, finalizando, o Ministério da Mulher, da
52 Família e dos Direitos Humanos.

53 **SR^a. MARIANA DE SOUZA MACHADO NERIS (MDH)** – Bom dia a todos, sou Mariana
54 Neris, representando o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

55 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok, agora indo para os conselhos estaduais de
56 recursos hídricos, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

57 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA** – Leonardo presente.

58 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Pelo Mato Grosso do Sul, não é? Espírito
59 Santo e Distrito Federal.

60 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO** – Elio de Castro presente, falando aqui de Vitória.

61 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.
62 Paulo estava presente e o Leonardo também. Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, ainda não
63 entraram. Tocantins, Rondônia, Amapá, eu vi que o Luís Roberto...

64 **SR. LUÍS ROBERTO TAKIYAMA** – O Luís está aqui, do Amapá, presente.

65 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada, Luiz. Amazonas, Pará e Roraima.

66 **SR^a. CRISTINA FISCHER** – Oi, bom dia, Roseli. Aqui a Cristina Fischer, representando
67 Amazonas, Pará e Roraima.

68 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bem-vinda, Cristina. Piauí, Maranhão e Ceará.
69 Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

70 **SR. PORFÍRIO CATÃO CARTAXO LOUREIRO** – Porfirio Loureiro, Conselho Estadual de
71 Recursos Hídricos Paraíba, representando Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

72 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok. Sergipe, Alagoas e Bahia, ainda não
73 chegou. Usuários - Irrigantes.

74 **SR. NELSON ANANIAS FILHO** – Bom dia a todos, Nelson Ananias Filho, bom dia, boa
75 reunião.

76 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia, Nelson. Prestadores de Serviço
77 Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

78 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (AESBE)** – Bom dia, Roseli, bom dia, Wilson e a
79 todos os colegas e colegas, aqui é Wanderley Paganini representando o setor.

80 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Concessionárias autorizadas de geração
81 hidrelétrica.

82 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL)** – Bom dia a
83 todos. Aparecida Vargas pela ABRAGEL.

84 **SR^a. MÔNICA IRION ALMEIDA (ABRAGE)** – Bom dia, Mônica Irion pela ABRAGE.

85 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia. Setor hidroviário. Indústria.

86 **SR. DAVI BOMTEMPO (CNI)** – Bom dia a todos, Davi Bomtempo pela CNI.

87 **SR. ALEXANDRE LUIS ALMEIDA VILELLA (FIESP)** – Bom dia, Alexandre Vilela pela

88 FIESP, também presente. Bom dia a todos.

89 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia. Pescadores e usuários de recursos

90 hídricos com finalidade de lazer e turismo.

91 **SR. VINÍCIUS ROCHA CRESPO DE OLIVEIRA (CNC)** – Bom dia, Vinícius Crespo, CNC.

92 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Wilson de Azevedo

93 também presente.

94 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Comitê de Bacias Hidrográficas em rios de

95 domínio da União.

96 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CBHSF)** – Bom dia a todos, Anivaldo Miranda

97 pelos Comitê de Bacias interestaduais.

98 **SR. WALDEMIR FERNANDES DE AZEVEDO (CBH PPA)** – Bom dia a todos, Waldemir

99 Azevedo também está presente.

100 **SRª. STELLA SOUZA GUIDA (CBH - Grande)** – Bom dia a todos, Stella Guida também está

101 presente.

102 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia a todos. Organizações técnicas de

103 ensino e pesquisa.

104 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (UNESP)** – Bom dia a todos, professor

105 Jefferson Nascimento de Oliveira, representando os OTEPS e a UNESP. Bom dia, boa reunião a

106 todos.

107 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – E organizações não governamentais.

108 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (PCJ)** – Bom dia a todos. Marco Antônio dos Santos,

109 boa reunião para nós.

110 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Então, temos quórum para iniciar a nossa

111 reunião, com 28 instituições presentes, 14 do Governo Federal, 6 do Conselho Estadual e 8

112 usuários e sociedade civil.

113 **SRª. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (MTUR)** – Roseli, bom dia, bom dia a
114 todos.

115 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Oi, Sinara.

116 **SRª. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (MT)** – Bom dia, Sinara do Ministério
117 do Turismo presente também.

118 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ótimo, obrigada. Então podemos dar início,
119 Wilson, a nossa reunião.

120 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, obrigado, Roseli.
121 Obrigado a todos os presentes pela participação aqui na nossa plenária de hoje. Como eu
122 comentei no início, o nosso secretário Sérgio Luiz Costa está de férias, então devo acompanhar,
123 coordenar aqui a nossa plenária de hoje, e agradeço também a presença do diretor da ANA,
124 Ricardo Andrade, que também se faz presente aqui na nossa reunião de hoje. Roseli, então, já
125 iniciou a gravação, nós damos boas-vindas, então, a todos para nossa reunião, nós temos uma
126 pauta bastante extensa, vou pedir a todos os participantes, inclusive, que vão ter a palavra para
127 apresentação para ficarem atentos aos prazos, aos tempos que nós planejamos para cada uma das
128 apresentações, de forma que a gente consiga vencer a nossa pauta no tempo previsto. Então para
129 dar início, eu gostaria até de oferecer a palavra para o nosso diretor da ANA, Ricardo Andrade
130 também poder fazer uma fala de abertura. Bom dia, Ricardo. Não sei se o Ricardo Andrade está
131 nos ouvindo.

132 **SR. RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE (ANA)** – Bom dia, Wilson. Bom dia, colegas do
133 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, amigos do Setor de Recursos Hídricos. Estamos
134 vivendo hoje um momento muito importante cada vez mais relevante para o nosso setor. Desejo a
135 todos uma reunião muito profícua, que traga esclarecimentos a temas de extrema relevância que o
136 Setor de Recursos Hídricos hoje passa. Teremos aí uma pauta muito rica, com muita... Muito
137 assunto que despertará muito interesse a todos nós. Desejo, Wilson, uma boa reunião, uma boa
138 condução. E fico muito feliz em poder participar de mais uma reunião do Conselho Nacional de
139 Recursos Hídricos.

140 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Bem, obrigado, Dr.
141 Ricardo Andrade. Então, para nós darmos início a nossa sessão, gostaria de pedir a todos que
142 fiquem atentos aos microfones para evitar qualquer ruído que possa atrapalhar a nossa a nossa
143 condução. Peçam a palavra, por favor, aqueles que têm à disposição no *Teams* a mãozinha para

144 que a gente possa passar a palavra e conduzir e conseguir coordenar ordem de inscritos. O
145 método de votação para aqueles itens que nós vamos hoje deliberar, a gente espera fazer... Não
146 fazer pela via nominal para nós ganharmos tempo, e aqueles que quiserem registrar sua posição,
147 nós vamos dar oportunidade para registrar a sua posição sobre os itens que serão deliberados na
148 reunião de hoje. Roseli, você pode, por favor, fazer a leitura dos procedimentos do Regimento
149 Interno, por favor.

150 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok. Somente terão direito aos votos
151 conselheiros titulares, os conselheiros suplentes só poderão votar quando substituir os titulares
152 ante a sua notória ausente ou se for expressamente delegado. Os conselheiros suplentes terão
153 direito a voz. Os conselheiros podem delegar a seu critério uso da palavra para manifestação em
154 plenário. E os conselheiros inscritos serão chamados por sua ordem de inscrição e farão uso da
155 palavra por apenas 3 minutos e deverão se ater exclusivamente ao assunto em discussão.
156 Encerrada a discussão os resultados obtidos serão submetidos ao Plenário para deliberação
157 conforme o caso. E durante o rito da votação não será concedida a palavra para pronunciamentos
158 e/ou apartes. E a matéria será declarada aprovada ou rejeitada pelo quórum de maioria simples
159 dos conselheiros presentes. São essas as orientações, Wilson.

160 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, então dando início
161 aos trabalhos vamos fazer a leitura da Ordem do dia. Roseli, você pode projetar para que todos
162 possam acompanhar? Nós temos como primeiro item de pauta uma apresentação que vai ser feita
163 pela Agência Nacional de Águas muito interessante feita na Câmara Técnica de Outorga e
164 Cobrança e que nós identificamos como de muita relevância que todos os conselheiros tomassem
165 conhecimento. Que vai tratar então dos contratos de gestão celebrados com as Agências de
166 Bacias e aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias de domínio
167 da União. Como próximo ponto nós temos uma apresentação também da ANA acerca da
168 declaração de criticidade de escassez hídrica e quantitativa na bacia do Paraná, e nós também
169 vamos aqui... estamos propondo também o encaminhamento ao plenário uma vez que nós temos
170 que definir os critérios para declaração de situação de escassez hídrica conforme está previsto no
171 inciso 23 da Lei, do artigo 4º da lei 9984. O ponto seguinte a proposta de resolução que altera o
172 artigo 2º da resolução 204, que trata da postergação do prazo para que o Comitê PCJ possa
173 apresentar alterações nos seus instrumentos, nos seus mecanismos e valores de cobrança. Na
174 sequência, nós temos uma apresentação sobre o andamento do Plano Nacional de Recursos

175 Hídricos, evolução do processo participativo e as próximas agendas. Como item 5 o plano de
176 elaboração para os processos de recursos hídricos em deliberação do CNRH, que foi fruto
177 inclusive de um relatório da Controladoria Geral da União para o qual nós como Secretaria
178 Executiva propomos um Plano de Ação que vamos apresentar aos senhores e senhoras. Por fim,
179 nós vamos apresentar o resultado da consolidação a agenda estratégica decorrente... Fruto da
180 nossa discussão da reunião passada em que nós mostramos os resultados da consulta feita. E por
181 fim, alguns assuntos gerais. Então dando início ao item 1 de pauta. Roseli, sobre a presença dos
182 contratos de gestão da ANA com as Agências de Bacia, que são as Entidades Delegatárias e
183 também demonstrando a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos de
184 bacias de domínio da União. Esse é o tema, eu diria número 1 citado na consulta aos
185 conselheiros, foi o tema mais recorrente, a questão da cobrança da eficácia, da eficiência e a
186 destinação adequada da aplicação dos recursos dessa cobrança. Então por esse motivo até como
187 principal colocado pelos conselheiros, nós trouxemos essa apresentação do Volney que vai nos
188 fazer, que é bastante interessante e importante que todos nós conselheiros tomamos
189 conhecimento. Então, os valores arrecadados na cobrança, eles são recolhidos pelo erário, são
190 repassados para fins previstos no artigo 1922 da 9433, combinado com o artigo 4º da Lei 10881
191 pelas agências delegatárias, atualmente a estrutura está em andamento, a forma como se
192 estruturou a criação das Agências de Bacia, Agências de Água. O objetivo nessa apresentação é
193 dar ciência, como eu disse ao plenário, sobre os contratos em vigor e aplicação dos recursos da
194 cobrança. Então eu convido o superintendente adjunto da ANA, Volney Zanardi para fazer sua
195 apresentação. Bom dia, Volney.

196 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (ANA)** – Bom dia.

197 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Bom dia. Após a
198 apresentação nós vamos expor de um tempo para debate, para os conselheiros que quiserem fazer
199 perguntas e esclarecimentos ao apresentador. Está contigo então, Volney, para a sua
200 apresentação.

201 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (ANA)** – Bom dia, obrigado, presidente. Queria saudar a
202 todos os colegas do Conselho Nacional, os colegas dos diversos órgãos estaduais, da sociedade
203 civil, do Governo Federal, os colegas da ANA. E queria agradecer essa oportunidade de
204 podermos fazer essa apresentação e ela vai diferir um pouquinho da apresentação que eu fiz na
205 CTOC, na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, é porque a motivação também desse processo

206 ela traz um pouquinho a questão dos contratos de gestão em si. O foco na CTOC foi mais de
207 tratar de algumas questões mais específicas da cobrança. Embora isso também tenha trazido
208 informações sobre os contratos de gestão. Eu vou ser muito... Procurar ser muito breve. A minha
209 apresentação, ela não é extensa, mas ela tem várias... Vários, vamos dizer assim, capítulos, até
210 porque como é a primeira vez que nós estamos trazendo essa temática para a plenária do
211 Conselho, a ideia seria justamente de podermos informar e dar uma informação básica para os
212 nossos colegas do Conselho Nacional. Então ela tem algumas informações que vou passar muito
213 rapidamente, que quem quiser pode ler com mais atenção depois. Então ela vai ter duas partes,
214 essa parte mais geral com contratos de Gestão e Aplicações do recurso da cobrança, e depois eu
215 separei uma parte com alguns exemplos que vão mais ilustrar, são fotografias, até fiz uma
216 apresentação separada porque ficou um arquivo muito pesado. Bom, se tudo der certo vamos
217 tentar entrar aqui na apresentação.

218 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, está na tela, Volney.

219 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Está na tela na forma de apresentação?

220 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim, tela cheia.

221 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Posso começar?

222 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Por favor.

223 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Então vamos lá. Como eu estava dizendo, o foco dessa
224 apresentação é justamente o acompanhamento dos contratos, o Ofício que a ANA enviou em
225 março com a avaliação dos contratos do exercício de 2020 foi um fator motivante desse pedido
226 de apresentação. Então, eu vou tentar agora avançar porque esse *Teams* toda hora ele começa
227 atualizações. Estão conseguindo ver aí? Está bom?

228 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim.

229 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Eu separei alguns itens aqui só para vocês terem uma
230 ideia da Lógica, vamos dizer assim, da apresentação. Ela inicia trazendo alguns elementos da
231 9433 das Agências de Água, até porque as Entidades Delegatárias, elas vêm a suprir a falta da
232 regulamentação das Agências de Água. a 10.881 que traz justamente esse regramento dos
233 contratos de gestão da possibilidade da delegação pelo Conselho Nacional à entidades que
234 possam fazer esse papel de agentes. Alguns aspectos aí da sustentabilidade financeira da EDs,
235 repasse, desembolsos, que é uma das demandas que presidente comentou. Depois entra um
236 pouquinho nos aspectos dos contratos que estão vigentes até 2020. E os aprimoramentos que

237 fizemos aí para o novo ciclo de contrato 2021 a 2025. E aí a gente tem assim, uma pequena
238 apresentação, mas só chamar atenção que as bacias que não têm cobrança a ANA tem mantido o
239 apoio a esses Comitês e essas bacias com escritório de apoio. Ao invés de contrato de gestão, nós
240 temos aí em termos de parceria ou de colaboração. E a parte dois que vai ter simplesmente
241 algumas fotos de aplicação de recursos da cobrança. Aqui é sempre importante, vou passar muito
242 rapidamente essa parte porque essa questão relacionada à Agências de Água é que estão na 9433,
243 que elas integram o Sistema Nacional que ela é condicionada o atendimento à sua criação que
244 condicionada à viabilidade financeira pela arrecadação da cobrança. No artigo 41, botei ele
245 separado aí é importante registrar que as Agências de Água exercerão a função da secretaria
246 executiva dos respectivos Comitês de bacias. E no 44 tem uma série de competências das
247 Agências de Água que serão depois delegadas às Entidades Delegatárias. Então tem desde o
248 balanço disponível, o cadastro de usuários, administração financeira dos recursos arrecadados
249 com a cobrança, gerir os sistemas de informações, celebrar convênio, elaborar propostas
250 orçamentárias, promover estudos necessários à gestão, elaborar o plano de Recursos Hídricos e
251 propor ao Comitê dentro das competências do artigo 38 da 9.433 o enquadramento, os valores a
252 serem cobrados e o Plano de Aplicação de Recursos e o rateio de obras. Então essas
253 competências que, vamos dizer assim, estão previstas na 9.433 para as Agências de Água, o fato
254 dela ainda não ter sido regulamentada no modelo de Agência de Água Federal fez com que em
255 2004 se propusesse e fosse aprovado a lei que é a 10.881 onde ela prevê duas coisas importantes.
256 Primeiro, a possibilidade de delegação de competência pelo Conselho Nacional a partir da
257 escolha do Comitê de Bacia para uma entidade dessas competências e que a ANA, no artigo 1º da
258 10.881 possa firmar contrato de gestão. Então eu acho que o primeiro ponto da apresentação é
259 deixar claro, não existem Agências de Água no sistema Federal o que nós temos para as bacias
260 que tem cobrança são Entidades Delegatárias que vão exercer suas funções com exceção de uma
261 função que não pode ser delegada, que é a função da cobrança. Essa função é exercida pela ANA
262 que arrecada cobra e repassa esses recursos para as Entidades Delegatárias. Então assim,
263 definindo aqui rapidamente o que é um contrato de gestão? A gente procurou resumir como se
264 fosse... é um instrumento jurídico firmado por prazo determinado e discrimina atribuição, os
265 direitos, responsabilidades e obrigações entre ANA, Entidades Delegatárias, e CNRH e que
266 disciplina os serviços de... Esses três serviços são, vamos dizer assim, os que estruturam o
267 contrato de gestão e o nosso plano de trabalho, das metas, indicadores e metas do nosso contrato

268 de gestão. E a Secretaria Executiva, esse processo de organizar as reuniões, de dar todo esse
269 apoio administrativo ao Comitê de Bacias para que ele tenha a capacidade de executar suas
270 tarefas, que está previsto na legislação. A administração financeira dos recursos repassados pela
271 ANA. Então, eles fazem esse gerenciamento dos recursos financeiros, eles aplicam, eles são
272 gestores desse recurso. E por fim, o apoio e a implementação do plano de recursos hídricos da
273 bacia hidrográfica, então tem três funções que as delegatárias desempenham, uma função de
274 Secretaria Executiva, uma função de gestão financeira e uma função técnica de apoio a
275 implementação do Plano de Recursos Hídricos. Então esse é pano de fundo dos serviços que são
276 prestados no contrato de gestão. Indo agora para uma questão mais objetiva, nós temos hoje dez
277 Comitês de Bacia Hidrográficas Interestaduais, desses nós temos seis com cobranças, o
278 Paranaíba, o Doce, o Paraíba do Sul, São Francisco, Verde Grande, PCJ. Três sem cobrança
279 implementada, que é o Paranapanema, o Grande e Piancó Piranhas-Açu e um que está em
280 processo de instalação que é o Parnaíba e nós estávamos com a previsão de ter concluído a
281 criação do Comitê com a posse da diretoria o ano passado em junho, e fomos atropelados pela
282 pandemia e com isso estamos tentando retomar esse ano trabalhando para retomar não só o
283 contrato de mobilização, mas como garantir a posse da nova diretoria até dezembro de 2022,
284 como está na própria resolução do Conselho Nacional que prorrogou o mandato da diretoria
285 provisória do Comitê. Bom, então são esses dez Comitês, nós tivemos... Nós temos uma história
286 já de muito aprendizado eu acho que não podemos subestimar todo esse acúmulo que nós temos
287 no Sistema Nacional de Recursos Hídricos, não só, aqui eu estou trazendo aspectos mais os
288 Comitês mais interestaduais, mas também dos Comitês estaduais, dos sistemas Estaduais de
289 recursos hídricos. Nós tivemos desde 2004 contratos para as bacias do Paraíba, São Francisco,
290 PCJ, Doce, Paranaíba e Verde Grande. Esses contratos, essa geração de contratos que o primeiro
291 foi Paraíba do Sul em 2004 e o último aí a ser, vamos dizer assim, firmado tinha sido Verde
292 Grande em 2017, eles concluíram um ciclo de, vamos dizer assim, de um certo estágio do
293 processo dos contratos de gestão e foram substituídos o ano passado, em dezembro nós firmamos
294 novos contratos de gestão, um novo modelo, um novo olhar de Governança, uma série de
295 inovações que vão, vamos dizer assim, acelerar esse processo de implementação e utilização dos
296 recursos da cobrança e dos próprios contratos de gestão. Então importante aqui a chamar atenção
297 de que nós temos contratos, agora um ciclo de contratos de 2021 a 2025, e esses ciclos, eles terão
298 todo o acompanhamento que eu acho, espero seguidamente estar retornando aqui ao Conselho

299 Nacional para trazer os avanços, não eu, mas a ANA, os avanços em relação a essa nova geração
300 de contratos que foram firmados. Aqui para ter uma ideia... tem uma outra pessoa que assumiu o
301 controle aqui da apresentação, não sei quem foi. Acho que foi a Roseli talvez. Nós temos aqui
302 essa figura que procura trazer para vocês o resumo do que foi repassado às Entidades
303 Delegatárias nesse período de 2004 e 2020, sempre lembrando... Opa! Saiu apresentação?

304 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Projeta novamente, por
305 favor, Volney, para você ter de volta...

306 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Deixe-me ver aqui, só um pouquinho. Estava falando
307 então dos contratos e aqui do repasse. Estão todos vendo agora a apresentação?

308 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Estamos sim.

309 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Então o importante aqui ver o seguinte, durante esse ciclo
310 de contratos de 2004 a 2020, claro, nós temos diferentes arrecadações e desembolsos, até porque
311 são... Uma história diferente, existe uma diferença de arrecadação em cada bacia, mas a grosso
312 modo nós tivemos aí 762 milhões de reais que foram repassadas às Entidades Delegatárias
313 durante esse período. Aqui nós temos AGEVAP foram 192 milhões foram arrecadados e foram
314 desembolsados 177. Mas assim, de forma... Nós temos aqui desde a mais recente que tem uma
315 arrecadação muito pequena, que é o caso da bacia do Verde Grande, nós tivemos uma nesses três
316 anos, tivemos uma arrecadação de 370 mil e desembolso de 114. Então nós vamos desde 200,
317 300 milhões de arrecadação até esses valores. São desafios que os contratos tem que enfrentar e
318 nós temos que sempre estar avaliando. Então foram 762 milhões repassados pela ANA e 645
319 desembolsados. Esse processo, ele foi muito diferenciado nas bacias e é interessante, porque o
320 que nós vemos é que nós temos esse crescimento dos recursos que estão sendo repassados, nós
321 tivemos também de uma forma interessante desde 2011/2012, quando se implementou um
322 instrumento muito relevante que é o Plano de Aplicação Plurianual, que até esse momento os
323 Comitê sempre esperavam ver quanto que ia entrar o dinheiro para fazer o planejamento da
324 aplicação, a partir do momento que entrou o Plano de Aplicação Plurianual tivemos uma... O
325 saldo, a diferença entre o repasse e o desembolso anual se manteve, até começou a diminuir nos
326 últimos anos. Então nós vemos aí a importância desse processo de planejamento e de
327 acompanhamento do Comitê da execução desses recursos. Então aqui nós temos um incremento
328 dos repasses ano a ano. Nós temos aqui os desembolsos ano a ano, e nós temos aqui o saldo que é
329 essa diferença entre o repasse e o desembolso. Acho que isso é muito importante porque isso

330 mostra que nós estamos tendo um aumento de arrecadação e nós estamos tendo aí um aumento
331 também proporcional na velocidade de desembolso desses recursos. É um dos exemplos desse
332 processo, acho que é muito importante chamar a atenção desse ciclo que se encerrou, é que em
333 praticamente todas as bacias a ANA de 2010 à 2018 um pouco de 2019, ela repassava cerca de 3
334 milhões de reais por ano para complementar o custeio das Entidades Delegatárias, que a cobrança
335 não conseguia, vamos dizer assim, nem a cobrança e nem o processo de gestão, porque eu acho
336 que nesses últimos anos se investiu bastante, as delegatárias tiveram grande avanço nos seus
337 procedimentos, na sua governança, e isso permitiu com que... Levou com que esse processo que o
338 conselho implementou nos últimos anos de incremento do PP e do aprimoramento do processo de
339 gestão das próprias delegatárias, nós deveremos como o Paranaíba que a partir do ano que vem
340 vai começar a arrecadar em torno de 20 milhões por ano e com o incremento também está
341 previsto, deve estar chegando ao Conselho Nacional do PP do ... nós deveremos estar, com
342 exceção do Verde Grande, todas as entidades delegatárias terão sustentabilidade financeira
343 garantida. Isso é muito importante, porque isso dá autonomia e dá segurança nosso sistema, quer
344 dizer, esse é um resultado importante desse ciclo de contrato de 2004 à 2020. Então chamar a
345 atenção que esse ciclo aqui que a ANA precisava complementar os recursos de custeio, ele
346 passou e que nós estamos agora entrando no período, não só de garantia a sustentabilidade das
347 Entidades Delegatárias, mas de aperfeiçoar a efetividade da aplicação dos recursos. E não é só
348 gastar o dinheiro, mas é gastar bem o dinheiro e gastar ele de uma forma que traga a melhoria na
349 qualidade e na disponibilidade. Quem quiser complementar mais alguma informação sobre
350 cobrança e quiser aprofundar um pouco nessa temática eu recomendo o Conjuntura 2019, ele tem
351 um encarte específico. E aí eu acho que é um bom início de ter um panorama geral não só no
352 sistema interestadual, mas também nos sistemas estaduais. Agora entrando mais na questão dos
353 contratos de gestão, nós temos uma comissão de avaliação e é importante chamar a atenção que a
354 ANA acompanha contratos, mas quem faz avaliação dos contratos de gestão é uma comissão que
355 é prevista na lei 10.881 e que tem participação... É uma comissão interministerial. Então ela tem a
356 participação do MDR, da ANA, do Ministério agora da Economia e esse processo não é... A
357 avaliação dos contratos, ela tem uma comissão específica que desempenha essa função. Aqui
358 temos outros regulamentos que tratam da operacionalização dessa comissão. E aqui vocês têm
359 um histórico. Um histórico das notas, dos conceitos obtidos pelas Entidades Delegatárias, vocês
360 veem aqui que as mais antigas, temos aqui que eu peguei de 2010 até 2020. AGEVAP, Peixe

361 Vivo, o PCJ e a Peixe Vivo na bacia de São Francisco, contrato 014, depois gradativamente nós
362 tivemos a entrada do IBIO em 2011, da ABHA em 2012, sendo que a cobrança do Paranaíba
363 começou a arrecadação mesmo em 2018 e o Verde Grande que é a mais recente, 2017 começou
364 arrecadação, 2018. 2017 assinou o contrato e em 2018 começou arrecadação. E agora com a
365 substituição do IBIO entrou a AGEVAP Doce. AGEVAP Doce assumiu o apoio como Entidade
366 delegatária da Bacia do Doce, do Comitê Doce. Eu vou agora sim, isso aqui, eu acho que é
367 importante ver que de uma forma geral as notas sempre foram razoáveis, nós tivemos algumas
368 oscilações em algumas bacias no último ano apesar da pandemia se recuperaram, no entanto, o
369 que é interessante chamar a atenção é que esse processo nos levou até um aprendizado porque
370 nós identificamos que os indicadores antigos, as metas, elas estavam com um caráter muito de
371 tarefas e que não refletiam o esforço da Entidade Delegatária. E traziam dificuldades, vamos
372 dizer assim, para nós. E o próprio Comitê muitas vezes propor mais desafios para essa agenda de
373 gestão dos recursos da cobrança. Em função disso, a partir de recomendações da Comissão de
374 Avaliação do próprio TCU nós decidimos por isso a uns dois, três anos atrás iniciar uma
375 estratégia de modernização dos contratos. A gente viu que esse ciclo de implementação e de
376 aprimoramento das Entidades Delegatárias precisava de novos desafios, de novas abordagens
377 para a gente avançar nesse conceito do modelo de Entidade Delegatária com arrecadação pela
378 ANA e repasse para aplicação dos recursos. E basicamente três eixos nós trabalhamos para
379 avançar. Uma que é a revisão do marco normativo que a ANA tem pela 10.881 atribuição de
380 fazer regulamentação das normativas relacionadas a contratos de gestão. O novo modelo de
381 contrato, olhando muito para aqueles três eixos de serviços, Secretaria Executiva, gestão
382 financeira e apoio a implementação do plano. E vocês viram lá atrás, eu chamei atenção do Plano
383 de Aplicação Plurianual, a importância que ele teve naquele momento, nós verificamos que novos
384 desafios seriam importantes, principalmente padronizando o Plano de Aplicação Plurianual, até
385 para que a gente pudesse ter uma maior facilidade de acompanhar a execução do Plano. Isso até é
386 uma determinação do próprio TCU, como também permitir até a comparação entre as diferentes
387 bacias hidrográficas, como está avançando a implementação dos instrumentos de gestão ações de
388 apoio as políticas setoriais. Então esse processo, foi um processo que tomou os últimos três anos
389 e que gerou esse novo ciclo de contratos e começou a partir desse ano. Então para vocês terem
390 uma ideia, aqui só para ilustrar, foram revistas uma série de resoluções que vão desde a gestão
391 patrimonial, procedimentos para prestação de contas, procedimentos para compras e contratação,

392 resolução 122, a contratação de pessoas da Entidade Delegatária, a definição de fiscais de
393 contrato, que ainda não havia essa definição no âmbito dos contratos de gestão, o enquadramento
394 de despesas, essa resolução aqui é muito importante. Depois de 15 anos de aprendizagem com
395 esse processo dos contatos de gestão, nós identificamos toda uma série de possibilidades que
396 facilitaram esse processo de enquadramento das despesas, deixando, separando o que era a
397 questão dos gastos finalísticos e dos gastos de custeio, que são aqueles que estão limitados a
398 7,5% da cobrança e que tinha sido até então um limitante muito grande na aplicação desses
399 recursos e no enquadramento desses recursos como recurso de custeio. Então esse processo
400 agregado ao aumento de arrecadação e a resolução 29 facilitaram essa visão de sustentabilidade
401 financeira para as Entidades Delegatárias. E por fim, a cereja do bolo aqui o ano passado, em
402 dezembro, conseguimos regulamentar a modalidade de chamamento público de projetos, que vai
403 permitir a aplicação de recursos reembolsáveis, até agora sempre foram fundo perdido abriu-se
404 essa possibilidade de apoiar uma série de entidades que antes ficava complicado enquadrá-las
405 como elegíveis para recursos a fundo perdido. Então isso aqui é mais um avanço, provavelmente
406 nós devemos estar começando esse processo na bacia do Paraíba do Sul, primeira experiência.
407 Aqui é prestação de conta, a gente, vocês veem que esse processo aqui intensificou muito, tem
408 algumas pendências de prestação de conta. Em 2020 fizemos um processo muito intensivo com a
409 auditoria da ANA, com a área de administração e finanças da ANA, com a própria SAS -
410 Superintendência de Apoio, praticamente nós estamos com todas as prestações de contas
411 aprovadas, tem uma só que está pendente a análise, mas também está em fase final. Então esse
412 processo é importante porque isso retroalimenta rapidamente o sistema e as correções tem que ser
413 feitas, são feitas, e todo ano nós encaminhamos essas prestações de contas para o Conselho
414 Nacional tomar ciência. Deixe-me só avançar aqui. Aqui deixar para vocês um registro dos novos
415 indicadores, que eles estão nos planos de trabalhos dos contratos de gestão, eles envolvem desde
416 questões do nível de atendimento das Entidades Delegatárias e encaminhamentos solicitados pelo
417 Comitê. Esse é todo um processo que antes era feito pelo formulário e hoje é feito de uma forma
418 muito mais objetiva, e fácil de ser verificada e permite que a gente utilize essas informações até
419 para quantificar o esforço das Entidades Delegatárias, no atendimento do Comitê isso relaciona
420 com custeio, com os custos. Temos aqui de desembolso nas ações finalísticas, nós temos a taxa
421 de administração em real da Entidade Delegatária, o que realmente cada real investido e que
422 custa, isso é importante, porque muitas vezes você se mantém entre 7,5%, mas essa relação entre

423 investimento e o que gasto com cada investido não é uma relação boa, então nós estamos também
424 avançando. E colocamos questões como do índice de cumprimento de recomendação da auditoria
425 interna da ANA. Essas questões de governança, elas são muito importantes para gerar esse
426 conceito, gerar essa cultura de proatividade nas Entidades Delegatárias. Aqui vocês veem essa
427 estrutura programática do PAP, são quatro grandes grupos, gestão de recursos hídricos, agenda
428 setorial, apoio ao Comitê de Bacia, que é a parte do custeio, que também hoje é acompanhado no
429 âmbito do Planejamento Plurianual, então isso aqui é importante, tudo isso aqui foi padronizado,
430 são vários programas e ações que vão permitir que a gente crie o processo de monitoramento do
431 PAP e por conseguinte da implementação dos Planos de Recursos Hídricos. Quem quiser mais
432 informações sobre os contratos de gestão, aqui tem no site da ANA, todas essas informações
433 estão lá, os contratos, os planos, as prestações de contas, estão todas nesse site aqui. Já estou
434 chegando perto do final, e eu queria só chamar atenção para um ponto, aquelas bacias que não
435 tem cobrança, elas tem um apoio do Governo, da ANA, e não é a partir de Entidade Delegatária
436 porque os recursos, o contrato de gestão é para as bacias que tem cobrança, mas eles são através
437 de parceria e agora por termo de colaboração, que é essa legislação mais moderna, os termos
438 seria foram todos encerrados até o ano passado, aqueles que existiam, e nós temos novos termos
439 de colaboração firmados para suportar, para apoiar, o Piancó Piranhas-Açu, o Grande e o
440 Paranapanema. Então para vocês terem uma ideia de aplicação de recursos.

441 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Volney, só te alertar
442 mesmo sobre o tempo, está bom?

443 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Eu tenho mais um minuto aqui, depois vou só abrir
444 rapidamente ali umas fotos de aplicação dos recursos, Presidente.

445 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – está ok.

446 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Então assim, vocês veem aqui esse é mais ou menos o
447 histórico de aplicação de recursos nos escritórios de apoio, e aqui vocês veem, nós tivemos todo
448 um processo também de otimização desses contratos, dos custos, e a ideia é a gente mantenha um
449 bom acompanhamento dessas tarefas dos custos relacionados ao escritório de apoio, são recursos
450 da ANA, e nós devemos ter aqui, a partir de 2022 deve entrar o escritório de apoio do Parnaíba.
451 Nós devemos começar um processo de seleção. Aqui então é a questão mais de contas que o foco
452 do termo de colaboração muito é controle por resultados, ele é bem mais moderno esse
453 acompanhamento. E aqui vocês têm os destaques do exercício de 2020, que foi um ano além

454 daquela toda aquela agenda das prestações de contas, toda a parte de renovação dos termos de
455 colaboração e dos contratos de gestão. E aqui eu queria só pedir licença, uns 5 minutinhos eu vou
456 apresentar só alguns exemplos de aplicação dos recursos. É só, muito rápido aqui, presidente,
457 porque agora é só ir passando e depois quem tiver dúvida, eu me coloco à disposição para
458 esclarecer. Então aqui são exemplos de aplicação de recursos, nós temos desde os mais, vamos
459 dizer assim, simples, é o caso do Verde Grande, que é uma arrecadação muito pequena, então ele
460 financiou um estudo sobre a conservação de recursos hídricos lá na bacia do Rio Juramento. A
461 maior parte da operação desses contratos são recursos que foram aplicados para a ANA, quer
462 dizer, esse aqui é um estudo pequeno, mas foi feito estudo, foi feito manual de operação, o MOP
463 do plano do Verde Grande, foi feito um estudo de oferta hídrica para discutir opções e
464 alternativas de preservação para a bacia. Então essa aqui na bacia do Verde Grande, nós temos na
465 bacia do Doce, apesar de todas as dificuldades que o IBIO teve nos últimos dois anos teve uma
466 agenda que gerou projetos interessantes. Na bacia do Paranaíba, o Paranaíba a cobrança é recente,
467 mas aqui já teve aplicação do projeto canal Santos Dumont, esse aqui acho que de um milhão e
468 oitocentos mil aplicados e beneficiou toda uma população da área rural do Distrito Federal. Aqui
469 na Agência Peixe Vivo tem projetos muito interessantes, de um caráter muito de apoio social,
470 aqui nós temos sistema de abastecimento ao povo indígena Pankará, sistema de captação para o
471 município de Pirapora, obras de adequação, essas questões de erosão, do povoado Resina,
472 implantação do sistema de foça agroecológica no povoado Sítio Nazário, tudo isso aqui tem série
473 de informações que eu não estou trazendo porque senão não ia dar tempo. Serviço de
474 requalificação ambiental da bacia do córrego Confusão, obras de adequação também aqui na
475 comunidade Fortaleza, tudo isso com recurso da cobrança, Paraíba do Sul, tem uma lista,
476 AGEVAP Paraíba do Sul tem uma lista enorme de projetos em andamento, alguns concluídos.
477 Aqui vocês também têm desde resíduos sólidos, captação de água, série de obras, aqui que foram
478 realizadas principalmente dentro desse conceito do ... relação com saneamento, obra do 4º tanque
479 na estação de tratamento de esgoto em Bandeira Grande. Aqui você tem no PCJ uma abordagem
480 interessante, o PCJ investiu muito recurso de 2013 a 2020 na parte de monitoramento, 26 milhões
481 de reais na parte de monitoramento de recursos hídricos. Então você tem muito interessante esse
482 trabalho deles, uma série de recursos aqui que foram aplicados, muito em saneamento. Então
483 quem quiser acompanhar tem aqui esses dados também detalhados aqui que foram apresentados,
484 encaminhados pelo nosso colega da agência TCJ. Então, não quero tomar mais tempo, Presidente,

485 a ideia seria passar uma visão geral das aplicações, e claro que acho que se nós conseguirmos
486 criar uma rotina de anualmente retornar com novas informações dos novos contratos, seria muito
487 importante poder trazer para o Conselho, são recursos, hoje o recurso da cobrança está
488 movimentando cerca de 100 milhões anuais, os próximos contratos de gestão deverão gerir aí em
489 torno de 600 milhões a mais de reais, então são recursos significativos que os Comitês de Bacia
490 estão trabalhando junto com as Entidades Delegatárias para priorizar e garantir essa vertente de
491 implementação de uma forma descentralizada e participativa na nossa Política Nacional. Eu
492 quero agradecer mais uma vez a atenção de todos e, Presidente, me coloco à disposição para
493 qualquer esclarecimento.

494 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado. Volney. Acho
495 que foi muito boa a sua apresentação, claro que você teve que correr aí, que o conteúdo seria bem
496 mais extenso, como foi colocado na Câmara de Outorga e Cobrança, mas conseguiu trazer um
497 panorama importante mostrando a eficiência que vem se ganhando na aplicação dos recursos,
498 sobretudo de 2011 para cá, em função até da instituição do Plano de Aplicação Plurianual que se
499 coloca como um instrumento de planejamento muito importante, que inclusive nós precisamos
500 como representantes do sistema acompanhar a construção desse plano de forma mais próxima aos
501 Comitês de Bacia, tendo em vista esse potencial desse instrumento de planejamento. E também
502 um outro imposto importante é a questão da sustentabilidade que vem se colocando ao Comitês
503 Federais, ganha essa maturidade em função da sustentabilidade e daqueles seis que já tem a
504 cobrança instituída, e a gente espera que os demais que ainda não tem cobrança possam evoluir
505 para esse processo. A gente sabe dos ganhos que se tem com a cobrança, das vantagens que se
506 ganha para a gestão do recurso hídrico na bacia. Então é muito importante que nós possamos
507 incentivar esses Comitês a avançar na cobrança. Então sem perder muito tempo, queria passar
508 então para o Anivaldo, primeiro inscrito. E nós temos Davi Bomtempo também segundo escrita,
509 por favor, Anivaldo.

510 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CONSELHEIRO TITULAR - CBHSF)** – Bem,
511 bom dia a todos e todas aqui na reunião. Eu queria ser bem sintético devido ao tamanho da pauta
512 e os assuntos. Elogiar aqui apresentação do Volney, não vou repetir tudo que ele disse é claro,
513 mas vou destacar que de fato a Agência Nacional, e aí também sobre estímulo de outros órgãos
514 de controle, como o Tribunal de Contas da União e outros, de fato, nos últimos anos fez um
515 trabalho que tornou bem mais racional, mais objetivo o trabalho para tornar mais eficiente o

516 desempenho das Entidades Delegatárias, e toda essa relação contratual entre Agência Nacional,
517 Agência Delegatária e Comitês de Bacias como anuentes ou intervenientes. Então acho que essa
518 relação ficou mais clara, foi um esforço de todos e hoje também houve avanços, como foi dito
519 aqui. Principalmente nessa questão de fugir da camisa de força do 7,5% e requalificar na conta de
520 investimentos despesas que de fato dão maior musculatura às Agências de Bacias para poder
521 acompanhar a dinâmica dos Comitês. Enfim, eu acho que esse caminho é fundamental. Uma
522 segunda coisa que eu queria dizer é que esse sistema de Agências Delegatárias me parece sem
523 excluir a possibilidade de Agências Federais em algumas situações, como de rios intermitentes ou
524 em condições regionais outras, mas acho que essa experiência das Entidades Delegatárias, ela
525 vem se firmando, se consolidando, é importante que Agência Nacional de fato, estimule que
526 Agências Delegatárias possam ir se especializando cada vez mais nessa relação conjunta. Então
527 isso a meu ver, nos aponta um avanço significativo na aplicação dos recursos da cobrança
528 conforme o espírito da Lei 9433 e os seus princípios participativos compartilhados, sobretudo,
529 descentralizados, que é de fato o caminho para tornar a gestão das águas presentes, não, digamos
530 assim, nas regiões centrais aonde se faz, digamos assim, administração disso tudo, mas sim lá na
531 ponta, onde as coisas acontecem que são de fato nas bacias e sub-bacias hidrográficas. E por fim,
532 eu queria fazer um apelo aqui ao Wilson. E mais uma vez reafirmar a necessidade em que se seja
533 criado o Comitê das Bacias do Rio Mundaú e Paraíba do Meio. Esse Comitê é fundamental para
534 Alagoas e Pernambuco, as últimas enchentes de 2010 causaram prejuízos e destruíram quase 15
535 cidades, não vamos esperar que haja uma outra enchente para que de fato uma articulação
536 institucional possa criar naquela bacia um outro tipo realidade que não seja essa de a cada década,
537 década e meia você vê que, digamos assim, afrontar isso. Então volto a insistir, os municípios
538 estão de acordo, os estados e eu gostaria de fazer esse apelo para que de fato o processo do
539 Comitê do Mundaú e Paraíba do Meio possa caminhar e criar uma nova.

540 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É melhor nós voltarmos.
541 Desculpa interromper, mas está feito o registro da questão do Comitê Mundaú, que já é um tema
542 que nós debatemos, inclusive na penúltima reunião do Plenário e agradeço também suas
543 contribuições aos avanços que vem sendo feito com esse modelo das Agências Delegatárias. Eu
544 peço desculpa por interromper, mas para a gente ser objetivo.

545 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CBHSF)** – Não tudo bem, tranquilo.

546 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Enfim, eu vou até vou
547 ficar mais atento ao prazo, vou acompanhando no máximo 3 minutos de manifestações para a
548 gente não se alongar muito, ok? Então passo agora para Davi Bomtempo, por favor, Davi.

549 **SR. DAVI BOMTEMPO (CONSELHEIRO TITULA - CNI)** – Bom, primeiro bom dia,
550 Wilson, não vou nem gastar os três minutos, de forma que o seguinte pode utilizar também.
551 Primeiramente queria elogiar a apresentação do Volney, uma apresentação bastante estruturada,
552 com racional bem estabelecido. E vou pegar a última frase dele durante a apresentação ao qual
553 ele colocou a possibilidade, a necessidade de se criar uma rotina. Eu acho que isso para mim foi
554 muito importante, essa fala no sentido dar gente cada vez mais publicidade, cada vez mais
555 transparência e investir cada vez mais nesses indicadores. Por que ao longo da apresentação a
556 gente tem um caminho mental que vai convergir para a apresentação desses indicadores, mas
557 entendi também que esses indicadores estão em construção, mas que é uma ferramenta
558 importante quando a gente quer comparar os mais variados Comitês de Bacia. E também como é
559 feito esse investimento? Então a partir do recurso da cobrança quanto que está indo para
560 investimento? Quanto está indo para custeio? Que tipo de investimento é esse? É muito mais
561 prioritário a área de saneamento? Que outras linhas também a gente possa ter conhecimento para
562 onde que esse recurso está indo. Então eu acho que é muito importante a gente ter de forma
563 bastante didática essas informações, e reforço aí também a sugestão do Volney de estabelecer
564 essa rotina para que a gente tenha acesso de uma forma adequada a todos esses indicadores e
565 números que são tão importantes para a gestão. Então, fica aí também a minha sugestão. Com
566 certeza outros indicadores poderão ser propostos, como indicadores de eficácia e eficiência, vi
567 também que tem uma certa discussão, mas fica aí também o meu registro de apoio a essa ação tão
568 importante para a gestão. Obrigado. Wilson.

569 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, acho que
570 bem pontuado, Davi, essa questão dos indicadores que a gente precisa avançar, é fundamental
571 para que façamos um monitoramento e a Comissão também, não é, Volney? Que faz esse
572 acompanhamento da devolução das Agências Delegatárias, aqui pelo Ministério participam
573 Anderson e Adriana Lustosa, representando o MDR nessa Comissão. E aí até peço então,
574 registrando para que os dois fiquem atentos para poder acompanhar esse assunto juntamente com
575 a equipe da ANA. E avançar na definição desses indicadores está ok? Passar então para o Wilson,
576 por favor Wilson.

577 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO SUPLENTE - AMAT)** – Bom dia a
578 todos. Bom dia, Volney. Eu vou parabenizar a Agência Nacional de Águas pelo avanço que vem
579 sendo implementado às suas políticas internas no acompanhamento e implementação da política
580 de gestão de recursos hídricos. Nem se podia esperar nada diferente, uma vez que os seus
581 técnicos são qualificados e se dedicam a esse trabalho. Mas eu vou fazer, chamar a atenção para
582 três pontos que me despertaram a atenção durante a tua apresentação, Volney. Essa comissão de
583 avaliação dos contratos, me preocupa um pouco ela ser só integrada por agentes públicos. Eu
584 acho que poderia haver aí uma participação tanto da sociedade civil, como um representante
585 também dos usuários. Podia ser indicado pelo próprio Conselho Nacional. Um outro ponto é no
586 *slide* sobre os escritórios de apoio, aparece assim: transferências voluntárias de recursos. Essa
587 transferência voluntária está muito referida aquele tal do DOT que se usou como se fosse uma
588 espécie benesses da Agência Nacional de Águas para a implementação da política, quando na
589 realidade a implementação da política é obrigação da Agência Nacional de Águas. E quando você
590 estabelece um instrumento jurídico com determinado Comitê de Bacia para prestar algum apoio
591 técnico essa contribuição deixa de ser voluntária, é uma contribuição, é um apoio financeiro a
592 implementação da política. Então incomoda um pouco esse tipo de abordagem desse dinheiro. E
593 uma última observação que eu gostaria de fazer é que pelos últimos *slides* que foram
594 apresentados nós vemos uma grande aplicação de recursos em saneamento, claro, cada Comitê
595 sabe aonde deve investir, decide aonde deve investir para atingir seus objetivos de melhoria da
596 qualidade e quantidade da água. O que me preocupa um pouco é os recursos da cobrança estarem
597 sendo muito direcionados para implementação de políticas de competência de outros Ministérios
598 ou de outros órgãos que deveriam ter uma ação específica para esse fim. E, claro que você pode
599 usar esses recursos para alavancar algum dinheiro, fazer parcerias, mas a crescente aplicação
600 desses recursos em atividades de outros de outros órgãos governamentais pode vir a
601 descaracterizar toda essa questão da política. Mas é só isso, obrigado.

602 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Passar então para
603 Wanderley. Bom dia, Wanderley.

604 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR - AESBE)** – Olha,
605 eu vou ser muito rápido, Wilson, eu queria também falar aqui do meu colega que me antecedeu.
606 Aproveitar a fala dele e também do Davi. Primeiro parabenizar a ANA, porque não é fácil você
607 estabelecer ou ter regras e fazer com que ela chegue no chão da fábrica. Você, eu sei que não é

608 fácil. Mas aí nós temos uma mensagem, viu, Wilson. Uma mensagem muito clara, é possível não
609 ser deficitária. Mesmo em um período de pandemia nós os usuários também cumprimos a nossa
610 parte com o pagamento pelo uso da água também a nossa partezinha está aí, mesmo com todas as
611 dificuldades. Portanto, aquela discussão que fizemos, uma longa discussão de 7,5% poder entrar
612 no dinheiro do investimento, que não ia, não é verdade. É possível ser eficiente sim. Então está
613 aqui a prova, um belo trabalho da ANA, um belo trabalho das delegatárias, porque ninguém faz
614 nada sozinho também. A ANA deu orientação, tem a lei, tem a compilação, mas quem pega na
615 massa são as delegatárias, sem sombra de dúvida, e no dia a dia não é fácil. Eu quero também
616 falar um pouquinho do Wilson que comentou. Acho que esse dinheiro, uma boa parte dele pode
617 sim ser revertida para proteção dos mananciais. Proteger Mananciais é investir na causa e não no
618 efeito, então pode sim proteger mananciais ao invés de implementação de políticas que outros
619 órgãos podem suportar essa demanda. E também fazer aqui, registrar o meu, olha, é quase um
620 protesto, viu, Wilson. Eu queria dizer que não consegui entender porque na Comissão de
621 Avaliação não tem nenhum representante dos usuários. A gente já é meio massacrado no CNRH
622 por uma quantidade de representantes dos Ministérios. A gente tem direito praticamente a voz,
623 porque a voto não adianta votar, você sabe disso. Agora nesta que nessa Comissão específica,
624 faço aqui meu apelo, meu registro, hein, Davi, que a gente também participe dela, por que não?
625 Já fica aqui o meu registro, a dificuldade que é participar do CNRH por conta da disparidade dos
626 votos válidos. Mas de qualquer forma, era isso que eu queria dizer, muito obrigado, acho que não
627 gastei nem meus três minutos, mas fica o registro. Muito obrigado, Wilson, pela oportunidade.

628 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Só comentar que a
629 Comissão, ela é formada pela lei, me corrige, Volney.

630 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – É a 10.881, está definido no artigo 3º, está na lei que os
631 membros são ligados aos órgãos do Governo Federal.

632 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Mas tem um ponto
633 importante, que é importante que o CNRH e todos os participantes aqui, é que esse da Comissão
634 ele é submetido para apreciação do CNRH. Então sempre quando houver essa apreciação, quem
635 aprova é o próprio CNRH. Então tem essa oportunidade de trazer as observações, as
636 considerações também sobre essa avaliação está ok? Então acho que com isso nós encerramos os
637 inscritos.

638 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Queria só fazer alguns comentários, presidente. Para
639 responder.

640 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, por favor.

641 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR** – Queria só fazer as observações, presidente, se me
642 permite, rapidamente. É o seguinte, as observações que o Wilson traz, a questão da CAV existe
643 uma definição, a Comissão de Avaliação ela que faz avaliação, é dela essa prerrogativa e
644 constituição dela está prevista na 10.881. Então o que está ali dentro da 10.881 o que for possível
645 fazer para atender essas preocupações se faz, mas já está na própria lei. Essa questão da
646 transferência voluntária tem um ponto aí que é o seguinte, o recurso da cobrança, o recurso
647 arrecadado pelo Comitê, esse recurso, o gestor do recurso é o Comitê e Entidade Delegatária, no
648 caso do recurso da fonte 183, que não é da cobrança o gestor do recurso é a ANA, então a
649 responsabilidade pela aplicação técnica e administrativa é da ANA, não é do Comitê e nem da
650 Entidade Delegatária. Então tem que tomar um certo cuidado com isso aí, porque existem
651 responsabilidades diferenciadas nesse processo. O recurso da cobrança quem define a prioridade,
652 a estratégia, se quer colocar em saneamento, se quer colocar em recuperação, isso é o Comitê que
653 faz, e ele tem competência para isso, e ele responde aos seus membros e a Delegatária
654 implementa, ela tem obrigação de organizar isso de uma forma que seja, vamos dizer assim,
655 possível de ser implementada. E o objetivo dos escritórios de apoio é manter a Secretaria
656 Executiva até para o Comitê consiga avançar nessa dinâmica da implementação dos instrumentos
657 de gestão, entre eles a cobrança. Então eu queria só dizer que existe uma diferença aí entre essa
658 questão do recurso da cobrança e o recurso que vem fonte específica da água. E é importante
659 também chamar a atenção que quem define se vai ser saneamento é o Comitê. E um dos pontos
660 importantes desse processo é a gente ver que esse modelo da Entidade Delegatária, esse novo
661 ciclo de contratos, e aí respondendo também ao Davi, esses indicadores, eles vão dar condição
662 para gente ver se esse modelo ele é adequado à todas as bacias. Pode ser que esse modelo o jeito
663 que está sendo implementado no São Francisco, no Paraíba do Sul, não seja adequado para outras
664 bacias. Isso nós só vamos saber através do acompanhamento, da identificação dos méritos e das
665 limitações desse modelo. Então nós vamos ter que avançar e o Conselho Nacional, e essa
666 dinâmica de avaliação, ela é fundamental porque esse modelo não está pronto ele, ele nasceu para
667 ser um modelo transitório da Entidade Delegatária, só que agência não está chegando e existem
668 desafios que esse modelo não vai ter condições de resolver, um exemplo é o seguinte, até onde

669 quando a ANA vai ter o orçamento para fazer o repasse? Imagina se fosse um bilhão por ano, a
670 ANA teria orçamento para fazer todo o sistema calcado em cima de repasses em que a ANA
671 arrecada e passa para o sistema? Então assim, acho que nós estamos em uma discussão boa agora,
672 nós temos que discutir efetividade da aplicação dos recursos. E aí o Comitê, ele tem que saber
673 fazer essas escolhas. Agora nós também temos que ter uma dinâmica de desembolso, não adianta
674 a gente querer projeto extremamente complexo, mas que arrecada 100 milhões por ano e começa
675 a desembolsar 1 milhão. Então o Comitê tem que ter clara essa estratégia e tem que ser debatida e
676 cada bacia vai ter sua realidade, eu acho que esse é um dos méritos desse nosso grande sistema
677 que já avançou muito, mas que tem muito para avançar. E essa parceira aí com Conselho
678 Nacional para avaliar e orientar a estratégia de implementação sob essa ótica nacional. E aí eu
679 acho que tem, os sistemas estaduais também tem que trazer suas experiências aqui, porque com
680 certeza essa estratégia de cobrança de carga ela tem um limite. Não é a cobrança de bacia
681 hidrográfica, a cobrança Federal é uma cobrança de carga, e isso já é um fator de limitação na
682 implementação desse modelo em várias bacias interestaduais. Então eu queria só chamar essa
683 atenção, presidente. E dizer que nós temos aí uma agenda muito interessante para ser tratada no
684 Conselho Nacional, vamos precisar muito desse espaço aqui para avançar nesse debate.
685 Obrigado.

686 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (CONSELHEIRO TITULAR - PCJ)** – Presidente,
687 Wilson e Volney, só um acréscimo aí em relação a fala do Volney, 30 segundos. É que a ANA
688 em que pese a Lei 10.881 prevê, que a sociedade prevê que só órgãos públicos fazem parte
689 comissão de avaliação, a ANA através da Superintendência que o Volney coordena junto com o
690 Humberto, estimulou que os Comitês fizessem a Comissão deles também. Então hoje existe a
691 Comissão de Avaliação instituída pela 10.881, mas existe também uma Comissão de Avaliação
692 que é instituída no âmbito dos Comitês. E essas duas comissões chegaram a reunir, quando avalia
693 o relatório de gestão das Entidades Delegatárias, essas comissões se reúnem conjuntamente.
694 Então creio que hoje todas as bacias tenham essa Comissão, ou se não tem que reative essa
695 Comissão, porque ela é tratada no âmbito do relatório de avaliação juntamente com a Comissão
696 oficial instituída pela 10.881. Eu me lembro que esse era um pleito de alguns setores da
697 sociedade civil, mais até da sociedade civil, porque as agências no fim das contas, tirando a
698 fundação PCJ, as demais agências são associações de usuários. Então a própria avaliação ali dos
699 conselhos fiscais e administrativos já está com a presença dos usuários ali. Mas por pedido da

700 sociedade civil foi criada essa Comissão, vamos me dizer assim, paralela à Comissão instituída
701 pela 10.881 que na hora de reunir para definir a avaliação do contrato de gestão, reúne
702 conjuntamente com a Comissão instituída legalmente. Obrigado, Volney. Obrigado, Wilson.

703 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu vi que Elio tinha
704 levantado a mão. Elio, você acabou abaixando ela, e acabei cometendo o equívoco de não te
705 passar, mas ok. E o Wanderley tem uma questão de ordem?

706 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR - AESBE)** – Sim,
707 só o seguinte. Volney, Marco. O Marco foi justamente na linha que eu ia colocar. Eu faço uma
708 sugestão que a gente discuta mais vezes este assunto no CNRH. E que a gente não venha com
709 uma prestação de contas anual ou semestral, então eu acho que, Volney, Marco, Elio, Davi, nós
710 queremos a mesma coisa, que ela tem efetividade, não tenha dúvida. Então minha sugestão, por
711 isso que eu perdi essa questão de ordem, fica aqui registrado, que a gente possa pautar mesmo
712 que rapidamente, mais vezes este assunto para que a gente acompanhe e não receba a notícia.
713 Uma coisa é acompanhar, outra coisa é receber notícia.

714 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Acho que por esse
715 motivo até que a gente trouxe esse debate, não é, Wanderley. E esse como eu comentei logo na
716 abertura foi o tema nº 1 colocado, mais citado pelos conselheiros naquela consulta sobre temas
717 prioritários e a gente quer manter realmente vivo ao longo desses próximos dois anos da gestão
718 bianual prevista no relatório esse tema, que vai ser muito forte dentro da CTOC, até por direção
719 do próprio MDR. Mas também trazendo ao plenário apresentações e temas relevantes para
720 contínuo acompanhamento do plenário. está certo? Então vou então passar para o próximo item
721 de pauta que foi incluído. Volney, obrigado, viu? Volney, me desculpa não ter agradecido, mas
722 obrigado também Marco. Pronto, então avançando aqui para o próximo item de pauta, que foi
723 recentemente incluído, não foi originalmente na convocação, mas é um tema de extrema
724 relevância para o debate aqui no CNRH, e nós não poderíamos de tê-lo nessa segunda reunião de
725 2021. Inicialmente nós vamos ter uma apresentação da ANA, trazendo então os elementos que
726 levaram a declaração da situação de criticidade e escassez quantitativa na bacia do Paraná. Que
727 foi inclusive publicado pela Resolução 77 de 1º de julho desse ano. Para apresentar nós teremos
728 aqui conosco o Joaquim Gondim. Joaquim já deve estar presente. E também o André Pante vai
729 nos fazer uma apresentação. Na sequência da apresentação do Joaquim Gondim e do André
730 Pante, ambos da Superintendência de Regulação da ANA, e da Superintendência de Operação de

731 Eventos Críticos, nós vamos colocar também para deliberação e encaminhamento para que nós
732 possamos no CNRH definir os critérios, conforme está previsto no artigo, no inciso 23 do artigo
733 4º da Lei 9.984. Foi um dispositivo incluído em função pelo próprio marco de saneamento, é um
734 dispositivo recentemente incluído, em julho de 2020, e a gente precisa então no âmbito do CNRH
735 avançar com essa competência então colocada nesse dispositivo, para que o CNRH confira os
736 critérios para definição de declaração de escassez hídrica. Então, esse seria o segundo tema que
737 nós vamos deliberar nesse item de pauta, então para passar. Tem o tempo adequado para o debate
738 que, com certeza nós o faremos em função, inclusive dos fatos mais recentes colocados pela
739 situação de crise hidro energética, eu convido então Joaquim Gondim para iniciar a sua
740 apresentação. Bom dia, Joaquim.

741 **SR. ANDRÉ RAYMUNDO PANTE (ANA)** – Opa, bom dia, Wilson. Aqui é o André Pante, da
742 Agência de Regulação, o Joaquim... Bom, primeiro agradecer a você e aos conselheiros e as
743 conselheiras do CNRH, pela oportunidade, pelo convite de falar sobre esse instrumento novo, o
744 Joaquim, ele está envolvido em outra reunião em paralelo, da Bacia do Tocantins. Então, por
745 enquanto eu vou fazer uma apresentação aqui, mas o Joaquim fica à disposição depois também
746 para esclarecimentos. Enfim, para a gente debater. Está bom? Então, eu vou eu vou apresentar
747 aqui. Vocês estão vendo a apresentação?

748 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ela não está... Sim, agora
749 sim.

750 **SR. ANDRÉ RAYMUNDO PANTE (ANA)** – Está ok. Então, eu vou falar desse instrumento da
751 declaração de situação de escassez quantitativa dos recursos hídricos, que foi declarado para
752 Bacia do Paraná e falar um pouquinho das ações, inclusive ações anteriores a essa declaração e
753 ações que vieram após a declaração de situação de escassez hídrica. É uma apresentação 25
754 *slides*, eu acredito que consiga rapidamente. apresentar. Aqui, fiz só resgatando um pouco das
755 atribuições da ANA, que todos conhecem, mas dando um destaque aí para competência da ANA,
756 que já é da Lei 9.984, quanto a definição e fiscalização das condições de operação dos
757 reservatórios, e que nos casos dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos, essas
758 definições e fiscalização devem ser feitas em articulação com o Operador Nacional do Sistema, o
759 ONS. Uma outra competência que é importante aqui para o assunto, é a competência da ANA em
760 planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar efeitos de secas e inundações,
761 nesse caso e articulação com os órgãos da Defesa Civil. Aí, vem as competências novas que o

762 Wilson acabou de citar, que vieram da Lei 14.026, uma delas é o inciso 23, que dá competência
763 de declarar a situação crítica de escassez quantitativa ou qualitativa de recursos hídricos, nos
764 corpos hídricos que impactam o atendimento aos usos múltiplos nos rios localizados em domínio
765 da União, por prazo determinado com base nos estudos e dados de monitoramento, observados os
766 critérios estabelecidos pelo CNRH, quando houver. O Wilson já adiantou que é um dos itens aí
767 da pauta hoje, essa regulamentação, essa definição de critérios no âmbito do Conselho. Já o
768 inciso 24, ele vem na sequência do inciso 23, que trata da declaração, esse inciso 24, ele dispõe
769 que cabe a ANA estabelecer e fiscalizar o cumprimento de regras do uso da água, a fim de
770 assegurar os usos múltiplos durante a vigência da declaração de situação de escassez hídrica a
771 que se referem o inciso 23, então esses dois incisos são as novidades que vieram nesse tema com
772 a Lei 14.026. Mas, enfim, antes mesmo dessa declaração que a ANA emitiu em junho agora,
773 enfim, a gente já vinha acompanhando e tomando pé, tomando conhecimento dessa situação,
774 dessa crise, dessa situação de crise hidro energética, de escassez hídrica com impactos
775 energéticos, desde o ano passado, desde 2020. Como eu vou mostrar mais para frente, a gente já
776 vê que a falta de chuvas e baixas vazões já vem ocorrendo aí desde 2019, final de 2019 e início
777 de 2020, então, em função disso, a ANA já implementou salas de crise e acompanhamento desde
778 o início do ano passado em algumas bacias, em alguns reservatórios, aqui a gente cita três casos,
779 a sala de crise e acompanhamento dos reservatórios de Furnas e Peixoto, que começou em março
780 do ano passado, a Bacia do Paranaíba em março do no passado, e Hidrovia Tietê-Paraná em abril
781 do ano passado, são no total 11 bacias, sistemas hídricos que vem tendo essas salas de crise e
782 acompanhamento, num total de 150 reuniões, a participação nessas salas de crise são dos setores
783 usuários, dos órgãos gestores de recursos hídricos, dos comitês de bacia, enfim, todos os atores
784 que tem envolvimento nessas regiões. Ainda, antes mesmo dessa declaração de situação de
785 escassez hídrica em função dessas reuniões e dessas informações que vem sendo nivelados nessas
786 salas de crise e salas de acompanhamentos, a ANA já tomou algumas decisões relativas a essas...
787 A esses sistemas hídricos, então eu trago aqui o caso da Resolução ANA 51, de dezembro do ano
788 passado, que autorizou uma operação excepcional do sistema hídrico do São Francisco, a
789 resolução ANA 55 também do final do ano passado, que autorizou uma operação excepcional de
790 Ilha Solteira no período ali de um mês e meio, entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, com
791 repercussões na hidrovia. A Resolução 63 desse ano, que tratou de condições complementares a
792 operação dos reservatórios de Furnas e Mascarenhas de Morais, também por prazo determinado,

793 ela se encerrou em junho essa resolução. E a Resolução, o Ofício nº 4 agora de fevereiro de 2021,
794 que informou do não óbice da ANA, depois eu vou detalhar mais esse assunto ao final, mas esse
795 Ofício de fevereiro já informou da não objeção da ANA para redução das defluências das usinas
796 de Jupia e Porto Primavera, para valores abaixo das suas restrições mínimas de vazão de
797 efluentes. Agora, entrando na declaração propriamente dita, a ANA tomou conhecimento, foi
798 informada pelo Sistema Nacional de Meteorologia, que é um sistema formado pelo INMET,
799 pelo INPE e pelo CENSIPAM, vinculado ao CEMADEN, da situação do histórico de escassez de
800 chuvas para a região hidrográfica da Bacia do Paraná nos últimos anos, essa nota do ONS
801 também informou em relação a prognóstico, a perspectivas que as indicações são de que na maior
802 parte da região central do país, incluindo a bacia do Paraná, a perspectiva é de baixas
803 precipitações agora nesse período seco, em função tanto desse registro histórico de baixas
804 precipitações quanto desse prognóstico de baixas chuvas aí nos próximos meses, então OSNM
805 emitiu um alerta de emergência hídrica, inclusive é um instrumento que não havia sido utilizado
806 ainda, então fica clara a criticidade da situação com esse alerta emitido pelo Sistema Nacional de
807 Meteorologia. Ao mesmo tempo, o INPE também informou a ANA por um ofício próprio da
808 situação que foi apresentado em um relatório anexo a esse Ofício, que concluiu que de outubro de
809 2019 a abril de 2021, um ano e meio de dados, que a exceção de alguns meses de chuvas nesse
810 período de um ano e meio, em todos os demais meses ocorreu o *déficit* de precipitação, e esse
811 déficit se acentua a partir de agora desse ano de fevereiro para cá. Como exemplo, o mês de maio,
812 ele apresentou um acumulado de um terço, praticamente, da chuva média prevista para esse mês.
813 Aí, o relatório do INPE apresenta alguns indicadores da situação, um deles são esses mapas da
814 esquerda, que mostram o chamado índice de precipitação padronizada, é um gráfico que compara
815 as precipitações observadas nos últimos 48 meses, o SPI 48, e nos últimos 12 meses, esse SPI 12,
816 em relação as médias históricas nas regiões, e a gente consegue perceber claramente tanto nos
817 últimos 48 meses, mas ainda acentuando mais nos últimos 12 meses, um *déficit* de que o INPE
818 que chama de ser extremo por aquela classificação, que a gente vê ali para Bacia do Paraná. Já no
819 gráfico da direita, esse gráfico de barras, o INPE apresenta as lâminas de precipitação desse
820 último ano e meio, então são as lâminas mensais, as chuvas mensais em azul. O INPE apresenta
821 também ali em vermelho, aquelas barras vermelhas no prognóstico, uma perspectiva das chuvas
822 agora nos próximos cinco meses até setembro desse ano, em amarelo ali, em amarelo são as
823 chuvas médias mensais históricas. Então, como o INPE relatou, à exceção de dois, três meses

824 nesses último um ano e meio, todo o restante do tudo é de chuvas abaixo ou bem abaixo da média
825 histórica. Também recebemos do Setor Elétrico, por meio de um ofício do Ministério de Minas e
826 Energia, a ata da reunião 248 do CMSE, que é o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico,
827 dentre várias deliberações do CMSE nessa reunião, uma delas que eu dei destaque aqui é o
828 conhecimento da severidade da atual situação hidro energética das principais bacias hidrográficas
829 do SIN, o Sistema Interligado Nacional, que registrou o pior período hidrológico de setembro de
830 2020 a maio de 2021, com risco a geração de energia elétrica para abastecimento dos SIN, e
831 tendo em vista a grave situação específica evidenciada na região do Paraná, recomendar a ANA
832 que seja reconhecida a situação de escassez hídrica na Bacia do Paraná, englobando também os
833 afluentes da bacia. Enfim, além desses... Dessas informações externas dos órgãos de
834 meteorologia e do próprio Setor Elétrico, a ANA também promoveu avaliações internas aqui para
835 identificar de fato essa situação, então algumas das ferramentas que nós utilizamos aqui em
836 internamente para avaliação da criticidade na Bacia do Paraná foram o monitor de secas, uma
837 ferramenta que talvez muitos conheçam. E, aqui eu trago destaque dos últimos seis meses de
838 mapas de monitor de secas, de novembro de 2020 até abril agora, está um pouco defasado, nós já
839 temos dados de maio também. Mas, fica evidente nesses mapas a criticidade a situação de seca na
840 bacia do Paraná, que são aquelas cores mais quentes ali no mapa. Esse gráfico do meio, esse
841 mapa do Brasil aí no meio, ele foi extraído do relatório de conjuntura de recursos hídricos, o
842 último relatório consolidado é de 2019, e esses pontinhos são os registros das estações por
843 geométricas em termos de vazões no ano de 2019, comparados as médias históricas dessas
844 mesmas estações, então a gente vê ali na região do Paraná, boa parte das estações estão com
845 bolinhas ali nas cores laranja, vermelho e vermelho escuro, que representam então vazões
846 observadas em 2019 abaixo, muito abaixo ou extremamente abaixo das médias históricas dessas
847 próprias estações, então confirmando, passando da chuva para as vazões nos confirma essa
848 situação hidrológica crítica. Olhamos também as vazões afluentes aos reservatórios do setor
849 elétrico, olhamos os 15 principais reservatórios da região, eu trago aqui Porto Primavera como
850 um exemplo, até porque Porto Primavera controla boa parte da bacia, então ela resume bem a
851 situação de aflúncias aos reservatórios da bacia como um todo, então a gente vê aí nesse gráfico
852 da direita a linha azul são as vazões máximas mensais do histórico de 91 anos de vazões afluentes
853 ao reservatório da usina de Porto Primavera, a linha verde são as vazões médias mensais desse
854 histórico de 91 anos, e a linha vermelha são as vazões mínimas mensais desse histórico, e a gente

855 vê ali a linha preta, que é o ano de 2021, com vazões atualizadas até agora, o mês de junho, e a
856 gente percebe que estamos muito próximos das mínimas históricas, e a partir de abril, agora,
857 entramos de fato nas vazões mínimas históricas do período de 91 anos para esse reservatório.
858 Aqui, de novo, Porto Primavera, são vazões médias do período de chuvas, do período chuvoso,
859 que vai de novembro a maio dos últimos 27 anos, de 93 a 2020. Então, são vazões médias desses
860 seis meses comparadas com a linha vermelha tracejada, que é a vazão média desse período de
861 seis meses, então a gente vê que desde 2010/2011, a gente vem sem exceção com vazões do
862 período chuvoso, que é quando se espera que os reservatórios recebam altas afluições, a gente vê
863 então nesses últimos anos sempre com a fluência abaixo da média. Aqui, na direita, aqueles 15
864 reservatórios que eu comentei, que nós analisamos, e fizemos uma classificação das afluições,
865 dos volumes, desculpa, agora, em primeiro de maio, o volume de cada reservatório em primeiro
866 de maio, que é o final do período de chuva, que é quando se espera que os reservatórios estejam
867 cheios, comparados aos últimos 22 anos de volume desses reservatórios nessa mesma data,
868 primeiro de maio. Então, a gente vê que quase todos estão com volumes entre os cinco, quatro a
869 cinco piores desse histórico de 22 anos. Avaliamos também a situação do impacto desses baixos
870 volumes e baixas vazões afluentes nos usos de recursos hídricos, esse mapa apresenta o balanço
871 hídrico da vazão de referência para a outorga, que no caso da ANA é Q95, comparada com a
872 somatória de todas as outorgas da bacia, que se incluem as outorgas de domínio da União e
873 também as outorgas estaduais. O que a gente verifica, pelo menos para os rios principais, é que
874 não se vislumbra num primeiro momento problemas relacionados ao usos consuntivos, a
875 captações de água, porque a ordem de grandeza dessas vazões, mesmo a Q95, que é uma vazão
876 de seca e que se vislumbra que possa ser atingida esse ano, ainda assim são vazões de uma ordem
877 de grandeza bem acima das vazões para os consultivos, então, a princípio, não se vislumbra
878 impactos nos usos consultivos, à exceção de algumas regiões ali na cabeceira do Paranaíba, que
879 estão em cores ali vermelha, laranja, mas que inclusive estão fora da área de influência dos
880 reservatórios. O que pode se vislumbrar é alguma necessidade de adequação de captações para
881 questões de níveis da água, principalmente em captações que ficam localizadas nos reservatórios
882 e principalmente ainda nas áreas mais a montante desse reservatório. Aí, sim, pode ser necessária
883 adequação de captações, mas em termos de vazão não esperam impactos nesse momento. Os
884 impactos que se esperam dessa situação são nos usos não consuntivos, setor elétrico, eu já
885 mostrei lá atrás que o próprio Comitê de Monitoramento já vislumbrou essa situação e os

886 impactos no setor elétrico, identificamos também que já vêm ocorrendo impactos decorrentes da
887 redução dos níveis no turismo e lazer, principalmente nos reservatórios de Furnas e Mascarenhas
888 de Moraes, a tendência com o decorrer agora do período de estiagem que vai até o fim do ano, é
889 que esses impactos aumentem, sejam agravados. Da mesma forma a navegação, principalmente
890 no trecho da Hidrovia do Tietê-Paraná, a montante do reservatório de Três Irmãos, que depende
891 de um nível mínimo da água para navegação, então se vislumbra sim impacto na redução dos
892 níveis dos reservatórios nesse uso, e a tendência da mesma forma é agravamento e possibilidade
893 de interrupção do tráfego na hidrovia. Então, os impactos que verificamos estão vinculados aos
894 usos não consuntivos, na geração de energia, turismo e lazer, e navegação. Enfim, de posse de
895 todas as informações, tanto externas que eu mostrei, quanto as nossas avaliações internas, as
896 áreas da ANA, e aqui eu faço um registro que foi um trabalho da nossa Superintendência de
897 Regulação, junto com a Superintendência de Operações e Eventos Críticos, a Superintendência
898 de Fiscalização, a Superintendência de Planejamento e a Superintendência de Gestão da Rede,
899 que fizeram então um trabalho conjunto, uma nota técnica sugerindo à Diretoria da ANA que
900 então se utilizasse desse novo instrumento da declaração de situação de escassez hídrica, então,
901 emitisse essa declaração para essa região hidrográfica do Paraná. Então, a Diretoria da ANA
902 deliberou em primeiro de junho, por essa Resolução 77, que declarou situação crítica de escassez
903 quantitativa dos recursos hídricos na região do Paraná, válida até 30 de novembro de 2021, com o
904 objetivo de reconhecer a situação crítica e subsidiar a adoção de medidas temporárias para
905 assegurar os usos múltiplos e buscar a segurança hídrica. Na sequência, a ANA, até para dar mais
906 transparência e também melhorar a governança em cima dessa declaração da situação de escassez
907 hídrica e das medidas que vem na sequência da declaração, a ANA instituiu um chamado grupo
908 técnico de assessoramento, chamado GTH - RH Paraná, por meio desta Portaria 377, de dois de
909 junho de 2021, o objetivo desse grupo técnico é assessorar e promover consultas visando
910 acompanhar a situação, apoiar a identificação de impacto, propor e discutir medidas transitórias
911 visando mitigar o efeito da escassez desses usos, e acompanhar a implementação dessas medidas,
912 os membros são a ANA e os órgãos gestores de recursos hídricos dos estados afetos a bacia.
913 Publicamos também no site da ANA um *link*, que eu estou colocando, depois eu o coloco no *chat*
914 aqui da plenária, em que todos podem acompanhar a documentação toda, as trocas de ofício,
915 ofícios que a ANA recebeu, notas técnicas da ANA ofícios emitidos pela ANA, ajuda as
916 Memórias da reunião do GTA, nós já vamos agora para terceira reunião do GTA Paraná nessa

917 semana, então tudo está nesse *link* de livre acesso a todos. Agora entrando na já nas medidas que
918 foram recentemente adotadas a partir da emissão da declaração. Então, Jupiá e Porto Primavera,
919 que foi uma das... a redução das defluências de Jupiá e Porto Primavera, foi uma das deliberações
920 do CMSE na reunião 248 e aí veio um pedido formal a ANA de redução dessas defluências,
921 ANA reafirmou, como já havia feito, eu mostrei lá em fevereiro desse ano, não haver óbice da
922 agência em relação à redução dessas defluências, uma vez que nós verificamos que em relação ao
923 uso de recursos hídricos essas vazões a jusante dos dois reservatórios, mesmo reduzidas, elas
924 ainda atendem em uma ordem grandeza muito maior os usos naquele trecho, a questão lá é
925 basicamente ambiental. Então reafirmamos o não óbice, mas ressaltamos a necessidade que essa
926 redução seja implementada de forma gradual, possibilitando avaliar o impacto, informando que
927 esse não óbice não dispensaria de outras autorizações. Para atualizar a todos, o Ibama já autorizou
928 essas reduções e ela já vem sendo praticadas e monitoradas. Furnas e Mascarenhas de Moraes,
929 então a ANA emitiu uma resolução 80 em 14 de junho, de que definiu condições de operação
930 complementares as estabelecidas nas outorgas. O pedido que veio do ONS a ANA também a
931 partir da deliberação do CMSE na reunião 248, era de uso mais intenso desses dois reservatórios
932 com perspectivas de que eles atingissem volumes da ordem de 5% dos seus volumes úteis ao
933 final desse período de seca. Então a ANA definiu condições complementares para o uso desses
934 reservatórios, mas mantendo, vinculando, condicionando esse uso a manutenção de um volume
935 ao final do período de estiagem de 15%. Esse volume de 15% ele mantém ao final desse período
936 muito crítico os volumes dos dois reservatórios de Furnas e Peixoto na mesma, nos quatro a cinco
937 anos, que mesmo em situações menos críticas de aflúncias esses reservatórios atingiram ao final
938 do período de estiagem um volume com volume de 13 a 15%. Então essa estratégia de segurança
939 hídrica e ao mesmo tempo permite o uso desses reservatórios, a ANA adicionou nessas condições
940 complementares essa condição de manutenção desses volumes mínimos ao final do período de
941 estiagem de 15%. Bacia do São Francisco, embora não seja circunscrita a bacia do Paraná, a
942 deliberação do CMSE, da reunião 248 e os pedidos do setor elétrico a ANA incluíram também
943 uma redução das defluências das usinas do São Francisco Xingó notadamente nesse período
944 agora de junho julho e agosto. E um aumento dessas defluências lá no final do período de
945 estiagem, outubro e novembro, quando o setor elétrico tem uma perspectiva de uso mais intenso
946 dos reservatórios para cobrir déficits de energia. Então o pedido foi redução das defluências desse
947 primeiro período e aumento das defluências ao final do período seco. A ANA emitiu então essa

948 resolução 81, 14 de junho autorizando essa operação excepcional nesse período de junho a
949 novembro. Porém na mesma estratégia de segurança hídrica que foi colocada lá em Furnas e
950 Mascarenhas de Morais, a ANA definiu um volume mínimo para o qual essa operação, essa
951 operação excepcional pode ser praticado um volume mínimo de 40%. Os reservatórios do São
952 Francisco estão em uma situação de acumulação melhor do que o da Bacia do Paraná, então a
953 ANA entendeu como razoável não esgotarem esses reservatórios da mesma forma que eles já
954 estão nas outras bacias, e definiu então como limite inferior um volume de 40%. Importante
955 destacar que mesmo com a crise de aflúências, que não foi só na bacia do Paraná, mas no país
956 todo nos últimos anos, os reservatórios da Bacia do São Francisco mantiveram volumes razoáveis
957 nos últimos anos, inclusive graças a uma resolução que a ANA emitiu e que foi pactuada com
958 todos os atores, que definiu volumes mínimos lá nos reservatórios e curvas de operação.

959 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – André, desculpa te
960 interromper, só para alertar sobre o tempo para que a gente possa dar sequência e ter uma
961 discussão, está ok?

962 **SR. ANDRÉ RAYMUNDO PANTE (ANA)** – Ok, obrigado. Estou terminando aqui. O que nós
963 temos agora é um pedido do ONS, fruto da mesma deliberação do SNM, de utilização mais
964 intensa do reservatório de Ilha Solteira. As perspectivas do ONS são esses níveis da água para os
965 próximos períodos dividido por períodos de um mês, dois meses. Então essas são as perspectivas
966 de níveis da água em Ilha Solteira. E o que o ONS prevê ao final do mês de setembro de 2021 é
967 se atingir um nível de água de 319 em Ilha Solteira, com os evidentes impactos na hidrovia. O
968 que a ANA fez até esse momento foi emitir uma resolução de número 84 de 2021 que autorizou
969 operação excepcional de Ilha Solteira de 1º de julho a 6 de agosto, mantendo nesse do seu nível
970 de água igual ou superior a 325, essa regra, ela prevê, ela dá uma boa previsibilidade ao setor
971 hidroviário, ela é de 18 de junho, válido até 6 de agosto, então dá mais de um mês e meio de
972 previsibilidade de nível de água da Ilha Solteira que permite a navegação praticamente a pleno
973 com esse nível de água de 325. A resolução também prevê que a operação dos reservatórios da
974 Bacia do Tietê deve ser feita de forma a minimizar os impactos na hidrovia mantendo um calado
975 mínimo dos trechos críticos da hidrovia, especialmente lá no conhecido pedral de Nova
976 Avanhadava. Então essa é a nossa situação que nós temos hoje para Ilha Solteira, é uma
977 resolução em vigor que dá essa previsibilidade para navegação até 6 de agosto, estamos aí em
978 tratativas, tanto no âmbito do GTA Paraná, quanto em tratativas com os dois setores de geração e

979 navegação para tentar encontrar uma solução de compromisso que tente manter na medida do
980 possível a hidrovía após 6 de agosto, é isso, agradeço novamente, Wilson e conselheiros. E fico
981 aqui à disposição de vocês, obrigado, viu?

982 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, obrigado,
983 André, pela ótima apresentação, mostrando aí o quanto que a ANA tem sido diligente, de forma
984 tempestiva inclusive, dando alternativas para um ótimo planejamento do enfrentamento dessa
985 crise hídrica por meio das várias resoluções que foram editadas ao longo do ano, desde o início
986 do ano, desde o momento que se percebeu o desenho desse evento de redução nas vazões
987 afluentes em todos os reservatórios, sobretudo na bacia do Paraná. Então mais uma vez
988 ressaltando que a ANA tem sido bastante diligente, de forma tempestiva, a dar respostas que o
989 sistema precisa para condução dessa crise. Então eu queria ofertar a palavra agora aos
990 conselheiros, suplentes e titulares, possam também trazer dúvidas, esclarecimentos ou
991 contribuições para essa pauta. então Davi Bomtempo.

992 **SR. DAVI BOMTEMPO (CONSELHEIRO TITULAR - CNI)** – Bom, obrigada, Wilson.
993 Obrigado, André, pela apresentação. Acho que foi bem clara como que ocorreu essa ação.
994 Wilson, eu acho que é mais uma questão singular no sentido de incluir o usuário sempre nessas
995 discussões, porque é quem vai cobrir todo tipo de restrição que pode ser gerada a partir de uma
996 situação determinada. Então a criação de uma Câmara Técnica no âmbito, um grupo de trabalho
997 na verdade, no âmbito das Câmaras Técnicas para se discutir esses critérios e envolver também o
998 setor usuário seria de grande valia para a gente ter um melhor desempenho, uma melhor
999 articulação também no contexto mais geral. Então é só essa minha... Meu ponto, eu queria passar
1000 aí também para o Alexandre, ver se o Alexandre gostaria de complementar alguma questão,
1001 Alexandre?

1002 **SR. ALEXANDRE LUIS ALMEIDA VILELLA (CONSELHEIRO SUPLENTE - FIESP)** –
1003 Obrigado, Davi. Bom dia, mais uma vez, a todos. Então acho que só para complementar, acho
1004 que as experiências anteriores que nós tivemos no país com restrições, aí sim de abastecimento,
1005 no caso do PCJ, o próprio São Francisco mostraram que quando o usuário é convidado a
1006 participar da tomada de decisão, essa decisão é pactuada, mais fácil de ser cumprida. Então, acho
1007 que são dois momentos, um é essa tramitação aqui no Conselho como a gente se organiza para
1008 propor as diretrizes e o Conselho se manifestar em relação a isso, e o outro é no sentido de
1009 quando da operacionalização, da aplicação dessas diretrizes pelos órgãos gestores, seja a própria

1010 ANA ou os órgãos estaduais, mecanismos que permitam que o usuário participe também lá do
1011 momento da discussão e da pactuação da operacionalização de uma possível, restrição ou dos
1012 impactos a jusante. Então, acho que é garantir mecanismos de participação do usuário, porque ele
1013 que vai ter que cumprir a restrição dos usuários de maneira ampla, e principalmente ter uma
1014 capilaridade na base, que pode trazer muitas contribuições da melhor forma de operacionalizar,
1015 do que as vezes só o órgão outorgante nesse sentido. Então, só queria reforçar o que o Davi colou
1016 e, mais uma vez, parabéns à ANA por essa condução.

1017 **SR. DAVI BOMTEMPO (CONSELHEIRO TITULAR - CNI)** – E, é isso, Wilson, é também
1018 colocar o Setor Industrial à disposição, a gente sabe que é uma crise hídrica que vai gerar efeitos
1019 também em termos de energia, principalmente quando você, a partir da apresentação do André,
1020 você levar todo esse efeito, carregamento ao longo de 2021, e os impactos com o crescimento
1021 econômico previsto em 2022, então é uma situação que a gente precisa também estar olhando
1022 num horizonte de longo prazo. Acho que é importante a gente tem em mente esse trabalho de
1023 planejamento estratégico, até porque não é uma crise de curto prazo, isso vai se desdobrar aí nos
1024 meses seguintes, no ano seguinte. Então, é colocar também a indústria à disposição para que a
1025 gente possa fazer parte das discussões, e reforçando que quem vai cobrir e cumprir qualquer tipo
1026 de decisão é o nosso setor, então a gente precisa também estar envolvido nessas decisões para que
1027 possa contribuir da melhor forma. Obrigado, Wilson.

1028 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem. Obrigado,
1029 Davi. Acho que a ANA desempenha ainda esse papel de envolvimento com setores usuários, a
1030 partir das salas de crise, né, André, depois você também pode abordar um pouco mais, que tem
1031 sido inclusive intensificada nesse momento atual com agendas bastante contínuas e constantes.
1032 Inclusive, o Joaquim hoje está numa agenda dessa, tratando do Tocantins. Então, acho que é um
1033 ambiente importante para o debate também, com citou o usuário. Sinara, por favor.

1034 **SR. JOAQUIM GUEDES CORRÊA GONDIM FILHO** – Só dizer que estou aqui.

1035 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Opa, Joaquim, obrigado,
1036 bom dia. Obrigado, pela presença, por favor, Sinara.

1037 **SR^a. SYNARA BROCH (CONSELHEIRA SUPLENTE – ABRHidro)** – Obrigada, muito
1038 obrigada. Bom dia a todos que estão nessa reunião, nós pedimos enquanto Associação Brasileira
1039 de Recursos Hídricos uma consulta ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e o nosso
1040 representante titular, o professor Jefferson, vai encaminhar. Mas, diante da apresentação do

1041 André, parabéns, foi bastante elucidativa. A Associação Brasileira de Recursos Hídricos é uma
1042 comunidade hídrica bastante plural, a gente tem gestores públicos, tem profissionais dos diversos
1043 setores de usuários e também muitos representantes da sociedade, e a gente sabe, entende
1044 enquanto entidade técnica de ensino e pesquisa, entende que tem uma necessidade no País, hoje,
1045 de otimizar toda a questão dos usos das águas disponíveis nos reservatórios do setor elétrico,
1046 como bem colocaste, André, agora, como medida essencial para minimizar os impactos negativos
1047 sobre os diferentes usos da água, e também se reconhece que a Medida Provisória nº 1.055 que
1048 foi emitida ontem, no dia 28 de junho, que instituiu uma câmara de regras excepcionais para a
1049 gestão hidroenergética, é uma iniciativa do Governo Federal com propósito de enfrentar essa
1050 situação atual de escassez hídrica, e como bem colocaste. Mas, em relação a este contexto, esta
1051 MP, ela contraria os fundamentos, os princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem
1052 como o próprio Sistema Nacional e bem como colocar bem no início da sua apresentação, os
1053 preceitos da Lei 9.984 de 2000 e, aí, a consulta que agora te pergunto, mas essa consulta vai ser
1054 encaminhada pelo professor Jefferson Nascimento ao Conselho também, mas agora como a sua
1055 apresentação é exatamente em cima dessas questões de escassez e do que que está sendo feito
1056 pelas salas de crise, pelo monitoramento, tudo para que a governança hídrica venha de encontro
1057 aos usos múltiplos da água, como é que... Se há ciência que essas ações que foram... Que vão ser
1058 encaminhadas por essa Medida Provisória, quais são essas ações que serão tomadas para
1059 preservar as águas e que também... E que venham também preservar para os avanços e o
1060 funcionamento do próprio Sistema, que tem como princípios básicos basilares os usos múltiplos
1061 da água. André, eu te faço essa pergunta, mas também é uma consulta que a Associação
1062 Brasileira de Recursos Hídricos está encaminhando para o Conselho, que é a instância máxima do
1063 Sistema Nacional de Recursos Hídricos, e a gente está sendo muito demandado enquanto
1064 comunidade hídrica para dar uma resposta, e por isso que a gente, em um caráter praticamente de
1065 urgência e emergência, remeteu essa consulta ao Conselho, mas a tua apresentação bate em cima
1066 dessa questão. André, você teria como nos responder alguma coisa?

1067 **SR. ANDRÉ RAYMUNDO PANTE (ANA)** – Synara, eu registro aqui a presença do nosso
1068 diretor, o Dr. Ricardo, creio que seja mais, enfim, adequado que ele se pronuncia aí pela Agência.
1069 Ricardo.

1070 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu até queria antes de
1071 passar para o Dr. Ricardo, Synara, essa é uma preocupação também do MDR, do enfrentamento

1072 desse processo da crise, e essa Medida Provisória ela tem ela vem trazer realmente uma situação
1073 de excepcionalidade, para uma governança mais a nível estratégico na condução das diretrizes
1074 para essa crise, mas só queria que ressaltar que a presença do MDR nesse grupo nessa Câmara,
1075 ela vem justamente a preservar o que está hoje colocado na Política Nacional de Recursos
1076 Hídricos, de forma a ter a garantia da preservação dos usos múltiplos para toda a bacia... As
1077 bacias afetadas nesse processo da crise no Paraná, e a Medida Provisória, ela traz dois elementos
1078 importantes para garantir justamente essa... Esse escutar ao Sistema Nacional de Gerenciamento
1079 de Recursos Hídricos, quando ele coloca que as decisões da Câmara vão ser tomadas baseadas
1080 nas posições técnicas pelos órgãos competentes e, aí, eu quero registrar a competência da ANA e
1081 também do CNRH, que vai certamente por meio do porta-voz do MDR presente na Câmara levar
1082 essas considerações técnicas do Sistema. Um outro ponto importante, ela busca também
1083 compatibilizar a política energética com a gestão de recursos hídricos, mas também com a gestão
1084 ambiental, motivo pelo qual a gente tem o Ministério do Meio Ambiente aqui presente na
1085 Câmara. E, por último, tem um dispositivo muito importante, que é colocado, que vai se observar
1086 a preservação dos usos prioritários, então isso também é algo que está previsto na Medida
1087 Provisória baseada inclusive em mecanismos colocados na 9.433. Então, basicamente é isso. A
1088 gente pode debater um pouco mais, e é importante realmente ouvir um pouco a visão do Dr.
1089 Ricardo sobre esse processo.

1090 **SRª. SYNARA BROCH (ABRHidro)** – Ricardo, eu quero antes de tudo, fazer uso da palavra.
1091 Desde já agradeço ao Wilson pela já resposta a consulta que seria encaminhada pelo professor.
1092 Creio que vai ser encaminhada, mas desde agora você já nos dá resposta à consulta ao Conselho
1093 Nacional de Recursos Hídricos. Obrigada, por favor Ricardo. Desculpa ter te interrompido.

1094 **SR. RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE (ANA)** – Nada. Sem problema. Estou vendo aí
1095 que tem muita... Muita gente querendo se manifestar. Esse é um tema realmente muito, muito
1096 relevante, muito importante. Mas, eu quero aqui trazer uma tranquilidade para todos do sistema,
1097 em nenhum momento a Medida Provisória retirou da ANA a responsabilidade pela gestão, pela
1098 implementação da política e pela regulação do acesso a água, a ANA continua e continuará
1099 atuando dentro dos preceitos legais, que limita a sua atuação. André, que fez uma apresentação
1100 muito objetiva, mostrando que a ANA vem atuando já desde o ano de 2020. Joaquim, que
1101 também está presente aqui, tem conduzido salas de crise para as bacias do Paraná, Paranapanema
1102 e Furnas, desde 2020, portanto, o movimento, a definição da Medida Provisória não alterou, não

1103 altera e não irá alterar em nada forma como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
1104 irá atuar, quero aqui garantir em nome da Diretoria Colegiada, em nome do corpo técnico da
1105 ANA, que nós iremos continuar atuando dentro dos preceitos legais que criou a Agência e que
1106 estabeleceu suas competências. Portanto, eu quero deixar toda a comunidade tranquila do nosso
1107 papel e da nossa atuação, enfatizando novamente que a Medida Provisória não retira os poderes
1108 da ANA, e como bem lembrou o Wilson, muito bem colocado, facilitou muito a minha
1109 intervenção, os preceitos legais estão postos na Medida Provisória, a garantia dos usos
1110 prioritários, a presença do Ministério do Desenvolvimento Regional, que em primeira instância
1111 fala pela ANA, órgão que nos orgulha estar vinculado. Está presente com voz e voto, através do
1112 nosso Ministro Rogério Marinho, portanto, é uma decisão de Governo, não é uma decisão de
1113 estado, portanto, não afeta em nada a atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento
1114 Básico, quero deixar aqui essa mensagem de tranquilidade para todos os nossos colegas do setor
1115 de recursos hídricos.

1116 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado, Dr. Ricardo. E,
1117 dando sequência aqui. Gostaria de passar a palavra para o Anivaldo.

1118 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CONSELHEIRO TITULAR - CBHSF)** – Bem,
1119 bom dia a todos novamente. Eu já iria fazer essa pergunta de início, porque acho que todo o
1120 contexto da discussão que nós iniciamos estava ofuscada por essa Medida Provisória, que foi
1121 aprovada ontem, e que já vinha causando muita apreensão, não por acaso durante duas semanas
1122 isso repercutiu no país inteiro, principalmente nas comunidades ligadas a questão das águas,
1123 sejam usuários, sejam ribeirinhos, sociedade civil, associações técnicas e todos, e que se referem
1124 também as apreensões quanto à questão energética. Eu gostaria de ter essa tranquilidade que o
1125 Dr. Ricardo tentou passar, bem como o Wilson, mas quero dizer que no meu contexto dos
1126 comitês de bacias, eu tenho recebido muitas interpelações e, de fato, nós nos sentimos tranquilo,
1127 nem confortáveis com a edição dessa Medida Provisória. Não entendemos porque o sistema tal
1128 como ele foi, digamos assim, se consolidando nestes anos, precisa em um momento como esse,
1129 mesmo sendo um momento reconhecido de crise, que se crie instâncias ainda mais
1130 centralizadoras de decisões, através inclusive da ampliação de uma câmara de regras operacionais
1131 excepcionais para as usinas hidrelétricas, de fato é disso que se trata, e não vemos como
1132 resguardar a total autonomia de agências regulatórias, como é o caso da ANA, e de instituições
1133 que tenham o peso na área ambiental como o IBAMA, em um contexto como esse, que serão

1134 representados indiretamente. Nós consideramos que dentro do próprio sistema, respeitando o que
1135 foi construído e a autonomia desses entes era possível sim você ter um contexto de articulação
1136 governamental capaz de enfrentar essa crise sem essa... Esse tipo de saída. A meu ver esse tipo de
1137 saída, com essa medida provisória, privilegia ainda mais e mais uma vez a hegemonia que o setor
1138 elétrico tem, não só na definição das políticas energéticas, sem muito compartilhamento, nem
1139 sem muita participação, mas abarca aí de fato, avança sobre o universo da gestão de águas
1140 também. A meu ver, isso é um retrocesso. Embora reconhecendo o caráter dessa crise, queremos
1141 dizer que no nosso contexto, por exemplo, da Bacia do Rio São Francisco, nós já vínhamos
1142 sentido isso, não é de agora essa crise, para nós, além de se estender desde 2013, ela teve um
1143 rebatimento agora no final de 2020, nós poupamos águas durante sete anos construindo a ferro e a
1144 fogo a recuperação dos nossos reservatórios, depois de sete anos, finalmente entre 2019 e 2020,
1145 os reservatórios tiveram pela primeira vez chuvas, digamos, favoráveis, os reservatórios
1146 chegaram ao seu volume, mas,, em dezembro exatamente para atender o setor elétrico, nós
1147 praticamos vazões de até 3.000, 2.700 m³ por segundo, a jusante de Xingó. Mas, logo depois, por
1148 indução ainda do setor elétrico, nós tivemos que baixar vazões para 800 m³ por segundo a jusante
1149 de Xingó, o que perpetua evidentemente sete anos de graves impactos que foram feitos ao baixo
1150 São Francisco. E já, em março, voltou a ser carga para perpetuar esses 800. E, agora através de
1151 medidas que também foram sugeridas pelo setor elétrico, nós vamos manter vazões de restrição, e
1152 depois de sete anos, que vão agravar a situação do ecossistema, para atender em setembro e
1153 outubro, vazões altíssimas, que incluem de 1.500 a 2.700, isso tudo para resolver... Eu não estou
1154 contestando aqui, evidentemente, que o setor elétrico fez a sua própria ótica, é um setor que
1155 cuida, evidentemente, com competência do seu ofício de gerar energia. Mas, isso tem que ser
1156 visto dentro de um contexto mais estratégico, o que nós estamos recebendo agora é a fatura de 20
1157 anos já, desde 2001 que os sinais foram emitidos, sinais da natureza e da questão do distúrbio no
1158 regime de chuvas, da nova época de extremos climáticos, e o que nós estamos fazendo para nos
1159 adaptar a isso? Quando chega no contexto da crise, aí sim, a socialização dos sacrifícios e tal, e
1160 no contexto de começar a pensar mais estrategicamente? É absolutamente invertida essa situação
1161 que as bacias do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste e, agora recorrentemente estejam em situação
1162 grave como essa de reservatórios a cada ano com nível baixo, e dentro do contexto do sistema
1163 interligado, a gente entende o contexto de exportação de excedentes energético para você
1164 equilibrar o país dentro desse sistema interligado, que é uma conquista da engenharia nacional.

1165 Mas, uma coisa é você exportar excedente de energia, outra coisa é você começar a exportar a
1166 crise de uma bacia para outra bacia, de alguma forma depois de sete anos de crise, o São
1167 Francisco volta ao olho do furacão, e a partir de Xingó, Xingó entra como se fosse parte também
1168 da Bacia do Paraná, fizemos inclusive restrição de uso, restrições de uso durante esses sete anos,
1169 restrição de uso da irrigação, restrição da indústria, da mineração e de outros usos, a navegação
1170 aqui desapareceu nesses últimos sete anos. E quando nós pensávamos que em 2020, que foi
1171 realmente o primeiro ano de alívio, mas já, em dezembro de 2020, nós tivemos que voltar a
1172 situação anterior. Então, alguma coisa precisa ser discutida, eu entendo a ideia de você tomar
1173 medidas, tranquilizar o povo brasileiro no sentido de manter, digamos, as atividades em
1174 andamento, mas nós precisamos definitivamente alçar o helicóptero e colocar dentro dessa
1175 discussão uma visão mais estratégica. Agora no meio da crise é complicado, porque no meio da
1176 crise, é como se diz no ditado popular, na casa que não tem pão todos brigam e ninguém tem
1177 razão, então todas as demandas são legítimas, mas quando essa situação se apresenta e, aqui eu
1178 estou concluindo, o comitê do São Francisco sempre colocou claro na sala de crise do São
1179 Francisco, que em condições como essa, entre todos os sacrifícios e os riscos tem que ser iguais,
1180 porque senão não vamos estabelecer evidentemente uma solidariedade para tratar dessas questões
1181 com uma visão mais estratégica, não adianta começar a tratar isso só durante a crise, passou a
1182 crise e fica tudo bem? E os investimentos necessários para economizar mais energia, por
1183 exemplo, investimento nas linhas de transmissão, investimento na repotenciação de usinas,
1184 investimentos em energia solar, fazer com que esse sistema seja mais equilibrado e, sobretudo,
1185 uma política ambiental, que sai completamente de cena agora, que impeça ainda mais a
1186 desorganização do regime de chuva no país, estamos recebendo a fatura da queima de florestas,
1187 da compactação do solo, da super exportação da água subterrânea e de vários outros fatores que
1188 estão nos levando a esse impasse agora. Portanto, eu gostaria de dizer que, claro, reconhecemos a
1189 situação de crise, reconhecemos a necessidade de garantir nesse período de seca medidas
1190 necessárias, mas era preciso ter sim muito mais compartilhamento disso, inclusive esse grupo de
1191 trabalho pode ajudar em alguma coisa, eu acho que aí tem que entrar os usuários, as populações
1192 em ribeirinhas, todo mundo tentar acompanhar isso e, aqui, via Conselho também, mas esse
1193 Conselho precisa entrar nessa discussão estratégica para a garantia, eu estou terminado, que de
1194 fato os princípios dos usos múltiplos estabelecidos em lei sejam respeitados, inclusive, eu
1195 levantaria aqui a hipótese de que talvez essa Medida Provisória seja inconstitucional desse ponto

1196 de vista, porque de fato confronta o que a legislação vem construindo nos últimos anos.
1197 Obrigado. Desculpe porque me alonguei um pouco.

1198 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Acho que é importante,
1199 Anivaldo, as suas colocações. É importante os registros, importante também esse ponto que você
1200 colocou, de que a gente percebe nos últimos 10 anos, 15 anos, que essas mudanças no regime de
1201 chuvas tem sido algo constante que precisa entrar para os nossos planejamentos. Então é
1202 essencial que a gente considere essas mudanças nos regimes de chuva que tem se mostrado
1203 bastante frequentes em todas as regiões, não se estende atualmente em unicamente a região
1204 Nordeste ou oeste do Rio Grande do Sul, que historicamente tem processo de escassez hídrica,
1205 mas eles têm se disseminado para todo o território nacional, então é importante que nosso
1206 planejamento também considere esses eventos para os nossos planejamentos setoriais. Eu vou
1207 passar para o Wanderley, e na sequência, professor Jefferson, e o Igor Ribeiro do MME, tinha
1208 pedido aqui a palavra. Por favor, Wanderley.

1209 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR - AESBE)** –
1210 Muito rapidamente, eu quero agradecer novamente, Wilson, pedir aos colegas que se atenham ao
1211 tempo, senão nós vamos repetir erros velhos, vamos cometer erros novos, vamos falar o mais
1212 rápido possível, condensadamente, acho complicado isso, senão são palestras em cima de
1213 palestras. Eu queria aqui colocar a mesma visão do Davi e do Alexandre, viu, Ricardo? E também
1214 a respeito da participação dos usuários de água e esgoto, eu vi que o colega falou, claro, Ricardo
1215 tem falado, e é isso mesmo, os usos prioritários. A gente também gostaria de participar tal qual o
1216 Davi e Alexandre colocaram, o André também falou sobre isso daí. O André comentou que a
1217 parte de saneamento basta se adaptar a captação. Ricardo, André, Wilson, todos os colegas sabem
1218 que não é tão simples assim, se a gente não for avisada com uma certa antecedência, você por
1219 mangote e bomba flutuante é uma dificuldade enorme, às vezes, uma redução de nível, mesmo
1220 que planejada, se a gente não estiver participando do planejamento redonda uma falta d'água de
1221 dois, três dias numa comunidade, mesmo tendo água eu vou ter que adaptar a captação, e quando
1222 a captação é flutuante põe mangote, anel, colar, se vira, mas quando é uma captação fixa de
1223 concreto você tem que adaptar e a água não chega, você tem que bombear para água chegar na
1224 captação, é só um detalhe, eu sei que é um mundo nosso muito particular, mas se a gente puder
1225 participar, Ricardo, dessas... E, na verdade, assim, o cobertor é curto, a verdade é essa, o cobertor
1226 é curto, e nós temos que batalhar juntos isso daí. Estamos à disposição, e gostaríamos de

1227 continuar e participar muito fortemente com vocês. Muito obrigado. André, não é crítica tua fala
1228 não, viu, André? Pelo amor de Deus. Você falou que basta uma adaptação, mas é uma
1229 simplificação perigosa essa adaptação, eu me lembro que nós passamos seis dias sem água em
1230 São José dos Campos, uma vez que era uma simples adaptação, seis dias sem água numa cidade
1231 de São José dos Campos, imagine o risco, e o risco agora com essa pandemia, de
1232 desabastecimento, fica muito mais... Eu sei que é um pedaço do todo, não estou querendo cobrir
1233 as minhas pernas não, o cobertor é curto, e nós vamos ter que nos adaptar. Muito obrigado, e
1234 desculpa a introdução pedindo que todos se atenham aos três minutos. Muito obrigado.

1235 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É importante mesmo se
1236 planejar, é essencial que haja esse planejamento prévio. Professor Jefferson.

1237 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (CONSELHEIRO TITULAR - UNESP)**
1238 – Bem, bom dia a todos. Eu faço minhas as palavras da Synara, e a preocupação é grande e é
1239 gritante com relação a todos setores de usos múltiplos. O que eu sugeriria como ponto focal aqui,
1240 talvez, Wilson, se você me permite, é que ao final desta reunião, ou se pensasse dentro deste
1241 Conselho, fazer algo por escrito para que possamos realmente ter esse compromisso com relação
1242 a Agência Nacional de Águas. O MDR, você muito bem colocou, continuar sendo o baluarte
1243 dessa questão, uma vez que muitas questões na mesma seara foram resolvidas, muito bem
1244 resolvidas no passado pela Agência Nacional, e ligado diretamente ao MMA, porque realmente o
1245 que acontece, agora ligada ao MDR, só fazendo essa correção. O que acontece é o seguinte, são
1246 muitos os focos e os pontos de convergência que nós temos aí, passa um (...) essa questão que é
1247 prioritária do abastecimento e navegação, e nós tivemos uma crise muito forte há pouquíssimo
1248 tempo atrás, e infelizmente as projeções não são nada otimistas para o nosso futuro. Então, como
1249 muito bem colocou o diretor Ricardo, que tem feito um excelente trabalho, nós temos o quê? Essa
1250 questão de recorrência, nós temos um período de recorrência que era muito amplo, agora o
1251 período de recorrência caiu bastante. Então, precisamos estar muito atentos e seria interessante
1252 termos aqui um posicionamento enquanto conselheiros, do próprio CNRH, com relação a isso,
1253 junto ao MDR. Muito obrigado.

1254 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Vamos tratar essa
1255 consulta feita pela ABRHidro internamente, sobre os encaminhamentos relacionados a Medida
1256 Provisória, como que o CNRH vai se se portar, como vai se manifestar sobre esse assunto. Ok,
1257 Jefferson? Para encerrar, então, esse item de pauta, o Igor Ribeiro tinha me pedido a palavra, vou

1258 passar para ele, do Ministério de Minas e Energia. Oi Igor está nos ouvindo? Tentando localizar
1259 se ele está *online*. Mas, enfim, acho que ele tinha comentado que estava com dificuldade para
1260 levantar a mão no aplicativo, e tinha pedido a palavra, mas vou seguindo aqui. Caso você tenha
1261 alguma dificuldade. Então, pronto, é alguma dificuldade no acesso, porque era para estar com a
1262 mão disponível inclusive, se puder entrar e sair de novo, está tá, Igor? Como encaminhamento
1263 aqui para essa pauta, que nós aqui do Ministério, propomos então que o CNRH discuta e defina
1264 os critérios para o estabelecimento da declaração de escassez hídrica, e o nosso encaminhamento,
1265 que nós gostaríamos de sugerir ao plenário, é que esse tema seja tratado simultaneamente nas
1266 Câmaras Técnicas de Outorga e Cobrança e na Câmara técnica de Assuntos Legais. Então, caso o
1267 plenário delibere por esse encaminhamento, a gente então faria a reunião, chamaria uma reunião
1268 simultânea das duas câmaras para poder então discutir esse assunto para definição desses critérios
1269 e constituir um grupo técnico de trabalho que vai então fazer proposta, claro, com apoio técnico
1270 da ANA, que nós gostaríamos de ter, Dr. Ricardo, para constituição desses critérios previstos no
1271 Inciso 23 do Artigo 4º, que nós mencionamos, que o André também mencionou. Está ok? Então,
1272 a deliberação que eu gostaria de fazer era essa, para que o plenário delibere para que as Câmaras
1273 Técnicas de Outorga e Cobrança, e a Câmara técnica de Assuntos Legais discuta, produza um
1274 relatório e surgira então uma resolução ao CNRH, definindo esses critérios. Está ok? Tem aqui...
1275 Vou passar para o Igor. Acho que o Igor agora está ok? Por favor, Igor.

1276 Igor Ribeiro: Obrigado, Wilson. Vocês me escutam agora? Ótimo, obrigado. Desculpa pelo
1277 inconveniente. Bom dia a todos, só queria me associar aqui as falas do MDR e também da ANA
1278 com relação a Medida Provisória 1.055, que institui a Câmara de Regras Excepcionais para a
1279 Gestão Hidroenergética - GREG, e reiterar que a intenção do governo realmente não foi nem
1280 alocar e nem de transferir competências de qualquer ordem. A ideia justamente concertar, e esse
1281 concertar com c, no sentido de um concerto entre as diferentes instituições no âmbito de suas
1282 competências e responsabilidades próprias, tanto que no próprio texto da Medida Provisória, no
1283 artigo primeiro... No parágrafo primeiro do Art. 2º, está bem evidente que as decisões da CREG
1284 deverão considerar as condições lógicas dos subsídios técnicos a serem apresentados pelos órgãos
1285 e entidades competentes para tomada de decisão. Da mesma forma, buscar a compatibilização das
1286 políticas energéticas, de recursos hídricos e ambientais, e nesse ponto eu queria me desdobrar um
1287 pouco mais e colocar o seguinte aspecto, com as vazões que existem hoje, que existiam até pouco
1288 tempo nas usinas lá a jusante da Bacia do Paraná, e mesmo que não existisse geração hidrelétrica,

1289 essas vazões ambientais requereriam ao longo do período seco agora dia 21, o esvaziamento de
1290 todos os reservatórios das bacias do Grande e do Paranaíba, o que não é sustentável, nem do
1291 ponto de vista ambiental, nem do ponto de vista de recursos hídricos, e nem do ponto de vista de
1292 geração de energia hidrelétrica. Então, esse é um dos aspectos, claro que não é... É só um
1293 exemplo de como é importante nesse momento de excepcionalidade hídrica, que a gente vive o
1294 pior período de setembro a maio, de todo o histórico de 91 anos do ponto de vista do Sistema
1295 Interligado Nacional em termos de vazão, é necessário que se formem um Conselho, uma Câmara
1296 de alto nível, e essa Câmara composta por ministros de Estado de forma a orientar e dar as
1297 diretrizes para lidar com essa situação absolutamente excepcional, e foi essa justamente a
1298 intenção. Novamente, reiterando, a ideia é realmente não é de avocar nem de limitar as
1299 competências de um órgão e nenhuma instituição atualmente existentes. Obrigado.

1300 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Obrigado, Igor.
1301 Então, aqui dando sequência para que a gente possa encaminhar para deliberação, se a Aparecida
1302 e o Wilson Azevedo estiverem algum comentário sobre deliberação, está ok? Para que a gente
1303 possa avançar nessa pauta e concluí-la, e seguir com a nossa reunião, que hoje está com prazo já
1304 estourado. Wilson, por favor.

1305 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO SUPLENTE - AMAT)** – Obrigado,
1306 Wilson. Sobre a questão do encaminhamento dessa matéria, a sua sugestão foi encaminhar para a
1307 CTOC e CTAL, como esse assunto é recorrente e essa situação de escassez hídrica vem se
1308 agravando e os prognósticos são de que essa tendência vai ser... Vai aumentar daqui para frente,
1309 eu acho que nós não podemos pensar só em medidas limitadoras, ou seja, outorga e cobrança, nós
1310 temos que pensar também em medidas técnicas para resolver ou minimizar essa situação, aí eu
1311 sugiro que também seja encaminhado para a CTPA esse assunto, para ter propostas efetivas de
1312 aumento da produção de água, preservação de nascentes, manutenção de água no solo, e etc., tem
1313 uma série de políticas que eu acho que devem ser adotadas em conjunto com essas medidas
1314 restritiva.

1315 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim, claro. Essa foi até
1316 uma discussão interna mesmo, que a CTPA tem competências importantes para esse processo.
1317 Mas é uma boa sugestão isso. Aparecida.

1318 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (CONSELHEIRA**
1319 **SUPLENTE - ABRAGEL)** – Agora, eu fiquei mais preocupada ainda, que já viraram três

1320 câmaras, como é que a gente vai fazer essa... Como é que vai ser? É um GT em cada uma das
1321 câmaras? A gente nem discutiu como é que está a limitação de GTs nessas câmaras, de cabeça eu
1322 não vou saber, eu não sei como é que está isso, se já tem limitação. A outra preocupação que eu
1323 tenho é que se for mesmo limitado a um GT, e se for um só, nós já partimos do pressuposto que a
1324 gente não consegue ter um representante de usuários de cada segmento nesse grupo, e se a gente
1325 está discutindo escassez seria muito importante que a gente tivesse a presença de cada um dos
1326 segmentos de usuários, como que a gente fazer isso, sabe, Wilson?

1327 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim. Então, eu acho que a
1328 gente poderia para definição dos critérios propriamente dito, que é o que está posto na lei hoje da
1329 ANA, em função daquele dispositivo que nós comentamos, eu acho que... A competência seria
1330 realmente da Câmara Técnica de Outorgas e Cobranças, fazendo algo... O mais próximo seria
1331 competência da CTOC realmente, e claro que CTAL vai participar fortemente da discussão.
1332 Então, acho que o que nós poderíamos fazer é encaminhar o assunto para definir os critérios por
1333 meio de uma resolução para a CTOC e CTAL, ok? Seguir para a CTPA, a gente encaminharia,
1334 não para definir os critérios, mas para eventualmente incorporar esse tema no próprio Plano
1335 Nacional de Recursos Hídricos, na discussão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que daí a
1336 gente está falando de estratégia de mais longo prazo. Então, eu acho que seria encaminhamentos
1337 diferentes, para a CTOC e CTAL, a definição dos critérios, naturalmente passaria pelas duas
1338 câmaras, e a gente poderia até criar... A gente discutiria internamente sobre criar dois grupos
1339 eventualmente, e faria depois uma reunião conjunta, ok?

1340 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (CONSELHEIRA**
1341 **SUPLENTE - ABRAGEL)** – E, aí, a gente aumenta a quantidade de participantes dá para
1342 abarcar todo mundo, se tiver dois grupos que se reúnam conjuntamente.

1343 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Isso. Então, a gente faria
1344 conjunto com as duas, cada uma com o seu GT. E, aí, sim, a gente teria um debate mais amplo
1345 com esse grupo constituído pelas duas câmaras, e para a CTAL, conforme sugerido pelo Wilson,
1346 a gente encaminha essa temática, inclusive para incorporar no Plano Nacional de Recursos
1347 Hídricos, esse item como uma estratégia de mais longo prazo. Pode ser assim? Eu queria ouvir,
1348 então, o Elio que está escrito. Por favor, Elio.

1349 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (CONSELHEIRO TITULAR – CRH/ES)** – Boa tarde a
1350 todos. Obrigado, Wilson, por ter observado a minha mãozinha levantada. Eu só queria dizer da

1351 complexidade que é essa discussão, muita gente falou muita coisa, mas eu atentamente acho que
1352 o artigo segundo dessa Medida Provisória, ele coloca uma situação que eu gostaria de que fosse
1353 alertada e não vi ninguém alertar, diretrizes obrigatórias, diretrizes obrigatórias, estabelecer limite
1354 de uso, armazenamento e vazão de usina hidrelétrica e etc., e tal. Então, acho que a discussão
1355 maior está aí, eu não sei como é que uma câmara técnica vai discutir esse assunto lá na frente,
1356 considerando o que está escrito aí. Então, a decisão já vem, a decisão está tomada, essa comissão,
1357 Wilson, e demais conselheiros, ela já está definida, é isso aí que está posto aí. Então a Câmara
1358 Técnica vai definir, já vai estar estabelecido, então, não sei, sinceramente, só gostaria mesmo de
1359 registrar isso, acho que inicialmente o osso, o gargalo é esse, a gente vai discutir um assunto que
1360 a Comissão vai estabelecer obrigatoriamente, apesar de que é em caráter excepcional e
1361 temporário, mas ela vai estabelecer limite de uso, isso fere a legislação brasileira. Então, só
1362 queria registrar isso. Agradeço por ter aberto a palavra.

1363 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim, a questão é... São
1364 duas questões diferentes até que a gente coloca, especificamente o encaminhamento que a gente
1365 está fazendo para as Câmaras Técnicas de Outorga e Cobrança, e CTAL, definir os critérios para
1366 declaração de escassez hídrica, que foi um instrumento feito utilizado pela primeira vez agora
1367 pela ANA, com a Resolução 77, e foi feito sem observar critérios do CNRH, uma vez que eles
1368 não existem. Então, o que a gente precisa de uma forma bastante tempestiva agora, é a avançar na
1369 definição desses critérios, e é isso que a gente está propondo agora para essas duas Câmaras
1370 Técnicas, trabalhem nesses critérios. Está ok?

1371 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (CONSELHEIRA**
1372 **SUPLENTE - ABRAGEL)** – São critérios permanentes, não é, Wilson? É temporário, até o final
1373 do ano, nós estamos construindo alguma coisa que é para ficar.

1374 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Isso, diferente do que está
1375 posto na Medida Provisória, que ela tem um tempo de 30 de dezembro para expirar. Ok? Então
1376 queria colocar, então, esse encaminhamento, o primeiro que as Câmaras Técnicas de Outorgas e
1377 Cobrança, e Câmara Técnica de Assuntos Legais trabalhem conjuntamente para a definição dos
1378 critérios para declaração de escassez hídricas, ok? Esse é o primeiro encaminhamento, que se
1379 ninguém tiver oposição, a gente então tem por encaminhado esse assunto, ok? Não sei se alguém
1380 tem algum registro para fazer de exceção. Ok, então essa é a primeira deliberação, aprovada. A
1381 segunda é encaminhar à CTPA, que nas discussões sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos

1382 considere o debate feito hoje por nós, e trazidos também na apresentação ANA, uma vez que
1383 esses fenômenos, eu diria, de escassez hídricas tendem a ser amplificados no país, ok? Então
1384 acho que aprovado também esse encaminhamento para CTPA, para incorporação das discussões
1385 do PNRH. Ok. Então agradeço, e temos vencido esse item de pauta. Nós temos ainda outros três
1386 itens, e o nosso horário está no fim. Eu queria encaminhar se nós podemos avançar por mais uma
1387 hora na nossa reunião, se todos concordam, para que a gente vá com a nossa plenária até às 13h, é
1388 o tempo suficiente para que a gente consiga encerrar a nossa pauta. Todos estariam de acordo?
1389 Ok. Então vamos seguir até às 13h, ok? Eu vou colocar mais agilidade aqui na condução, para
1390 que a gente consiga vencê-la. Dando sequência, então, para o **próximo item de pauta**, nós temos
1391 uma deliberação acerca da proposta de resolução apreciada pela CTOC e também pela Câmara
1392 Técnica de Assuntos Legais, no qual a gente altera o Artigo 2º da Resolução do CNRH 204 de
1393 outubro de 2018, que colocava prazo de até 30 de junho para que o PCJ fizesse a revisão dos
1394 mecanismos vigentes de valor e cobrança. Então, para apresentar rapidamente o pleito, gostaria
1395 de estender a palavra ao André Navarro, para uma apresentação breve de 5 minutos, ok, André?
1396 Sobre a justificativa que levou o PCJ a fazer esse pleito aqui ao CNRH. Está contigo, André, por
1397 favor.

1398 **SR. ANDRE LUIZ SANCHEZ NAVARRO (COMITÊS PCJ)** – Bom dia. Bom dia, Wilson,
1399 por meio do qual cumprimento a todos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
1400 Vou fazer uma breve contextualização aqui, Wilson. Apenas acho que para os membros
1401 entenderem o contexto da nossa solicitação. Enfim, ficamos... Ficaremos também à disposição
1402 para esclarecimentos. Também nos acompanham aqui para eventuais esclarecimentos os diretores
1403 da Fundação Agência das Bacias PCJ, Sérgio Razera, diretor presidente, e Ivens de Oliveira,
1404 diretor administrativo financeiro, Patrícia Barufaldi, diretora técnica. Então, encaminhamos essa
1405 solicitação no dia 10 de março, por meio do Ofício 136/2021, dos comitês PCJ, justificando...
1406 Apresentando então nesse ofício uma deliberação dos comitês PCJ por meio da qual propusemos
1407 um cronograma para prorrogação da apresentação da proposta de mecanismos e valores para
1408 revisão da cobrança federal. As nossas motivações, então uma primeira motivação foi a
1409 aprovação do Plano das Bacias PCJ, em agosto de 2020, a própria deliberação do Conselho
1410 Nacional, a resolução do Conselho Nacional, ela definia que a proposta de revisão precisaria estar
1411 alinhada com o plano de bacias. Então, esse já foi uma um desafio tendo em vista a aprovação do
1412 Plano ter ocorrido em agosto. Nesse sentido, a proposta de termo de referência, então

1413 considerando as disposições do Plano, foi elaborada pela Agência das Bacias PCJ, também com
1414 base em disposições no contrato de gestão da ANA com as Agências das Bacias PCJ havia uma
1415 disposição de ação desse estudo até 2020. Então, esse TR foi elaborado e passou para análise no
1416 início de 2020, passou para análise do grupo técnico de cobrança da câmara técnica do plano de
1417 bacias, em fevereiro. O Termo de Referência foi avaliado, foram feitas contribuições,
1418 considerado adequado pelos usuários, enfim, todos os membros do GT. E, aí, logo depois disso,
1419 em fevereiro, sobreveio a pandemia, então, tínhamos o TR praticamente desenhado. Contudo,
1420 com a pandemia e as eventuais medidas emergenciais de quarentena, isso dificultou bastante a
1421 realização dos procedimentos licitatórios, tivemos por muitos períodos fechada a possibilidade de
1422 realização desses procedimentos da maneira como a Agência realiza presenciais e, além da
1423 questão formal da dificuldade da realização dos processos licitatórios, também as incertezas em
1424 relação ao desenvolvimento da economia no período, enfim, aos impactos que isso poderia ter
1425 sobre os usuários, os diversos setores usuários após a pandemia, tanto é que agora que estamos
1426 começando a ter alguns vislumbres de consequências econômicas, enfim, de mais médio e longo
1427 prazo, então, esse também foi um complicador, uma vez que no TR, a gente não tinha nenhum
1428 elemento também incluindo essa questão. Então diante de tudo isso, também de algumas
1429 incertezas relacionadas a cobrança até em 2020, acho que apenas em agosto, tivemos a certeza
1430 que a cobrança será realizada em 2020, então fizemos uma discussão no final do ano de 2020, e
1431 discutimos na Câmara Técnica de Planejamento, os diversos setores usuários foram ouvidos, e
1432 propusemos então aos plenários uma deliberação então acordando um cronograma dilatado, para
1433 que pudesse ser revisado esse TR, e também tivéssemos tempo hábil para uma discussão
1434 aprofundada sobre a revisão dos valores no âmbito das bacias PCJ, e a definição de uma proposta
1435 considerada adequada para envio ao Conselho Nacional. Então, a nossa proposta foi encaminhada
1436 em 10 de março, como eu comentei, ela foi avaliada do ponto de vista técnico pela CTOC em 18
1437 de março, e também avaliada pela CTAL quanto as questões jurídicas no dia 26 de maio. Então, a
1438 proposta encaminhada pelo Comitê, ela sugere a prorrogação, tendo em vista a necessidade de
1439 prazo para licitação, para realização dos estudos e para a discussão no âmbito das Câmaras
1440 Técnicas dos comitês e do plenário, até dezembro de 2023. Então, o que está devidamente
1441 constando na proposta de deliberação encaminhada pela CTAL é uma prorrogação até para
1442 apresentação... Para discussão no CNRH, até junho de 24, se não me engano. Então, esse é o
1443 contexto, ficamos à disposição para mais esclarecimentos, e também importante colocar que um

1444 ponto bastante questionado na CTOC foi a capacidade de desenvolvimento das ações do Plano de
1445 Bacias dentro dessas condições de não se aprovar a revisão agora até 30 de junho de 2021. Então
1446 como nós demonstramos, enfim, a partir de previsões de realização de investimentos, que essa
1447 questão não seria um problema. Então consideramos que será possível tocar as ações do Plano de
1448 Bacias, especialmente no tocante às ações prioritárias. Então é isso. Ficamos à disposição, a
1449 equipe aqui para esclarecimentos no que for considerado necessário pelos membros. Obrigado,
1450 Wilson.

1451 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, André. Muito bem
1452 claro a sua exposição, e eu queria pedir aqui para que a Roseli já coloque na projeção a minuta da
1453 resolução, que é uma resolução bem simples, que basicamente prorroga então o prazo
1454 inicialmente previsto de 30 de junho de 2021, para 30 de junho de 2024, de forma a permitir que
1455 o PCJ avance nos trabalhos, conforme o André colocou, foi aprovado já pela, recomendada a
1456 aprovação pela CTOC e também pelas CTAL, que apreciou e fez a redação dessa Resolução que
1457 a Roseli está pondo na tela. Então, abrindo para o debate, o Marco Antônio pediu a palavra. Por
1458 favor, Marco.

1459 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (CONSELHEIRO TITULAR – Consórcio PCJ)** –
1460 Bom dia a todos, Wilson, bom dia. Bom dia a todos os amigos conselheiros e conselheiras. Só
1461 um reforço no que o André falou, de fato a pandemia atrapalhou bastante, mas queria ressaltar
1462 aqui que o trabalho em momento algum foi paralisado, na verdade foi um trabalho intenso para
1463 tentar atingir o objetivo, só que de fato a pandemia atrapalhou de sobremaneira. Então, eu queria
1464 já pedir aos amigos conselheiros que de fato votem favoravelmente, que aceitem essa minuta e
1465 que aceita essa prorrogação de prazo, e eu estou representando aqui as organizações não
1466 governamentais, porque de fato não ficou parado, e a gente aqui no PCJ, o Comitê, a Agência de
1467 Bacias, a gente até foi citado pela ANA agora a pouco no início da nossa reunião, que a gente é
1468 um dos que mais investe na bacia, então a gente leva o trabalho bem a sério, com muita
1469 responsabilidade e de forma alguma a gente que atrasar prazos, mas, infelizmente, teve essa
1470 intercorrência, então eu peço, vou votar favoravelmente, claro, e peço aos colegas conselheiros e
1471 conselheiras também votem favoravelmente ao nosso pleito. Então era só isso, rapidamente.
1472 Muito obrigado a todos.

1473 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado, Marco. Ivens
1474 Oliveira.

1475 Ivens Oliveira: Olá, Wilson, bom dia, muito obrigado pela palavra. Bom dia a todos os membros
1476 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, sou Ivens de Oliveira, diretor administrativo
1477 financeiro da Agência PCJ, falo em nome também do nosso diretor-presidente Sérgio Razera.
1478 Apenas só complementando, Wilson, o que o André bem colocou, em todos os estudos e as
1479 projeções que nós fizemos em relação a atual arrecadação da cobrança federal, além dos
1480 investimentos previstos no plano de bacias, e que podem ser utilizadas outras fontes de recursos
1481 que nós temos aqui no PCJ, como a Cobrança Paulista de recursos da CFURH, nós também
1482 fizemos um estudo em relação ao impacto para a Agência das Bacias PCJ para as entidades
1483 delegatárias, e nós verificamos que mesmo não se fazendo a revisão dos valores previstos não
1484 haveria prejuízo para Agência das Bacias PCJ, então as entidades delegatárias também
1485 permanecem em condições de atender aos Comitês PCJ e o cumprimento das metas do contrato
1486 de gestão, porque nós também temos outras fontes de recurso para custeio administrativo. Então,
1487 feito todo um estudo detalhado, tanto do ponto de vista de investimento quanto de custeio
1488 administrativo. Obrigado pela palavra.

1489 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Justamente, isso inclusive
1490 foi um ponto analisado na CTOC. Então, gostaria de colocar para deliberação pela aprovação
1491 dessa Resolução, que a Roseli estava com ela na tela, se ninguém tiver oposição, declaramos
1492 como aprovada a resolução. Ok? Então, ela altera o Artigo 2º da Resolução 204, 16 de outubro de
1493 2018, concedendo o prazo de até 30 de junho de 2024, para que sejam apresentados os
1494 mecanismos vigentes e valores de cobrança a serem revistos e encaminhados ao CNRH. Ok,
1495 Roseli. Obrigado, plenário. Dando sequência aqui para o próximo item de pauta. Nós temos uma
1496 apresentação sobre o andamento da evolução do Plano Nacional de Recursos Hídricos, nós
1497 atingimos o meio do ano estamos virando o semestre e já avançando para uma etapa importante
1498 que nós precisamos agora de encaminhar para pactuação já de alguns resultados. Então a gente
1499 espera divulgar os relatórios consolidados das oficinas regionais essa semana, das oficinas
1500 setoriais na semana que vem e esses relatórios, eles são base para justamente trazer os elementos
1501 para definição das diretrizes, das ações, metas e por fim, lá em setembro, outubro, conforme a
1502 Adriana for mostrar, nós fazemos a pactuação. Como a gente sempre vem falando é um
1503 cronograma muito apertado, mas que a gente está conseguindo vencê-lo. E a gente está agora
1504 numa fase importante de consolidação das informações que a gente quer apresentar a todos ainda
1505 até o dia 15 de julho, ok? Adriana, você pode fazer a sua apresentação de forma muito... sendo

1506 objetiva aos seus encaminhamentos principais para que a gente consiga vencer a pauta de hoje até
1507 às 13 horas.

1508 **SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (DRHB/SNSH/MDR)** – Está aparecendo aí?

1509 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim então

1510 **SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA** – Então, gente, bom dia. Sou Adriana Lustosa
1511 trabalho aqui também no Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias nessa
1512 área que a coordenação trata do Plano Nacional de Recursos Hídricos, apoio aos Estados para o
1513 planejamento estadual. E aí a gente está coordenando esse processo participativo de elaboração
1514 do novo plano que começou em abril desse ano, a etapa já no trabalho em cima dos documentos
1515 do diagnóstico, do prognóstico da proposta de ações. Muitos de vocês já acompanham esse
1516 processo nas oficinas que estão sendo realizadas. E esse processo tem o objetivo de estabelecer as
1517 diretrizes, programas e metas pactuado social e politicamente a partir de uma base técnica
1518 consistente, considerando o horizonte temporal de 2022-2040. Então é trabalhar o diagnóstico e
1519 prognóstico do plano aprimorando o conteúdo que vem sendo apresentado pela Agência Nacional
1520 de Águas, que é do relatório de conjuntura de recursos hídricos e também na formulação do plano
1521 de ação em anexo normativo do PNRH. Também vamos ter uma etapa de consolidação desses
1522 resultados, essa primeira etapa agora de oficinas regionais e setoriais com a sociedade civil foi
1523 para levantamento de contribuições de propostas de ações, mas vamos voltar para as oficinas
1524 regionais mais na frente para consolidar essas propostas em programas do plano. E também esse
1525 processo tem o objetivo de permitir que o Conselho e suas Câmaras Técnicas acompanhem e
1526 validem cada uma das etapas desse processo. Vocês também já receberam o documento base que
1527 orienta todo esse processo, ele coloca dez premissas que vão ser consideradas, devem ser
1528 consideradas, tanto nos conteúdos do PNRH, como também na metodologia dos eventos públicos
1529 que estamos realizando, e algumas das premissas são essa questão da articulação e integração
1530 com as políticas e planos setoriais. Então esse processo vem com esse componente bem de buscar
1531 essa articulação entre a política de recursos hídricos e as políticas setoriais, por isso fizemos aí
1532 um conjunto de eventos setoriais para identificar esses elementos de integração. Também um
1533 forte diálogo com setores usuários e com a sociedade civil, é o que a gente vem fazendo nessas
1534 oficinas de trabalho, tendo clareza quando esse plano ficar pronto da divisão de atribuições entre
1535 o que é do planejamento nacional, que são diretrizes para um planejamento nacional e ações que
1536 compõem o plano nacional, e aquelas que são de responsabilidade dos Estados ou dos Comitês

1537 das Bacias Hidrográficas, dentre outras premissas que orientam esse processo. Os documentos
1538 que a gente vai apresentar no final para apreciação do plenário são: o próprio diagnóstico e
1539 prognóstico do PNRH, que é um relatório de conjuntura 2021 e a partir daí oficialmente o
1540 relatório de conjuntura é esse diagnóstico do plano, e ele é atualizado anualmente, dando também
1541 esse dinamismo ao planejamento de recursos hídricos. O plano de ação que vai ser a estratégia
1542 para gerenciamento de recursos hídricos nesse período de 2022-2040, mas claro, com maior
1543 detalhamento para o primeiro ciclo de implementação, os primeiros quatro ou cinco anos de
1544 implementação. E um anexo normativo que é ligado a esse plano de ação com propostas de
1545 normativas que devem ser alterados ou aprimorados ou mesmo discutidos a partir dessas
1546 identificações que a gente tem feito no processo das oficinas. Aqui é um fluxo do processo
1547 participativo e como o Wilson falou a gente está praticamente no meio desse processo, nessa
1548 segunda bolinha azul, que é a reunião do Conselho. A gente trazendo as informações do
1549 andamento do processo, então passamos pelas oficinas regionais, as oficinas setoriais, depois o
1550 nosso próximo evento vai ser a oficina de cenários prospectivos, marcada para 13 de julho.
1551 Depois as oficinas temáticas, com temas mais transversais relacionados à gestão de recursos
1552 hídricos. E todo esse conteúdo dessas primeiras oficinas, elas vão ser consolidadas em
1553 programas, em propostas de programas que nós levaremos para as oficinas regionais de
1554 consolidação, com o objetivo de consolidar mais junto a todo o SINGREH, como fizemos na
1555 primeira etapa das oficinas regionais envolvendo os sistemas Estaduais de gerenciamento de
1556 recursos hídricos, consolidar as diretrizes, programas e ações do plano. E por fim, uma fase de
1557 pactuação, que é quando a gente vai se reunir com as instituições do SINGREH que vão ficar
1558 responsáveis pelas metas do plano, para pactuar metas, prazos, responsabilidades, então são essas
1559 as etapas. Aqui o calendário, a gente já está indo para essa fase dos próximos eventos que começa
1560 agora em 13 de julho com essa oficina nacional sobre visões de futuro e cenários prospectivos do
1561 PNRH no dia 13 de julho. Até o final, até o início da próxima semana a gente vai disponibilizar a
1562 inscrição para essa oficina no site do Conselho, é importante que os conselheiros participem
1563 dessa oficina com as suas visões setoriais em relação à gestão de recursos hídricos, a visão da
1564 sociedade civil, é bem importante aqui. Depois as temáticas como eu falei, com temas
1565 transversais e a parte de consolidação e pactuação. Aqui eu fiz só um apanhado mais superficial
1566 da participação nessas oficinas. Nas regionais que a gente já conseguiu ter um apanhado
1567 preliminar, mas a gente vai detalhar essas informações. Então em geral, na oficina do Sul foram

1568 125 participantes e a maioria era poder público, mas estava bem equilibrado também com setores
1569 usuários e sociedade civil. Muitos participantes de conselhos, Comitês de bacias, do conselho
1570 nacional, dos conselhos estaduais e de outras instituições que não fazem parte do SINGREH.
1571 Aqui eu coloquei exemplos de contribuições que saíram dos grupos.

1572 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Adriana, sua
1573 apresentação saiu da tela.

1574 **SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA** – Saiu?

1575 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim.

1576 **SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA** – Deixa-me ver.

1577 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Você precisa
1578 compartilhar novamente, parece que o Marco deve ter... Pronto.

1579 **SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (DRHB/SNSH/MDR)** – Aqui nessa apresentação não
1580 é possível esgotar as contribuições que estão saindo das oficinas regionais, setoriais e todos esses
1581 relatórios preliminares do jeito que saíram da oficina já estão no site do Conselho, a não ser das
1582 duas últimas oficinas, que a sociedade civil e de pesca, lazer e turismo. Mas eu trouxe aqui alguns
1583 exemplos das contribuições que saem. Aqui da oficina da região Sul falando sobre integração das
1584 diretrizes de recursos hídricos, meio ambiente, saúde pública, vincular prazos e responsabilidades
1585 nos planos, formação continuada, atualização do instrumento de cobrança, critérios para a
1586 questão da segurança hídrica, revitalização de bacias, criação de áreas sujeitas a restrição de uso,
1587 comunicação e divulgação, valorização dos serviços ambientais prestados pelos povos indígenas,
1588 proteção e recuperação das nascentes, monitoramento da qualidade da água e terras indígenas.
1589 Tirei assim, bem a título de exemplo, mas o relatório detalhado está lá no site. Aqui a gente tem a
1590 região Sudeste, não apareceu aqui em cima, mas com 197 participantes. A maioria inclusive
1591 sociedade civil, também representantes de Comitês de Bacias hidrográficas, mas também tivemos
1592 representantes do conselho nacional, dos conselhos estaduais nessa oficina. Aqui a metodologia
1593 foi um pouco diferente da região Sul. Então a consulta sempre se dava em cima dos avanços e
1594 identificados do atual plano de 2006 até agora, quais os problemas e quais as propostas de ações.
1595 Então, eu elenquei alguns exemplos de avanços identificados para região Sudeste, problemas
1596 identificados, propostas de ações. Lembrando que aqui são os Estados, os sistemas estaduais de
1597 gerenciamento de recursos hídricos apresentando as suas questões e suas problemáticas,
1598 propostas para o plano nacional na região Sudeste, Nordeste também 194 participantes.

1599 Equilibrado, sociedade civil, poder público, um pouco menos no setor usuário, a maioria
1600 representantes de Comitês de Bacias Hidrográficas, eu não vou entrar no detalhe aqui, mas
1601 também são apresentados os avanços identificados no período do atual plano, principais
1602 problemas, principais propostas de ações. A título de exemplo, o relatório está consolidado na
1603 página do PNRH, e aqui a região não está aparecendo, mas a região Centro-Oeste com 139
1604 participantes, poder público foi a maioria, mas também com equilíbrio entre a sociedade civil, os
1605 Comitês de Bacias Hidrográficas eram os mais presentes, representantes de Comitês de Bacias
1606 Hidrográficas, aqui algumas propostas também em relação a Centro-Oeste a título de exemplo,
1607 relatório completo está disponível no site. A região Norte, o poder também 165 participantes,
1608 sociedade civil e poder público representados, a maioria Comitês de Bacias Hidrográficas ou
1609 conselhos estaduais, também bastante presente na oficina da região Norte. Aqui também as ações,
1610 exemplos de contribuições que vieram desses grupos, as oficinas setoriais, a gente também já
1611 começou a colocar os relatórios preliminares no site, ao todo a gente teve 820 participantes nas
1612 oficinas setoriais, mas também cerca de 800 nas regionais. Então até agora esse processo atingiu
1613 um torno de 1500 participantes, claro que a gente tem pessoas que participam de todos os
1614 momentos, de todas as oficinas, então são repetidas, mas é o alcance que está sendo dado nesse
1615 processo participativo. Aqui vocês têm o site do plano, onde vocês encontram essas informações
1616 sobre as oficinas. Vou até tomar a liberdade aqui de entrar, vocês vão lá em resultados
1617 preliminares do processo participativo, e aí vocês vão achar, por exemplo, o relatório completo da
1618 oficina Centro-Oeste uma versão preliminar, do jeito que as contribuições saíram da oficina de
1619 trabalho. E essas informações estão disponíveis no site dessa forma preliminar, mas nós
1620 juntamente com a equipe da Agência Nacional de Águas e com a Engecorps, que é a empresa que
1621 está trabalhando conosco na consolidação, na metodologia, sistematização e consolidação desses
1622 resultados, a gente está fazendo essa análise para disponibilizar o relatório completo da oficina, já
1623 analítico, já com análise das contribuições, já direcionando também o que que são propostas de
1624 ações para os programas, o que são diretrizes para o PNRH, então é um trabalho interno que a
1625 gente está fazendo, e assim que finalizado vai ser também disponibilizado no site. E lembrando
1626 que essas etapas agora, o conjunto desses resultados, eles vão ser levados para as oficinas
1627 regionais de consolidação dos programas, ou seja, agora é encaixar essas propostas de ações,
1628 essas diretrizes dentro dos programas do plano e levar isso para consolidação junto com os
1629 sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos. Então é um retorno para o SINGREH

1630 sobre todo o processo, e também para consolidação dessas etapas que depois passarão, esses
1631 programas passarão para pactuação com os órgãos do Governo Federal, com os Comitês de Bacia
1632 da União, com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e também com o próprio
1633 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que ao final desse processo a gente pretende que
1634 tenhamos também uma agenda para o conselho nesse horizonte de implementação do plano.
1635 Então eu finalizo por aqui, era só para dar um retorno também sobre como está esse processo em
1636 andamento, convidar todos a se engajarem nas próximas etapas. Estou à disposição para
1637 esclarecimentos e convido também que vocês acessem o site do plano para poderem dar já uma
1638 olhada a esses relatórios. A gente também está aberto a contribuições espontâneas, por exemplo,
1639 nós recebemos um relatório da FUNAI que fez um trabalho junto as comunidades indígenas de
1640 levantamento de demandas para o PNRH, recebemos também da Câmara Técnica de Segurança
1641 de Barragens também um relatório com demandas para o plano, então eventualmente se
1642 instituições identifiquem questões que não estão aparecendo nos relatórios regionais a gente
1643 recebe até o dia 31 de agosto essas propostas espontâneas e voluntárias de quem quiser nos
1644 encaminhar para a gente agregar a essa conteúdo, é isso. Obrigada, Wilson.

1645 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Bem lembrado esse
1646 ponto, Adriana. Conforme iniciativa feita pela FUNAI, a gente convida todas as instituições que
1647 compõem o CNRH a também construir esse documento com as referências que julgam
1648 importante. A gente agradece a participação de todos os envolvidos nas oficinas, eu julgo ter sido
1649 um grande sucesso pela qualidade excepcional de informações que nós conseguimos ouvir e
1650 colher de todos os setores que participaram até o momento. E é um desafio grande consolidar de
1651 forma a trazer o plano... Fazer a consolidação desse PNRH com tantas contribuições. Eu vou
1652 passar para o Elio, que um dos assíduos conselheiros que vem nos acompanhando nas oficinas.
1653 Até agradeço a presença viu, Elio, de antemão, por favor, Elio.

1654 **SR. ELIO DE CASTRO PAULINO (CONSELHEIRO TITULAR – CRH/ES)** – Obrigada,
1655 Wilson. Parabenizar a Adriana, que tem sido absolutamente incansável nas discussões, está
1656 sempre ali. Enfim, mas eu queria antes de fazer a observação, rapidamente, Wilson. Eu queria
1657 solicitar que o espaço para o debate aqui no CNRH, ele está muito curto. Nós temos aí uma pausa
1658 muito longa, assuntos absolutamente importantíssimos, mas quando nós vamos debater aí você
1659 depara com 3 minutos, 2 minutos, e aí eu acho que o debate está ficando comprometido. Eu
1660 gostaria que fosse avaliado com todo carinho, que essas pautas destinassem um espaço maior

1661 para o debate. Sobre o PNRH, conforme você registrou eu tenho participado de todos os eventos
1662 e vou continuar participando, obviamente, de todos os eventos até a votação final em dezembro.
1663 Eu tenho alertado e vou alertar rapidamente aqui, que esse documento, ele é importante e ele
1664 precisa ser de fato um pacto das águas, um pacto em nome da política nacional de recursos
1665 hídricos. Nas oficinas é preciso que o consenso seja construído, e para que haja consenso,
1666 obviamente há que se ter debate, se não houver debate o consenso, ele acaba sendo imposto e não
1667 construído. Eu quero falar sobre a última oficina que aconteceu no dia 25 de agora, o último, da
1668 sociedade civil, houve no grupo que eu participei, houve um debate muito importante, foi até
1669 citado aí pela Adriana sobre as questões que envolvem o PL 490 de 2007. Eu queria comunicar,
1670 Wilson, é que eu encaminhei uma proposta de moção de rejeição ao PL 490, já encaminhei o e-
1671 mail para a Secretaria Executiva do CNRH, obviamente para os devidos encaminhamentos que
1672 forem de praxe para uma moção dentro do CNRH. O objetivo da moção, a justificativa para a
1673 moção é que justamente essas comunidades, as comunidades indígenas, os povos tradicionais,
1674 eles atuam na preservação e na conservação dos recursos hídricos, então são fundamentais. É
1675 resultado de uma articulação que ocorreu em função dessa oficina setorial da sociedade civil
1676 organizada. E no mais eu solicito aos demais conselheiros que avaliem o documento, a minuta do
1677 documento que foi encaminhado na oportunidade, e que julgamos ser importante que a moção
1678 seja construída. No mais agradeço a oportunidade.

1679 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, Elio,
1680 obrigado. Passar palavra para a Cristiane Battiston.

1681 **SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR – MDR/SNSH)** –
1682 Boa tarde a todos. Queria parabenizar o trabalho da Adriana e da equipe, que é incansável, são
1683 muitas reuniões, muitas oficinas. E a gente viu pelo cronograma que o trabalho ainda é longo,
1684 foram muitas coletas, ainda tem muita discussão, ainda vamos pensar em programas, em quais
1685 vão ser as ações. E eu acho que assim, poderia ser destacado nesses momentos oficinas que são
1686 fundamentais a participação dos conselheiros e dos membros das Câmaras Técnicas, seria muito
1687 importante, porque quando for chegando ao fim. Não dá para gente chegar aqui no Conselho e os
1688 próprios conselheiros não se sentirem dominando o conteúdo do plano, todo mundo ter um
1689 esforço, são muitas agendas. Acho muito difícil que a gente consiga ir em todas, dou até parabéns
1690 para o Elio porque está conseguindo, pelo esforço. Mas eu acho que deveria ter algumas, nem que
1691 a gente faz assim, marcamos uma reunião do conselho, e uma reunião só dedicada a essa parte

1692 das ações do plano, das metas, é muito importante que o CNRH defina metas para que depois a
1693 gente possa cobrar, que a gente monitore bem a implementação da política, não só naqueles
1694 relatórios, mas cobrar mesmo, a gente tem que mandar ofício, tem que mandar moção, tem que
1695 fazer o sistema funcionar mesmo, é nossa função fazer essas cobranças também. Eu fico um
1696 pouco preocupada, porque a gente prorrogou a validade do plano até o fim desse ano, eu acho que
1697 quando tiver toda a documentação pronta vai para as Câmaras Técnicas, precisa ter parecer, e
1698 assim, vendo a nossa... vendo a Câmara Técnica que eu participo, isso não acontece de forma tão
1699 rápida, tem um tempo de se debruçar, de um GT discutir aquilo, montar bem um parecer
1700 fundamentado, e aí eu fico com dúvida se a expectativa ainda é aprovar o PNRH na reunião de
1701 dezembro ou se a gente vai aprovar no começo do ano que vem? E mesmo assim não precisaria
1702 prorrogar o atual plano. Só ver se vocês estão com isso no radar, mas de toda forma parabenizar
1703 pelo trabalho que está sendo de muita dedicação.

1704 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Cris, realmente a equipe
1705 da Adriana, equipe também do Flávio Tröger da ANA também que está acompanhando muito
1706 próximo conosco e construindo em conjunto o plano, também tem se dedicado bastante nesse
1707 processo. A gente está trabalhando com a meta de trazer o plano em dezembro, Cris, mas
1708 realmente a gente não pode em função de perseguir uma meta de um prazo perder qualidade no
1709 debate. Então esse é um ponto que a gente está... Sobre alerta nosso, a Secretaria como todo, de
1710 forma que a gente quer realmente promover o debate e garantir que a gente tenha uma boa
1711 construção de um plano final, o horizonte dele é bastante longo. Eu achei interessante essa
1712 sugestão do Elio para que a gente tenha definido nas plenárias, nas reuniões do CNRH um tempo
1713 mais adequado para debate, não só desse tema do PNRH, mas como de outros. Como hoje tem
1714 sido bastante atropelado aqui nossa reunião, infelizmente. Anivaldo, por favor, acho que é o
1715 último inscrito aqui.

1716 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CONSELHEIRO TITULAR – CBHSF)** – Bem
1717 telegráfico. Faço minhas as palavras dos que entrevistaram, do Elio, da Cristiane. Enfim, eu queria
1718 levantar só duas coisas bem rápidas. Uma, Adriana, cujo trabalho eu também quero elogiar aqui,
1719 dela e da equipe realmente são muito presentes, é emocionante, porque de fato é importante. Mas
1720 eu queria saber o lugar dos rios intermitentes do semiárido brasileiro nessa discussão. Porque nós
1721 temos um semiárido de quase um milhão de quilômetros quadrados, que se estende do Maranhão
1722 até o Espírito Santo, é visto como... Ao invés de ser visto como um espaço de potencialidades é

1723 visto com preconceito no nosso país, que não entendeu ainda o que é o semiárido. E qual é o seu
1724 potencial, de fato semiárido brasileiro comparado aos demais do mundo é um dos que tem
1725 precipitação de chuva. Agora fora isso, ele tem grandes potencialidades sobretudo quanto as áreas
1726 do planeta com maior incidência de energia solar o tempo todo, e tem todos os... Temos a
1727 população adaptada, qualificada, inclusive, até instituições de pesquisa, enfim, atividades
1728 econômicas múltiplas, mas nesse contexto os rios intermitentes ficam no limbo, porque eles não
1729 têm água perene para poder estabelecer sistema de cobrança, portanto, não tem gestão, que as
1730 pessoas encaram os rios intermitentes como leitos secos, com mato seco. E aí em muitas ocasiões
1731 eles servem para depósito de lixo das prefeituras, até ficam cercadas com criação de animais,
1732 ninguém respeita os rios intermitentes porque não compreende o que eles são e nem o seu papel.
1733 E aí finalmente quando o rio intermitente você tem uma chuva favorável, às vezes demora uma
1734 década, até duas décadas, essa água no momento que cai, uma água preciosa fica comprometida
1735 por que como leito não merece respeito de ninguém a sua qualidade imediatamente é
1736 comprometida e você perde aquela água preciosa. Então eu só gostaria de lembrar aonde os rios
1737 intermitentes entram e o semiárido entra nesse contexto. E em segundo lugar, concordar com os
1738 demais e o Elio principalmente de que o Conselho Nacional não pode esperar só a etapa final um
1739 debate sobre isso. Eu acho que o debate final vai ser no caráter deliberativo, mas eu acho que até
1740 chegar lá, uma ou duas grandes oficinas com os membros do Conselho poderia ser organizado.
1741 Essa é minha sugestão. Obrigado.

1742 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bom. A gente já
1743 vai colocar no calendário do CNRH uma oficina, possivelmente em agosto quando a gente
1744 concluir as oficinas temáticas, sabe, Anivaldo. A gente faz uma oficina exclusiva, uma plenária
1745 exclusiva do CNRH para tratar do PNRH no final de agosto. Acredito ser importante finalizado o
1746 processo das oficinas temáticas. Não sei se o Flávio Tröger está presente, se você quiser também
1747 trazer como informe para finalizar essa pauta sobre os trabalhos que temos feito em conjunto,
1748 fique à vontade para fazer o uso da palavra, ok?

1749 **SR. FLÁVIO HADLER TRÖGER (ANA)** – Obrigado. Bom dia aos conselheiros e
1750 conselheiras (...) Fazer equipes dessa parceria do Ministério de Desenvolvimento Regional na
1751 construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos (...) no relatório de conjuntura 2021
1752 enquanto que estão sendo realizadas as diversas etapas do processo participativo (...) a sociedade
1753 Conselho Nacional de Recursos Hídricos as ações que a gente dispõe acerca das condições dos

1754 nossos recursos de gestão. Então continuar trabalhando na construção desse importante
1755 instrumento de planejamento fiscal (...) fazendo, apenas corroborando informações (...)

1756 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Está falhando para mim o
1757 seu áudio, Flávio. Cortou bastante agora no final.

1758 **SR. FLÁVIO HADLER TRÖGER** – A internet talvez esteja com falhas, enfim. Conseguiram
1759 ouvir?

1760 **00:15:12** - Você desliga o seu vídeo que vai melhorar para nós, está bem ruim mesmo.

1761 **SR. FLÁVIO HADLER TRÖGER (ANA)** – Vamos tentar novamente, então. Respondi se está
1762 trabalhando aí com o Ministério de Desenvolvimento Regional na construção do novo (..)
1763 recursos hídricos, estamos trabalhando nas informações de diagnóstico e prognóstico, serão
1764 consolidados no relatório (...) e participando dos eventos do processo participativo já apontado
1765 (...) que o MDR (...) e ficamos à disposição aí para eventuais dúvidas que tenham os conselheiros.

1766 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, Flávio,
1767 obrigado. Tem sido uma parceria muito importante realmente, que vem somar inclusive os
1768 esforços de uma equipe que é muito pequena nossa, conduzida pela Adriana Lustosa, então a
1769 gente agradece a equipe da ANA nesse processo também, e vamos promover conforme sugerido,
1770 esse debate do PNRH numa reunião exclusiva do plenário, ok? Então para dar sequência,
1771 finalizando aqui os dois itens de pauta, a gente tem um tema muito importante, muito caro aqui
1772 para nós Secretaria Executiva do CNRH, que foi trazido em função de um relatório da
1773 Controladoria Geral da União. No qual recomendou que nós instituíssemos práticas, de práticas
1774 regulatórias no CNRH para suas deliberações. Então nós fizemos um plano de ação que foi
1775 encaminhado, acredito que foi no mês passado para a CGU. E nesse plano, um dos elementos
1776 importantes que tem é que nós façamos, desde que cabível, a análise de impacto regulatório das
1777 ações deliberadas aqui no CNRH, como uma das estratégias para melhorar esse aspecto
1778 relacionado a regulação. Então a gente tem aqui para fazer uma breve introdução do assunto, uma
1779 fala da Roseli e na sequência nós vamos ter uma apresentação do Carlos Roberto Ruchiga Correa
1780 Filho. Desculpa, se eu tenha errado o seu nome, Carlos, que é coordenador da auditoria de
1781 regulação da CGU, que está nos acompanhando desde cedo. Obrigado por estar conosco, Carlos.
1782 Roseli. Muito bem, vou passar a palavra para a Roseli para fazer essa breve introdução do que é o
1783 plano e na sequência uma apresentação do Carlos.

1784 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Então boa tarde a todos. Serei breve aqui
1785 porque acho importante a gente ouvir a Controladoria Geral da União sobre essa demanda. Então
1786 é o plano de ação para melhoria dos processos de elaboração da deliberação do CNRH, esse
1787 plano de ação ele vem no contexto dessa auditoria que foi realizada pela CGU. Objeto da
1788 auditoria: avaliação da atuação das instituições federais na governança do SINGREH. Então a
1789 questão que a auditoria levantou é em que medida que os órgãos responsáveis pela condução da
1790 Política Nacional de Recursos Hídricos em um nível Federal têm contribuído para coordenação
1791 da gestão integrada de água e prevenção dos conflitos relativos aos recursos hídricos. E aí nessa
1792 auditoria, ele identificou várias fragilidades, uma das fragilidades apontadas foi na estrutura da
1793 governança do CNRH, a questão de transferência de dados sistema de informações sobre recursos
1794 hídricos e no acompanhamento e monitoramento do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Essa
1795 auditoria ela focou também em outras coisas, a gente está trazendo aqui somente aquelas que são
1796 afetas da Secretaria Executiva do CNRH. Vocês receberam o relatório, a nota técnica que foi
1797 elaborada no âmbito desse departamento e lá está detalhado as outras ações que foram
1798 identificadas pela CGU. Então a recomendação que a CGU apresentou a essa Secretaria
1799 Executiva é que ela elaborasse e implementasse um plano de ação para melhoria dos processos de
1800 elaboração das deliberações do Conselho, adotando para isso boas práticas regulatórias e a
1801 divulgação de informações por meio de transferência ativa. Então de posse disso a gente fez uma
1802 nota técnica, como eu já falei, nessa nota técnica que vocês receberam está lá detalhado como é
1803 que foi o processo e as respostas que já demos a CGU, e apresentamos um plano de ação
1804 proposto. Então esse plano de ação está dividido basicamente em dois blocos. O primeiro bloco é
1805 justamente essa questão da melhoria das práticas regulatórias, essa melhoria ela vai ao encontro
1806 do Decreto 10.411, que fala que todos os órgãos, as agências reguladoras e órgãos do governo
1807 façam, adotem práticas regulatórias, e tem um prazo para que cada um faça isso. E no nosso
1808 plano de ação a gente está nessa fase agora de apresentar ao Conselho, desculpa, apresentar ao
1809 Conselho. Então sensibilizar o Conselho sobre a importância de se ter, incluir nessa sua
1810 governança a questão dos impactos regulatórios quando for elaborar seus normativos.
1811 Obviamente que não são todos os normativos, isso que a gente vai ter que entender um pouco
1812 melhor e nosso objetivo é iniciar esse trabalho aqui com os senhores conselheiros e conselheiras.
1813 Então estamos nessa fase de fazer essa apresentação ao Conselho também, estaremos dando
1814 ciência a todos os representantes de Câmaras Técnicas. Então iremos as Câmaras Técnicas para

1815 apresentar isso também para que se sensibilizem os representantes de Câmaras Técnicas. E
1816 internamente estamos em processo com a ENAP, que é a escola de governo, para que ela possa
1817 nos capacitar em relação a essa questão do impacto regulatório, de como fazer. E também
1818 estamos em tratativas para que isso se estenda aos membros do Conselho. A gente sabe que a
1819 ENAP é voltada para o governo, mas eles têm lá umas ações que podem... De cursos online que
1820 podem ser estendidos para os conselheiros, então estamos nessas tratativas, futuramente vocês
1821 vão receber algumas informações sobre isso. E o segundo bloco, a CGU também levantou a
1822 questão da transparência ativa, ela checou que algumas informações não estavam muito claras no
1823 nosso site. E até as normas também não estavam adequadas, porque tinham algumas normas que
1824 já tinham sido revogadas, tudo isso foi identificado, a gente também já tinha no nosso radar que a
1825 gente precisava melhorar a questão da transparência, e na última reunião do Conselho a gente já
1826 apresentou o nosso site, o novo site está sendo alimentado. Como esse site o site antigo já faz o
1827 quê, 15 anos que ele está lá, então são muitas informações, a gente propôs um período de até
1828 março de 2022 estar atualizando todo o conteúdo antigo dentro dessa nova página do CNRH.
1829 Uma outra questão é a consolidação das deliberações do CNRH, em relação a isso na última
1830 reunião informamos sobre uma contratação de consultoria. A gente já efetivou essa contratação,
1831 então só falta o consultor assinar aqui com a gente, então ele vai iniciar esse trabalho, que vai ser
1832 fundamental para dar resposta no CNRH, e que a sociedade tem também as normativas do CNRH
1833 atualizados e de fácil acesso. E outra questão, é a questão dos temas estratégicos que também será
1834 tema do nosso último item de pauta, que foi uma consulta que realizamos ao final do ano passado
1835 ao CNRH e que a partir dessa consulta foi sistematizada, a gente apresentou na última reunião o
1836 resultado dessa pesquisa, e hoje a gente vai apresentar como que a gente vê a forma de
1837 implementar esse tema de interesse estratégico para o CNRH. Lembrando que o próprio Plano
1838 Nacional de Recursos Hídricos também vai ofertar uma série de normativas, de propostas de
1839 normativos que devem ser desenvolvidas ao longo do período. Então esse é o plano de ação
1840 proposto, nosso objetivo aqui é justamente ouvir um pouco a CGU em relação a essa avaliação do
1841 impacto regulatório, como é que se procede e a partir daí traçar esse trabalho junto ao Conselho
1842 para que a gente possa implementar de fato essa ação. Então é isso, Wilson.

1843 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, obrigado,
1844 Roseli. Então vou passar a palavra para o Carlos. E também para a equipe da CGU que está
1845 presente. Obrigado pela presença, Carlos.

1846 **SR. CARLOS ROBERTO RUCHIGA CORREA FILHO (CGU)** – Obrigado, Roseli.
1847 Parabéns pela elaboração do plano de ações e com relação ao plano de ação, eu vou passar a
1848 palavra para Ana Maria de Farias Martins que está representando a coordenação-geral de
1849 auditoria das áreas de desenvolvimento regional e meio ambiente, que é responsável pelo
1850 acompanhamento das implementações referentes a recomendação. Vou passar a palavra para Ana
1851 e depois a gente faz apresentação então sobre o AIR, obrigado.

1852 **SR^a. ANA MARIA DE FARIAS MARTINS (CGU)** – Obrigada, boa tarde a todos. Quero
1853 agradecer inicialmente ao Wilson pelo convite de participação nessa reunião. Bem, em relação a
1854 recomendação, só gostaria de saber se essa nota já foi disponibilizada para a CGU. A gente,
1855 assim, não identificamos ainda. Porque tem uma recomendação em andamento que a gente tem
1856 que analisar.

1857 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu acredito que sim, Ana.
1858 Mas eu posso chegar com o pessoal da nossa Assessoria de Controle Interno, mas nós já
1859 havíamos remetido para que eles entrassem em contato com você a alguns dias, talvez mais de
1860 um mês até, mas a gente checa isso aqui, ok?

1861 **SR^a. ANA MARIA DE FARIAS MARTINS (CGU)** – Então como o Ruchiga falou, eu trabalho
1862 na coordenação-geral de auditoria das áreas de desenvolvimento regional e meio ambiente. Estou
1863 como chefe de divisão, e acompanhamos as políticas de recursos hídricos e de saneamento. Estou
1864 aqui com Ruchiga. O Ruchiga preparou uma breve apresentação acerca do AIR e estamos aqui
1865 para contribuir no que for possível. Obrigada, vou passar a palavra para o Ruchiga.

1866 **SR. CARLOS ROBERTO RUCHIGA CORREA FILHO (CGU)** – Muito obrigado, eu tive
1867 uma grata surpresa de ver o plano de ação que está muito condizente com as recomendações que
1868 eu colocar ao final da apresentação, procurar a ENAP para realizar a capacitação na área de AIR.
1869 Eles realmente têm muita expertise, realmente uma boa fonte de informação para vocês. Vou
1870 compartilhar a apresentação. Compartilhar minha tela aqui. Está aparecendo a tela?

1871 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim, só colocar em tela
1872 cheia, Carlos.

1873 **SR. CARLOS ROBERTO RUCHIGA CORREA FILHO (CGU)** – Tela cheia, apresentação
1874 de slides. Ok. Bom, então, vamos falar sobre a análise de impacto regulatório, que ela foi
1875 instituída no final da década de 70 nos Estados Unidos, quando foi criada para avaliar o impacto
1876 inflacionário de algumas regulamentações, impacto também de custos sobre cada proposta

1877 regulatória. Análise de impacto regulatório então é uma ferramenta e um processo de decisão que
1878 tem o objetivo de informar os tomadores de decisão sobre ser e como devem regular para atingir
1879 as metas das políticas públicas. A AIR auxilia então na avaliação das vantagens e desvantagens
1880 de medidas regulatórias, ela envolve análise e avaliação dos possíveis benefícios, custos e efeitos
1881 de decisões regulatórias novas ou já existentes, e aprimora a regulação, tornando transparente as
1882 vantagens e desvantagens das propostas regulatórias. Travou. Bom alguns benefícios da AIR, ela
1883 busca avaliar o impacto que as novas propostas poderão impor a sociedade antes que a regulação
1884 seja posta em prática. Ela fornece uma definição precisa da questão regulatória com base em
1885 evidências. Ela antecipa a identificação de possíveis problemas e soluções e oferece dados
1886 empíricos para os tomadores de decisão sobre as possíveis consequências da regulação. O
1887 processo parte da definição do problema regulatório, provavelmente é a pauta que vocês têm nas
1888 deliberações. A partir da definição do problema regulatório são identificados os atores afetados
1889 pelo problema, a base legal para atuação da instituição, a definição dos objetivos desejados. E
1890 então são mapeadas as alternativas de ação, regular, não regular ou pelo caminho A, B ou C. A
1891 partir daí então se analisa o impacto de cada uma dessas alternativas, e a partir de metodologias
1892 você consegue identificar qual é a melhor alternativa com base em evidência e ter justificativa
1893 para essa escolha. A partir de então escolhida a melhor alternativa regulatória, você traça
1894 estratégia de implementação, estratégia de monitoramento e fiscalização da regulação do novo
1895 normativo. Com o método sugerido pela Casa Civil da Presidência têm análise multicritério,
1896 análise de custo-benefício, custo de efetividade, análise de risco e todas essas metodologias, elas
1897 têm uma vasta publicação, referências, materiais de consulta. E aqui é o guia para elaboração de
1898 análises de impacto regulatório, está disponível na internet, na sua versão original de 2018 e na
1899 versão de 2021 atualizada. Aqui eu passei uma série de *links* para materiais de suporte relativos à
1900 elaboração de análise de impacto regulatório. Bom, como aplicações a AIR, não é um substituto
1901 para tomada de decisão, mas ela contribui para o desenho da tomada de decisão, fornecendo
1902 dados, informações e justificativas mais consistentes para atuação regulatória. AIR não é por si só
1903 uma base suficiente. Não é só ela que vai determinar a tomada de decisão, mas ela pode ser
1904 utilizada como apoio valioso para melhorar a qualidade da tomada de decisão. Nos Estados
1905 Unidos a AIR se restringe a decisões regulatórias de agências reguladoras, na União Europeia é
1906 amplamente aplicada, inclusive sobre a produção Legislativa, análise de impacto legislativo nas
1907 decisões da União Europeia no parlamento europeu. No Brasil, existe obrigatoriedade, a partir de

1908 15 de abril de 2021, para uso em agências reguladoras, Ministério da Economia e Inmetro, aqui
1909 estão as respectivas leis e decretos que demandam essa obrigatoriedade, e a partir de 14 de
1910 outubro de 2021 para os demais órgãos e entidades da administração pública federal direta,
1911 autárquica ou fundacional, por meio da Lei 13.874, de Liberdade Econômica, regulamentada pelo
1912 Decreto 10.411 de 2020, que já foi citado pela Roseli. Bom segundo esse Decreto, no parágrafo
1913 segundo, artigo primeiro, aplica-se as propostas de atos normativos formulados por colegiado,
1914 então a gente identifica que o CNRH está sujeito então a vigência desta Lei. Aí, no artigo 3º, ela
1915 prevê o uso dessa AIR para atos normativas de interesse geral de agentes econômicos, usuários
1916 de serviços prestados, então a gente vê aí grandes usuários de água como cliente desse
1917 dispositivo. Enfim, AIR não serve para tudo, ela não sabe aplica a atos de natureza
1918 administrativa, ela pode ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada para hipótese de
1919 urgência e outras hipóteses. E AIR deve ser... A aplicação deve ser avaliada pelo órgão quanto à
1920 obrigatoriedade, conveniência e oportunidade, então aqui abre um campo para ampla discussão,
1921 inclusive consulta jurídica no caso de vocês definirem quais são as deliberações sujeitas a
1922 aplicação de AIR, eu recomendaria consulta com o jurídico do MDR para auxiliar também.
1923 Vamos ver mais... O que a gente tem mais pela frente. Pode ser feita consulta pública, você
1924 elabora AIR, você submete à participação social em mecanismos de consulta pública para opinar
1925 sobre os resultados da AIR antes do ato normativo pode ser feita, nesse caso a participação social
1926 e consulta pública é obrigatória para agências reguladoras, e a entidade pode escolher os meios de
1927 canais adequados no caso de decidir por participação social no processo de regulamentação.
1928 Existe também a previsão de análise do resultado regulatório que é depois que o regulamento é
1929 aprovado seria analisado, principalmente para aqueles casos em que a AIR foi dispensado em
1930 razão de urgência, aí vem a obrigatoriedade de fazer uma análise do resultado regulatório, você
1931 não teve tempo para fazer uma AIR, você fez uma legislação e, depois, você faz uma análise do
1932 resultado dessa legislação depois de 3 anos para a norma toda ou para partes específicas da
1933 Norma. Aqui, eu coloquei as conclusões para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos avaliar
1934 a aplicabilidade do AIR para atuação normativa deliberativa, comparar as atribuições do
1935 Conselho no Decreto 10.000, e identificar aonde se aplicaria a AIR e verificar também a
1936 conformidade e obrigatoriedade com fundamento nos dispositivos de decreto 10.411, porque o
1937 AIR não é necessário para todas as deliberações, tem casos que não se aplica e casos em
1938 dispensa, aqui eu reforço novamente uma ideia de consultoria jurídica para clarear essa

1939 interpretação. Também consultas a boas referências para elaboração de AIR, a gente deixou
1940 algumas aqui disponíveis para vocês, e a capacitação do corpo técnico com as escolas de
1941 governo, como a ENAP, por exemplo, que é um excelente repositório de conhecimento sobre o
1942 tema. É isso. Obrigado pela atenção.

1943 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, obrigado
1944 pelos pontos que você trouxe, Carlos, para nossa atenção aqui sobre todos aqueles elementos que
1945 realmente se aplicam ou que eventualmente são dispensados para análise de impacto regulatório,
1946 e a gente está avançando nas discussões com ENAP para que a gente possa conseguir fazer uma
1947 ampla capacitação dos nossos conselheiros e dos representantes em Câmaras Técnicas, sobretudo,
1948 para que a gente possa avançar, então, até esse crescimento da análise de impacto regulatório que
1949 com certeza vai auxiliar inclusive nas tomadas de decisão, mesmo que eventualmente não se
1950 aplique para alguns temas específicos, mas eu acho que é uma estratégia importante de análise
1951 para ações como essas que a gente tem discutido no CNRH. A gente tinha previsto também uma
1952 fala do Nazareno Marcos Araújo, que ele é representante da Agência Nacional de Águas, só para
1953 ter uma fala também sobre a ótica, uma vez a ANA já sendo obrigada, já fazendo essa análise de
1954 impacto regulatório, a gente gostaria de sempre contar com apoio da ANA também nesse debate,
1955 nessas discussões sobre a análise de impacto regulatório, considerando inclusive o apoio técnico
1956 que a ANA nos dá aqui no CNH e, vai seja essencial que a equipe do Nazareno e demais equipes
1957 da ANA também possam contribuir para esse... Para essa evolução do CNRH. Eu agradeço as
1958 participações, peço desculpa pelo atraso Ana Maria e Carlos, e a gente tem dois inscritos para
1959 perguntas e manifestações sobre essa pauta. Começando pelo Wilson Azevedo, por favor,
1960 Wilson.

1961 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO SUPLENTE - AMAT)** – Bom, boa
1962 tarde. Eu tinha me inscrito no final da fala da Adriana. Mas foi bom até está usando a palavra
1963 depois da apresentação dos técnicos da CGU. É muito importante realmente a avaliação desses
1964 impactos regulatórios e, aí, eu lembro que no Plano Nacional de Recursos Hídricos tem um
1965 terceiro caderno, que é uma proposta de normativos, e eu ia mencionar exatamente isso, que todo
1966 o processo de elaboração do Plano está tendo a participação de vários segmentos da sociedade,
1967 está sendo ouvido muita gente, mas o que nos preocupa um pouco é a elaboração desse anexo,
1968 desse caderno normativo, eu não vejo no cronograma de implementação ou de aprovação do
1969 Plano, uma discussão mais amíúde desses normativos a serem propostos ou construídos, eu acho

1970 que isso está faltando. Então fica pontuado esse assunto, que eu acho que é de extrema
1971 importância.

1972 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, Wilson. Obrigado. E
1973 o curioso é que realmente a gente enxerga como esse tomo do PNRH, esse anexo normativo
1974 como algo essencial, porque ele vai direcionar inclusive as ações do próprio do CNRH ou de
1975 outros entes do SINGREH, na direção daquilo que precisa ser modernizado, ampliado ou até
1976 regulamentado, aquilo que eventualmente não é. Então, é um dos itens mais importantes do
1977 PNRH, essa indicação dos assuntos que precisam ser encaminhados como alterações normativas,
1978 e bem lembrado, a gente precisa realmente incorporá-lo de uma forma mais forte no debate. E
1979 Cristiane Battiston também está inscrita, por favor, Cristiane.

1980 **SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR – MDR/SNSH)** –
1981 Obrigada, Wilson. Primeiro, elogiar o trabalho da CGU de trazer essas metodologias, que são
1982 bastante difundidas em outros países, é interessante que a gente passe por um processo de
1983 avaliação para qualificar as decisões que são tomadas a nível governamental e pelos órgãos
1984 colegiados na regulamentação, no fim ou de uso de recursos ou da atividade do setor privado.
1985 Então tem impacto mesmo e a gente deve avaliar, então elogiar. Agora, trazendo para o nosso
1986 mundo, CNRH. Na Câmara Técnica de Segurança de Barragens, a gente fez um trabalho *ex post*
1987 da política. Então, esse trabalho de avaliação *ex post*, ele cobre um grande leque inicial da análise
1988 de impacto regulatório que ajuda nessa avaliação e na escolha dos rumos, da tomada de quais
1989 seriam as regulamentações que precisariam ser feitas, além de outras análises sobre o
1990 funcionamento, a governança e tudo mais. Então, acho que poderia, Wilson, a gente poderia
1991 pensar até como o outro Wilson falou, da gente usar essa metodologia de uma forma mais ampla
1992 e colocar no plano. Então, fundamentar esse capítulo, fazendo as escolhas já com base na
1993 metodologia de análise de impacto regulatório que a gente vai ter que cumprir depois, porque a
1994 gente precisa ganhar escala no Conselho, é o momento em que a gente tem uma consultoria para
1995 dar apoio, e o trabalho que a gente faz nas câmeras técnicas e aqui no próprio Conselho, ele é um
1996 trabalho voluntário, então, assim, todas as vezes que a gente precisa construir um regulamento,
1997 são muitas reuniões, é muito tempo, é um tempo longo, estudo e tudo mais, de uma dedicação
1998 paralela a outras atividades, então, assim, o custo, até um do ponto dos pontos que foi colocado
1999 na avaliação da segurança de barragem, é que o tempo de laboração das normas nos órgãos
2000 colegiados, ele é muito longo, então a tempestividade fica até um pouco prejudicada. Agora, a

2001 gente vai ter um elemento a mais que é fazer um estudo. Então, assim, se para o PNRH, se ao
2002 menos essa parte inicial, a gente já puder fazer e fazer para o conjunto dos regulamentos que a
2003 gente identifica que precisa fazer para frente, a gente pode ganhar um tempo. Depois, a gente vai
2004 precisar de apoio técnico, então, assim, a gente tem a ANA como apoio técnico ao Conselho.
2005 Então, acho que a gente precisa discutir realmente com a ANA, ver como vai ser isso ou se a
2006 gente vai precisar ter uma consultoria para o conselho, algo mais executivo, de produção, de
2007 elaboração, de ir atrás de evidências, de fazer toda essa fundamentação, porque vai ser muito
2008 difícil para os conselheiros e para os membros de Câmara Técnica conseguir fazer todo trabalho
2009 que é técnico e exige uma dedicação muito grande. Então, acho que até, em outubro, que já
2010 começa a ser exigido, isso pode ser um gargalo para a gente, pode atrasar a publicação de muitos
2011 atos, então a gente precisa pensar em realmente uma estratégia e como vai ser para o Conselho,
2012 porque o tempo que já é grande para poder publicar algo, vai exigir um tempo maior e, talvez a
2013 gente seja até impedido de publicar algumas resoluções importantes no fim desse ano.

2014 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ótima sugestão,
2015 Cristiane, para ser incluída nesse debate do PNRH, e essa experiência também já colocada pela
2016 Câmara Técnica de Segurança de Barragens, como diria, um primeiro exercício dentro do CNRH
2017 nessa prática de boa regulação, a gente precisa inclusive ampliar para outras temáticas, que são
2018 prioritárias inclusive no CNH. Então, acho que não tendo mais nenhum inscrito, eu agradeço
2019 muito a presença da Ana Maria Farias e do Carlos Roberto, que se disponibilizaram para
2020 participar desse momento conosco, a gente espera poder contar com vocês nesse
2021 acompanhamento desse plano de ação, vou checar, Ana Maria, se eventualmente ele ainda não foi
2022 encaminhado formalmente, e lhe dou o retorno também, está ok? Disponibilizando esses
2023 documentos, porque é essencial ter essa parceria com vocês, porque um auditoria como essa, ela
2024 traz elementos para melhorar o sistema, então ela é muito importante que se faça e que a gente
2025 consiga então colocar em prática esse plano que a gente propôs.

2026 **SR^a. ANA MARIA DE FARIAS MARTINS (CGU)** – Então, essa é a ideia, Wilson, não é de
2027 criar um controle burocrático, mas, assim, de tentar aproximar os órgãos de práticas regulatórias
2028 usuais, mundiais, e a gente agradece vocês, o empenho pela elaboração do Plano, e aguardamos a
2029 documentação para a gente continuar a conversa, e agradecer ao Ruchiga também pela excelente
2030 apresentação.

2031 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, muito
2032 obrigado a vocês. Obrigado, Ruchiga. E, dando sequência aqui então para o nosso último item de
2033 pauta, já com nosso tempo estourado, mas vai ser breve, é uma apresentação que vai ser feita pelo
2034 Irani, mostrando a consolidação das ações e estratégicas, as ações prioritárias que nós vamos
2035 tratar até 2022 aqui no CNRH, a gente já abordou algumas delas ao longo da conversa de hoje,
2036 mas essa apresentação é importante para realmente enfatizar pelo plenário que esses temas são os
2037 temas relevantes de importância maior para o CNRH, por favor, Irani.

2038 **SR. IRANI BRAGA RAMOS (DRHB/MDR)** – Boa tarde a todas e todos. Só um segundo,
2039 estou carregando aqui a apresentação. Muito bem, são cinco *slides* incluindo abertura e o
2040 encerramento. Três *slides*. Na reunião passada, na quadragésima... Na reunião passada de março,
2041 nós fizemos uma apresentação, na 47^a, uma apresentação que consolidou o conjunto das respostas
2042 que nós obtivemos acerca de propostas de temas estratégicos a serem conduzidos no biênio 2021
2043 e 2022 pelo CNRH. Aí, a gente apresentou essa tabelinha, uma organização em conjunto de 10
2044 temas e 21 tópicos que representa o conjunto dessas 71 propostas. Bom, e, aí, o que aconteceu de
2045 lá para cá? A gente fez essa apresentação, fizemos até uma discussão, houve até uma certa
2046 discussão durante a 47^a reunião, depois a Secretaria-Executiva consolidou isso num conjunto
2047 procurando adequar no prazo do relógio, o relógio sempre trabalha contra nós. Então, nós temos
2048 um prazo curto, 2021/2022, são dois anos, poucos meses, poucas reuniões, então a gente
2049 organizou um conjunto de temas que a gente que vislumbra como possíveis de tocar ao longo
2050 desse biênio, quais seriam? Bom, estão aqui marcados em verde o conjunto dos temas, em azul
2051 são avanços recentes ou assuntos que já estão sendo tratados nas Câmaras Técnicas ou no próprio
2052 Ministério, de alguma forma estão sendo conduzidos. E, aí, a ideia é que o plenário concorde que
2053 esses pontos marcados em verde sejam consideradas as prioridades para o biênio 2021 e 2022, o
2054 primeiro deles seria o aprimoramento da sustentabilidade econômica financeira da gestão dos
2055 recursos hídricos. Um segundo seria a ampliação e aprimoramento da aplicação do instrumento...
2056 Dos instrumentos da outorga e da cobrança. Um terceiro seria o aprimoramento de critérios para
2057 instalação de comitês de bacia hidrográfica. Um quarto seria a normatização do rito processual
2058 para a resolução de conflitos. Eu acho que passa inclusive pela declaração de situação crítica que
2059 nós já discutimos hoje. O quinto é a sustentabilidade das infraestruturas hídricas. Um sexto ponto
2060 é a regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens. Como sétimo o reuso e a
2061 eficiência do uso de água. E um oitavo, a integração com políticas afins e setoriais refletindo

2062 realidades regionais e atendendo as demandas da sociedade. Eu não li as ações que estão em
2063 andamento, mas elas estão disponíveis aqui na apresentação, acho que como a gente tem um
2064 prazo bastante curto aqui, acho que se houver questões a gente pode reapresentar, resgatar os
2065 *slides* com os detalhes desses avanços recentes. Wilson, acho que é o suficiente, e você pode
2066 completar se houver alguma questão e abrir para as perguntas

2067 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, você pode até
2068 deixar projetando. Irani. Mas, enfim, a consolidação do debate que a gente vem fazendo desde o
2069 ano passado, consolidando com as informações colocadas na consulta aos conselheiros e o debate
2070 feito na última reunião plenária, a gente chegou então na definição desses assuntos e temas
2071 estratégicos colocados aqui pelo Irani. Em que a maioria nós já temos a maioria em andamento
2072 nas diferentes Câmaras Técnicas ou grupos de trabalho. Então, acho que é importante que o
2073 plenário conheça esses assuntos, a gente precisa conforme até colocado pelo Elio e outros hoje, a
2074 gente, sobre cada um desses temas, a gente consiga ampliar os momentos de debate na plenária,
2075 além do que já está sendo discutido nas Câmaras Técnicas e grupos trabalho, como hoje nós
2076 fizemos, por exemplo, no início da nossa pauta sobre a questão da cobrança e das agências
2077 delegatárias, que foi uma apresentação muito importante trazida pela ANA. Então, essa agenda
2078 prioritária colocada aqui, ela vai nortear então as nossas pautas ao longo desse ano e do ano que
2079 vem, e por esses exercícios que foi feito pela equipe do Anderson, Irani, Roseli, a gente percebe
2080 que se conseguiu concretizar de forma bastante objetiva os assuntos trazidos pelos conselheiros
2081 como temas prioritários aqui nesses marcados em verde. Então, o que nós gostaríamos é de
2082 deliberar pela aprovação então desses itens como prioritários, e ao longo do exercício, a gente vai
2083 tratando dos temas em cada uma das suas competências em Câmaras Técnicas, GT ou até em
2084 oficinas aqui no próprio plenário, está ok? Fica à vontade então para as inscrições, o primeiro
2085 inscrito Dr. Anivaldo, por favor Anivaldo.

2086 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CONSELHEIRO TITULAR – CBHSF)** – É o
2087 seguinte, eu não sei se eu me enganei, mas a temática das águas subterrâneas, sobretudo, da
2088 integração da gestão de águas de superfícies com águas subterrâneas e de águas costeiras com
2089 águas continentais, estariam, eu não sei se eu me enganei, principalmente das águas subterrâneas,
2090 que ainda no Brasil não tem absolutamente... Praticamente nenhum controle, levando em conta a
2091 situação do território e o impacto que essas águas tem como insumo estratégico para a segurança

2092 hídrica, não diria nem de uma década, mas desse século inteiro. Então, eu acho que eu me
2093 enganei aqui, mas imaginava que estaria aqui. Qualquer coisa me corrige.

2094 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Você tem razão,
2095 Anivaldo, esse foi um dos temas realmente colocados e é um tema importante para ser debatido
2096 PNRH que a gente pode incluir inclusive, não é, Irani? Acho que a gente chegou a ter esse item
2097 como item que a gente acabou consolidando quando a gente fala de integração com políticas afins
2098 e setoriais. Então, acho que para deixar mais claro, acho que a gente pode fazer esse parênteses,
2099 que a aqui a gente está falando da gestão de águas costeiras, gestão de águas subterrâneas e
2100 superficiais

2101 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (CONSELHEIRO TITULAR - CBHSF)** – Só
2102 complementando, Wilson, existem fatores aí que precisam ser... Porque há muito debate sobre
2103 isso e, às vezes, está ligado também a outros fenômenos que todos estão integrados. Como, por
2104 exemplo, o crescimento, por exemplo, de pivôs centrais, a proporção que cresce esses pivôs
2105 centrais sem controle no País usando água subterrânea é realmente um tiro no pé da própria
2106 economia nacional, quer dizer, se isso não for objeto de uma gestão muito cuidadosa, todos esses
2107 problemas polêmicas que nós discutimos hoje, vão ficar ainda mais graves e vai ser um período
2108 muito breve. Mas, tudo bem, eu queria ver como isso se encadearia. Mas você já deu um
2109 caminho.

2110 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** –. E tem oficina, no próprio
2111 PNRH, a gente vai ter a oficina temática de águas subterrâneas e depois de gestão costeira, que
2112 certamente vão aparecer diretrizes importantes para essa integração dessas políticas, sabe,
2113 Anivaldo, mas você tem razão. Esse é um tema recorrente aqui no CNRH, e a gente precisa
2114 deixar claro como um tema de prioridade, sobretudo, a questão das águas subterrâneas, que tem
2115 essa questão da gestão e dominialidade tão complexa, essa integração com a política de recursos
2116 hídricos. Na sequência tem o Wilson Azevedo, por favor, Wilson.

2117 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO SUPLENTE - AMAT)** – Obrigado.
2118 Esse tema que o Anivaldo falou eu ia também abordar ele. Agora, eu pergunto, nós temos que
2119 aprovar essas prioridades agora, não seria melhor passar essa bateria de ações e oficinas e
2120 reuniões temáticas que estão sendo feitas no plano, para nós fecharmos essas prioridades? É uma
2121 questão que eu pergunto e eu queria complementar.

2122 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Então, o Regimento
2123 prevê, Wilson, que a gente tem esse relatório de prioridades bianuais, então a gente já está indo
2124 para junho teoricamente consolidando agora essas ações, e aqui consolidando essas prioridades,
2125 elas estão de uma forma bem, eu diria, genérica. E tem umas que já estão sendo tratados, a
2126 maioria em Câmaras Técnicas, e alguns, como esse último citado pelo Anivaldo, que algo a ser
2127 incorporado no PNRH, então não vejo problema para a gente aprovar essa lista de prioridades, de
2128 forma que não teria conflito com o próprio trabalho que está sendo feito nas oficinas do PNRH,
2129 mas eu acho que a gente teria que uma agenda muito clara para o horizonte até o ano que vem
2130 dos assuntos que a gente precisa manter na pauta. Então, é isso.

2131 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO SUPLENTE - AMAT)** – Isso não
2132 fica como excludente a outros temas que possam vir a ser priorizados no decorrer do ano.

2133 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Exatamente.

2134 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO SUPLENTE - AMAT)** – Outro
2135 ponto, Wilson, que eu queria chamar atenção é o seguinte, é a questão da representatividade no
2136 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu não sei como é que foram estabelecidas essas
2137 prioridades, provavelmente foi internamente no próprio MDR que foi estabelecido, mas o nosso
2138 segmento pontuou a necessidade de se rever essa questão da representatividade no Conselho, até
2139 porque o serviço público, ele é até certo ponto, vamos dizer assim, muito volátil, a cada quatro
2140 anos muda e durante os quatro anos, basta ver aí a Secretaria de Recursos Hídricos, já é o terceiro
2141 diretor, você já é o terceiro diretor que passa por aí, quer dizer, então é complicado essa
2142 descontinuidade administrativa na implementação da própria política, eu acho que isso traz
2143 prejuízos para a política, e eu acho que essa discussão da representatividade é importante e
2144 deveria ser pontuada.

2145 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim, esse foi um dos
2146 elementos realmente trazidos na consulta, mas a gente até conversou rapidamente quando
2147 fizemos a apresentação da consulta na última reunião, é que o Decreto é um Decreto muito
2148 recente que está posto, com a questão da própria participação conforme está posto no Decreto
2149 10.000/2019, e a princípio a gente não vê esse ambiente para essa discussão de revisão do
2150 Decreto. Mas eu tenho percebido, conforme até na oficina acontecida na última sexta, que isso foi
2151 bastante pontuado pelos representantes da sociedade civil inclusive, esse anseio por revisão,
2152 inclusive para as questões de paridade, mas considerando a maturidade que a gente ainda está

2153 ganhando nessa nova estrutura, eu não vejo um momento para essa revisão, Wilson, então acho
2154 que a gente precisa mesmo é fortalecer a participação de todos, sejam os titulares e suplentes que
2155 se fazem presentes, que tem voz aqui na nossa plenária, no nosso CNRH, antes mesmo até de
2156 pensar numa revisão do Decreto 10.000.

2157 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO SUPLENTE - AMAT)** – Está
2158 certo, eu entendo essa posição, é que do jeito que está os conselheiros aqui, o setor usuário e a
2159 sociedade civil só têm direito a voz, porque se for batido a voto, nós vamos sempre perder. Como
2160 minoria...

2161 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Mas, você sabe que nem
2162 sempre, você sabe que nem sempre... As matérias, não existe consenso entre governo federal,
2163 cada um defende as suas pautas, as suas competências, e que eu diria até que é muito comum esse
2164 conflito também entre os representantes do Governo Federal que, muitas vezes, eles vêm votar
2165 junto com a sociedade civil dependendo da pasta governamental que está aqui representa ou
2166 mesmo da gestão estadual, sabe? Então eu até enxergo essa estrutura atual como estrutura
2167 bastante isonômica, bem equilibrada considerando esse fato de que não existe essa unanimidade
2168 entre os representantes do Governo Federal também, e a gente pode citar a quantidade de vezes
2169 que se tem votação contrária dentro do próprios representantes do governo, seja federal ou outras
2170 entidades públicas. Então acho que é um exercício que a gente precisa amadurecer com base na
2171 estrutura que já está posta hoje, do Decreto 10.000, e que a gente ainda está em uma fase de
2172 colocar ela em prova, eu acho que ainda não é o momento adequado para esse debate, para essa
2173 revisão. Mas, vocês têm direito a voz, tem direito a manifestar aqui os pontos que vocês julgam
2174 como pertinente, e havendo uma maioria, a gente pode, num segundo momento, colocar esse
2175 assunto em discussão, claro.

2176 **SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO SUPLENTE - AMAT)** – Está bom,
2177 então, Wilson, tudo bem, apesar de não concordar, eu aceito suas ponderações.

2178 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Mas, é passando para
2179 a Cristiane também que está com a mão levantada e a Mônica na sequência, por favor, Cristiane.

2180 **SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR – MDR/SNSH)** –
2181 Não, só destacar que os Ministérios acabam sendo representações setoriais também por causa das
2182 políticas públicas que representam, e a gente discute muito e, muitas vezes, não tem... As
2183 posições são divergentes, não só aqui, mas em outros fóruns. Eu queria colocar, a pedido da

2184 Jussara, que a coordenadora da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, só dois pontos ali no
2185 que está em andamento já para regulamentação, um que a revisão da Resolução 143, que está em
2186 andamento a pedido do próprio plenário do Conselho, e também uma Resolução importante de
2187 padronização de diretrizes de fiscalização para as barragens de usos múltiplos. Então, esses são
2188 dois pontos que a Câmara Técnica deve, entre este ano e o próximo, trazer para votação no
2189 plenário e que são prioritárias para a Câmara Técnica. Só isso.

2190 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Esse último,
2191 possivelmente a gente consiga até na próxima reunião, se amadureceu bastante a minuta de
2192 resolução, foi encaminhada para análise prévia da ConJur, não é esse, Cris?

2193 **SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR – MDR/SNSH)** -
2194 Isso, foi para a análise da ConJur. Só que está escrevendo... Não é padronização não,
2195 estabelecimento de diretrizes de fiscalização de barragens de água, já foi para ConJur sim.

2196 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – E a segunda é a revisão
2197 da 143, não é?

2198 **SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON** – Isso mesmo.

2199 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – E o segundo ponto é a
2200 revisão da Resolução 143, Irani. Muito bem, Mônica Almeida, por favor, está contigo a palavra.

2201 **SR^a. MÔNICA IRION ALMEIDA (CONSELHEIRA SUPLENTE – ABRAGE)** – Bom dia a
2202 todos. Não almoçamos ainda. Bom dia, boa tarde a todos. Eu estou com uma dúvida até numa
2203 questão de ordem, na pauta veio como uma apresentação sobre essas prioridades e, agora, a gente
2204 já estaria dando o encaminhamento, eu confesso que fiquei sem entender, embora, já seja um
2205 tema que vem sendo discutido e apresentado, acho que existe uma questão de ordem a ser
2206 vencida, porque a pauta previa apenas uma apresentação, dado até o avançado da hora e sendo
2207 temas de realmente prioridade para discussão, vou me somar as falas anteriores nos temas
2208 anteriores da pauta, restou poucas oportunidades para o debate, acho que a gente precisava
2209 aprofundar isso um pouco mais.

2210 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Tem razão. Ok, a gente
2211 pode deixar como encaminhamento assim, Mônica, porque realmente é até uma questão um
2212 pouco dúbia que é colocada no próprio Regimento, porque ele não é claro quanto a necessidade
2213 de aprovação ou deliberação do plenário sobre a definição desse relatório de prioridades, mas a
2214 gente gostaria de deixar isso posto como apreciação do plenário para aprovação. Então acho que

2215 até pelo adiantado das horas e a queda que nós tivermos no quórum, a gente pode deixar esse
2216 item como uma apreciação para deliberação na próxima reunião plenária, está? Então, a gente
2217 encaminha esse relatório na forma dessa apresentação, com antecedência, encaminha... Podemos
2218 até encaminhar na sequência dessa reunião, e a gente já fica então combinado como na próxima
2219 plenária nós abrimos a área com essa deliberação, está ok?

2220 **SR^a. MÔNICA IRION ALMEIDA (ABRAGE)** – Perfeito, eu agradeço, Wilson, eu acho que
2221 fica mais adequado para todos terem a oportunidade de se aprofundar em todos os temas.

2222 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Exatamente, e é um tema
2223 tão importante que realmente precisa ter se debate. Mas, enfim, então acho que com essas
2224 contribuições colocadas aqui pela Cristiane, pelo Anivaldo, pela Mônica e o Wilson, a gente pode
2225 então encerrar esse item de pauta, e acho que tem algumas informações gerais, alguns assuntos
2226 gerais que são vastos, até pediria a Roseli que encaminhe posteriormente por e-mail dos
2227 conselheiros, para que todos tomem conhecimento dos assuntos gerais trazidos, mas até antes de
2228 encerrar, eu queria fazer uma menção aqui a gestão do diretor Ricardo Andrade, que está
2229 findando no próximo mês, e agradecer aí a parceria e atuação na gestão do Ricardo à frente da
2230 Diretoria da ANA nesse mandato, que trouxe muito resultado, não é isso, Ricardo? Então, eu
2231 quero aqui, em nome do Conselho Nacional de Recursos Hídricos saudar a sua presença e
2232 agradecer pelas contribuições que colocou como diretor, à frente da Agência Nacional de Águas.
2233 Obrigado, Ricardo.

2234 **SR. RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE (ANA)** – Obrigado Wilson, pelo carinho.
2235 Obrigado a todos pela contribuição com o meu mandato. Acho que juntos realizamos muito,
2236 fizemos muito e avançamos muito, ainda temos muito a fazer, eu estou à disposição, ainda temos
2237 muitos desafios pela frente, mas eu fico muito feliz em presenciar uma reunião tão rica e tão
2238 cordial, um debate que só enriquece o setor. Parabéns a todos que fazem o setor e contem
2239 comigo, e muito obrigado pelo carinho, Wilson, um grande abraço a todos.

2240 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Nós que agradecemos,
2241 Ricardo, e parabéns pela brilhante atuação à frente da ANA nesse período do seu mandato. Muito
2242 bem. Roseli, você, por favor, projeta rapidamente para a gente só passar, é uma lista grande de
2243 assuntos gerais que a gente vai encaminhar para conhecimento dos nossos conselheiros, sobre
2244 vários assuntos que foram encaminhados aqui para a plenária, para conhecimento do plenário e

2245 que estão em tratamento aqui na Secretaria-Executiva, você está com apresentação, Roseli, para
2246 projetar.

2247 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Estou. Só um minutinho, acho que entrou a
2248 apresentação errada. Só informes, a gente não vai ter tempo de... Eu vou encaminhar por e-mail
2249 também, óbvio. Que são só informes a respeito de documentos que foram encaminhados por
2250 representantes. Muito rapidamente aqui, só os informes, documentações que foram encaminhadas
2251 pelos comitês de bacias hidrográficas. Então, quase todos os comitês atenderam ao CNRH, a
2252 Resolução do CNRH 109, que pede que os comitês encaminhem seus relatórios de atividades do
2253 ano de 2020, então os PCJ, Paranaíba, Paranapanema, São Francisco e Verde Grande
2254 encaminharam seus relatórios de atividade, acho que também é oportuno que o CNRH no
2255 próximo, numa reunião específica também peça aos comitês que façam uma breve apresentação
2256 sobre suas atividades, acho que é salutar esse acompanhamento mais de perto. O CEIVAP ainda
2257 não encaminhou, mas na última plenária, eles apresentaram um vídeo institucional falando das
2258 atividades. Também recebemos aí comitês de bacias o CBH Doce encaminhou uma solicitação de
2259 revisão dos preços públicos unitários, isso vai entrar na Câmara Técnica do CTOC, e a gente já
2260 solicitou a Agência Nacional de Águas que fizesse uma manifestação técnica para nos subsidiar,
2261 e o CBH São Francisco também encaminhou uma solicitação de renovação da indicação da
2262 Agência ao PCJ, também vai entrar na Câmara do CTOC e já pedimos que a ANA também
2263 fizesse uma manifestação técnica para subsidiar, recebemos da Peixe Vivo, a Peixe Vivo, eu
2264 estou falando depressa e já pulei. Então a Agência Peixe Vivo que vai ser reconduzida para ser a
2265 agência do São Francisco. Documentação encaminhada pelos órgãos de controle, TCU também
2266 encaminhou alguns documentos que eles acompanham, assim como a CGU, faz esse órgão de
2267 Controle, então tem um acórdão 449/21, referente especificamente ao Rio Doce, que pede em
2268 relação ao enquadramento dos corpos d'água. Na última reunião da Câmara Técnica de
2269 Planejamento e Articulação, a gente apresentou o estágio de elaboração do plano de CBH Doce, e
2270 como que vai ser feita esse enquadramento, então também está em discussão isso e como a
2271 Câmara Técnica vai acompanhar mais de perto para atender esse acórdão do TCU. E um outro
2272 acórdão que está mais específico para a segurança de barragem, é o acórdão 1.647, esse acórdão
2273 ele avaliou um outro acórdão, um processo referente ao acórdão 1.257, que ele considerou não
2274 implementadas, mas com justificativa suficientes as recomendações que foram dadas ao
2275 Conselho, as recomendações são referentes a segurança de barragens, algumas delas estão em

2276 andamento como a gente já viu, que é a revisão da 143 e dá 144 também, que já foi feita, e
2277 também algumas coisas de capacitação que estão afetos à Câmara Técnica de Educação e
2278 Formação, Ciência Tecnologia. Então, isso está sendo tratado no âmbito do Conselho também. E,
2279 aí, muito rapidamente. Todas as Câmaras Técnicas se reuniram esse semestre, aqui estão os temas
2280 que foram discutidos, vocês vão receber e vão poder ver aí, acompanhar, se tiver alguma dúvida
2281 podem entrar em contato com a gente para explicar melhor. Então, são as reuniões que tiveram e
2282 quais os temas que foram aprovados ou os temas que estão em discussão nas Câmaras Técnicas.
2283 E, é isso, Wilson. Acho que está sem som, Wilson

2284 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, obrigado, Roseli. Por
2285 favor, encaminhe então para conhecimento de todos por e-mail, e agradeço termos vencido a
2286 nossa pauta, aos que puderam estar aqui até aqui conosco, infelizmente foi uma pauta mal
2287 planejada, a gente acabou... Teria sido mais conveniente que a gente tivesse previsto um prazo
2288 maior para a reunião, tendo incluído o item de pauta que nós incluimos que acabou trazendo um
2289 debate maior, mas a gente também ficou com o aprendizado de ter um momento de debate sobre
2290 o PNRH, como a gente vai fazer esse encaminhamento para ter uma reunião específica sobre o
2291 assunto lá no plenário. Se algum Conselheiro tiver algum tema ainda colocar por favor, fique à
2292 vontade, Mônica.

2293 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (CONSELHEIRA**
2294 **SUPLENTE - ABRAGEL)** – Isso, é só uma dúvida, esse último acórdão do TCU que foi
2295 colocado aí, foi enviado para a gente? Foi, Roseli.

2296 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Esse último foi apresentado na CTSB, e eu
2297 acredito que foi encaminhado sim, que a gente encaminhou uma série de documentos, mas envio
2298 de novo, está ok?

2299 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL)** – Obrigada, e
2300 aqueles documentos do CBH também foram encaminhados?

2301 **SR^a. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Não, isso eu lembro.

2302 **SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL)** – Está joia.

2303 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok, acabou sendo um
2304 pouco rápido demais o nosso debate, até acho que me equivoquei, Humberto, eu cheguei a
2305 chamar o Nazareno, não vi a presença dele, ele tinha previsto também uma apresentação do
2306 Nazareno para falar do quanto a ANA está avançando com análise de impacto regulatório, mas

2307 peço desculpas, você encaminha as minhas desculpas ao Nazareno por essa falha na minha
2308 condução. Ok, Humberto:

2309 **SR. HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES (ANA)** – Ok, tranquilo.

2310 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem, então acho
2311 que é isso, se ninguém mais tiver alguma contribuição, mais uma vez, agradecer a presença, o
2312 debate, que realmente foi importante, foi muito interessante. Vamos nos organizar para ter as
2313 oficinas, as plenárias com mais tempo para o debate, com agenda eventualmente mais curta e a
2314 gente pode inclusive ter mais plenárias ao longo do segundo semestre, além das que estão
2315 previstas, até em função da situação de escassez hídrica que nós estamos e da própria elaboração
2316 do PNRH, que coloca a necessidade do plenário se reunir com mais frequência. Ok, então é isso,
2317 agradeço muito a presença. Mais uma vez, parabéns ao diretor Ricardo Andrade pela brilhante
2318 participação e contribuições que trouxe ao sistema, à frente da Diretoria da Agência Nacional de
2319 Águas, e agradeço, mais uma vez, a presença de todos. Obrigado, e até a próxima.